



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Goiânia, 30/03/2010

LISTAS DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CGU – Controladoria-Geral da União

DN – Decisão Normativa

IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

IN – Instrução Normativa

Instituto Federal de Goiás – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

LOA – Lei Orçamentária Anual

MEC – Ministério da Educação

PIGE – Programa Institucional de Concessão de Bolsas de Graduação e Especialização

PIQS – Programa Institucional de Qualificação de Servidores em nível de Mestrado e Doutorado

PROAPP – Programa de Apoio à Produtividade e Pesquisa

RG – Relatório de Gestão

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SOF – Secretaria de Orçamento Federal

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E PARECERES

Título

Página

QUADROS

Quadro 1.1 – Informações gerais de identificação da Unidade Jurisdicionada.....	11
Quadro 2.1 – Os novos <i>Campi</i> do IFG a serem implantados.....	17
Quadro 2.2 – Os arranjos produtivos locais.....	17
Quadro 2.3 – Ações externas do IFG de ordem institucional.....	19
Quadro 2.4 – Composição do Conselho Diretor.....	23
Quadro 2.5 – Programa 0089.....	25
Quadro 2.6 – Programa 0750.....	26
Quadro 2.7 – Programa 1062.....	26
Quadro 2.8 – Programa 1067.....	27
Quadro 2.9 – Dados gerais da Ação 0181.....	27
Quadro 2.10 – Dados gerais da Ação 2003.....	28
Quadro 2.11 – Principais resultados da Ação 2003.....	29
Quadro 2.12 – Dados gerais da Ação 2992.....	30
Quadro 2.13 – Principais resultados da Ação 2992.....	31
Quadro 2.14 – Quantidade de visitas técnicas realizadas por <i>Campi</i>	31
Quadro 2.15 – Relação dos investimentos da Ação 2992.....	33
Quadro 2.16 – Relação dos principais contratos de manutenção da Instituição.....	34
Quadro 2.17 – Quantidade de alunos concluintes do curso de especialização em PROEJA.....	35
Quadro 2.18. – Dados gerais da Ação 2994.....	36
Quadro 2.19 – Principais resultados da Ação 2994.....	37
Quadro 2.20 - Número de projetos submetidos e recomendados ao PIBIC, PIBITI, PBIC e PVIC.....	38
Quadro 2.21 – Dados gerais da Ação 6301.....	39
Quadro 2.22 – Detalhamento dos investimentos em acervo bibliográfico por Campus.....	39
Quadro 2.23 – Dados gerais da Ação 4572.....	40
Quadro 2.24 – Principais resultados da Ação 4572.....	41
Quadro 2.25 – Detalhamento da meta física por categoria funcional.....	42
Quadro 2.26 – Detalhamento da meta física por programa institucional e por Campus.....	42
Quadro 2.27 – Dados gerais da Ação 1H10.....	45
Quadro 2.28 – Principais resultados da Ação 1H10.....	46
Quadro 2.29 – Dados gerais da Ação 6380.....	47
Quadro 2.30 – Principais resultados da Ação 6380.....	48
Quadro 2.31 – Dados gerais da Ação 8650.....	49
Quadro 2.32 – Principais resultados da Ação 8650.....	50
Quadro 2.33 - Identificação da Unidade Orçamentária.....	51
Quadro 2.34 - Programação de Despesas Correntes.....	52
Quadro 2.35 - Programação de Despesas de Capital.....	53
Quadro 2.36 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	53
Quadro 2.37 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	56
Quadro 2.38 - Despesas por Modalidade de Contratação – LOA e Créditos Adicionais.....	59
Quadro 2.39 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – LOA e Créditos Adicionais....	60
Quadro 2.40 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – LOA e Créditos Adicionais...62	
Quadro 2.41 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Recebidos por Movimentação Interna.....	64

Quadro 2.42 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos por Movimentação Interna.....	65
Quadro 2.43 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos por Movimentação Interna.....	66
Quadro 2.44 - Evolução dos Gastos Gerais.....	67
Quadro 2.45 - Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	69
Quadro 3.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos.....	73
Quadro 3.2 - Composição e Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2007, 2008 e 2009.....	74
Quadro 3.3 – Detalhamento do corpo docente (efetivos e temporários) e suas respectivas titulações e carga horária.....	74
Quadro 3.4 – Índice de titulação do corpo docente.....	76
Quadro 3.5 – Número de servidores avaliados em 2009.....	78
Quadro 5.1 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009.....	80
Quadro 11.1 – Acórdão nº 672/2009-TCU-Plenário.....	83
Quadro 11.2 – Acórdão nº 2535/ TCU-Plenário.....	84
Quadro 11.3 – Acórdão nº 3088/2009-TCU-2ª Câmara.....	85
Quadro 12.1 – Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.....	85
Quadro 16.1 – Especificação do Indicador 01 – Gastos correntes por aluno/ano.....	87
Quadro 16.2 – Especificação do Indicador 02 – Percentual de gastos com pessoal.....	89
Quadro 16.3 – Especificação do Indicador 03 – Percentual de gastos com outros custeios.....	91
Quadro 16.4 – Especificação do Indicador 04 – Gastos com os recursos diretamente arrecadados.....	92
Quadro 16.5 – Especificação do Indicador 05 – Gastos com outras descentralizações de créditos.....	94
Quadro 16.6 – Especificação do Indicador 06 – Gastos com investimentos/gastos totais.....	96
Quadro 16.7 – Especificação do Indicador 07 – Relação candidato por vaga.....	102
Quadro 16.8 – Especificação do Indicador 08 – Relação ingressos por alunos.....	105
Quadro 16.9 – Especificação do Indicador 09 – Relação de concluintes por alunos.....	107
Quadro 16.10 – Especificação do Indicador 10 – Índice de eficiência acadêmica.....	110
Quadro 16.11 – Especificação do Indicador 11 – Índice de retenção do fluxo escolar.....	112
Quadro 16.12 – Especificação do Indicador 12 – Relação de alunos por docentes em tempo integral.....	114
Quadro 16.13 – Especificação do Indicador 13 – Número de alunos matriculados e classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar.....	116

TABELAS

Tabela 3.1 – Índice de titulação do corpo docente.....	76
Tabela 16.1 – Indicador 01 – Gastos correntes por aluno/ano.....	87
Tabela 16.2 – Indicador 02 – Percentual de gastos com pessoal.....	89
Tabela 16.3 – Indicador 03 – Percentual de gastos com outros custeios.....	91
Tabela 16.4 – Indicador 04 – Gastos com os recursos diretamente arrecadados.....	93
Tabela 16.5 – Indicador 05 – Gastos com outras descentralizações de créditos.....	94
Tabela 16.6 – Indicador 06 – Gastos com investimentos/gastos totais.....	96
Tabela 16.7 – Investimentos por Campus.....	97
Tabela 16.8 – Gastos com investimentos/gastos com outros custeios.....	101
Tabela 16.9 – Indicador 07 – Relação candidato por vaga.....	103
Tabela 16.10 – Indicador 08 – Relação ingressos por alunos.....	105
Tabela 16.11 – Indicador 09 – Relação de concluintes por alunos.....	108
Tabela 16.12 – Indicador 10 – Índice de eficiência acadêmica.....	110
Tabela 16.13 – Indicador 11 – Índice de retenção do fluxo escolar.....	112
Tabela 16.14 – Indicador 12 – Relação de alunos por docentes em tempo integral.....	114
Tabela 16.15 – Indicador 13 – Número de alunos matriculados e classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar.....	117

GRÁFICOS

Gráfico 3.1 – Evolução da titulação do corpo docente.....	78
Gráfico 16.1 – Evolução do Indicador 01 – Gastos correntes por aluno/ano.....	88
Gráfico 16.2 – Evolução do Indicador 02 – Percentual de gastos com pessoal.....	90
Gráfico 16.3 – Evolução do Indicador 03 – Percentual de gastos com outros custeios.....	92
Gráfico 16.4 – Evolução do Indicador 04 – Gastos com os recursos diretamente arrecadados.....	94
Gráfico 16.5 – Evolução do Indicador 05 – Gastos com outras descentralizações de créditos.....	95
Gráfico 16.6 – Evolução do Indicador 06 – Gastos com investimentos/gastos totais.....	99
Gráfico 16.7 – Gastos com investimentos em relação aos gastos com outros custeios.....	101
Gráfico 16.8 – Evolução da concorrência.....	104
Gráfico 16.9 – Potencial de vagas ofertadas.....	106
Gráfico 16.10 – Eficiência acadêmica na relação concluintes/alunos.....	109
Gráfico 16.11 – Eficiência acadêmica na relação concluintes/ingressos em período equivalente.....	111
Gráfico 16.12 – Evolução do índice de retenção do fluxo escolar.....	113
Gráfico 16.13 – Potencial da força de trabalho do corpo docente.....	116
Gráfico 2.14 – Renda per capita familiar dos discentes do IFG.....	118

ANEXOS

Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.....	119
Declaração do Contador responsável	119
Declaração da Unidade de Pessoal.....	119
Declaração do Coordenador responsável pelo SIASG.....	119
Dados básicos para o cálculo dos indicadores acadêmicos.....	119
Relatório de Correição Anexo III – DN TCU N 102/2009	119
Relatório da Auditoria Interna	119
Parecer do Conselho Superior	119

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. IDENTIFICAÇÃO	11
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS	13
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE– PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 16	
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	16
2.3. PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	25
2.3.1. <i>Relação dos Programas</i>	25
2.3.2. <i>Principais Ações dos Programas</i>	27
2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL	51
2.4.1. <i>Programação Orçamentária</i>	51
2.4.2. <i>Execução Orçamentária</i>	58
2.4.3. <i>Evolução de Gastos Gerais</i>	67
2.4.4. <i>Execução Orçamentária por Programa de Governo</i>	69
2.4.5. <i>Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ</i>	69
2.4.5. <i>Indicadores de Desempenho</i>	72
3. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	73
4. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS .	80
5. INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	80
6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO	81
7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA	82
8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	82
9. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS	82
10. OPERAÇÕES DE FUNDOS	82
11. ÓRGÃOS DE CONTROLE E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	82
11A. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	82
11B. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	83

12. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO	85
13. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV	86
14. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO	86
15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	86
16. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS	86
16.1. DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	87
16.2. <i>Da Gestão Acadêmica</i>	102
17. ANEXOS	119

INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, Instituição centenária, cumpre ao longo de sua história o insubstituível papel de oferecer educação profissional pública, gratuita e de qualidade.

A cada dia torna-se mais evidente a importância e a responsabilidade social do Instituto Federal de Goiás. O ensino, o desenvolvimento da pesquisa e a realização de ações de extensão, promovidos de forma articulada, contribuem efetivamente para a promoção da cidadania, para a aceleração do crescimento sustentável e para o desenvolvimento científico e tecnológico.

A educação pública gratuita e de qualidade sempre será o melhor caminho para a construção da soberania de um país, constituindo-se na forma mais legítima de combate às desigualdades sociais, preservação da natureza e promoção da harmonia e paz mundial.

No intuito de prestar contas e tornar público todas as ações realizadas no exercício de 2009 pelo Instituto Federal de Goiás à sociedade e aos órgãos de controle da Administração Pública Federal, foi elaborado este documento com base na Instrução Normativa do TCU nº. 57 de 27 de agosto de 2008, na Decisão Normativa do TCU nº. 100, de 07 de outubro de 2009, alterada pela de nº. 102 de 02 de dezembro de 2009 e pela de nº. 103 de 10 de fevereiro de 2010, a Portaria TCU nº 389, de 21 de dezembro de 2009 e Portaria CGU nº 2.270, de 04 de novembro de 2009.

Ainda no atendimento a norma (DN TCU nº. 100/2009) os itens reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no exercício, fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos e renúncias tributárias não ocorreram no período na UJ e os itens previdência complementar patrocinada e operações de fundos não se aplicam a Unidade Jurisdicionada.

Diante disso, o Relatório de Gestão foi estruturado com a apresentação dos objetivos e metas institucionais, composição de recursos humanos e suas alterações no exercício, informações sobre restos a pagar, recomendações do órgão de controle, determinações e recomendações do TCU, informações contábeis e indicadores de desempenho institucional.

Enfim, neste documento, ao relatar as principais realizações do Instituto Federal de Goiás, fica claro o esforço institucional em dar continuidade à expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no estado de Goiás com a implantação de mais dois *Campi* neste exercício e a reestruturação dos *Campi* existentes ampliando a oferta de vagas da Instituição.

Por conseguinte, a comunidade fica convidada à leitura deste relatório que se constitui num importante documento para conhecimento da Instituição e, conseqüentemente, para a avaliação propositiva desse trabalho, onde todos poderão contribuir efetivamente para o fortalecimento do Instituto Federal de Goiás.

1. IDENTIFICAÇÃO

(Item 1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009.)

Quadro 1.1 – Informações gerais de identificação da Unidade Jurisdicionada.

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, recém transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.			
Denominação abreviada: CEFET-GO			
Código SIORG: 451	Código LOA: 26208	Código SIAFI Unidade Orçamentária: 26.208 Unidade Gestora: 153012 Gestão: 15208	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia do Poder Executivo			
Principal Atividade: Educação – Ensino Técnico e Tecnológico			Código CNAE: 854
Telefones/Fax de contato:	(062) 3227-2784	(062) 3227-2764	(062) 3227-2869
Endereço eletrônico: gabinete@cefetgo.br; proad@ifg.edu.br			
Página da Internet: http://www.ifgoias.edu.br/			
Endereço Postal: Rua 75, nº 46, Centro, CEP: 74.055-110, Goiânia/GO.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lei nº 3.552, de 16/02/1959, que dispõe sobre a organização e estrutura das ETFs; ▪ Lei nº 8.948, de 08/12/1994, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências; ▪ Decreto nº 2.406, de 27/11/1997, regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e dá outras providências; ▪ Decreto s/n de 22 de março de 1999, publicado no D.O.U. 23/03/1999, que dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás; ▪ Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, que estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica; ▪ Lei nº 11.892, de 29/12/2008, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 			

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Decreto nº 1.916, de 23 de maio de 1996, que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes de instituições federais de ensino superior, nos termos da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995. ▪ Regimento Interno do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás – CEFET-GO, aprovado pelo Ministério de Estado da Educação através da Portaria nº 833 de 19/05/1999, publicado no D.O.U. em 20/05/1999; ▪ Decreto nº 5.224, de 01/10/2004, que dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências; ▪ Portaria do MEC nº 538, de 31 de maio de 2007, publicado no D.O.U. em 01/06/2007, que aprova o Estatuto do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás; ▪ Decreto nº 6.264, de 22 de novembro de 2007, que altera e acresce dispositivos ao do Decreto nº 1.916, de 23 de maio de 1996, que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes de instituições federais de ensino superior, nos termos da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, e dá outras providências; ▪ Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, aprovado pelo Conselho Diretor e formalizado através da Portaria nº 488, de 27/08/2009, publicado no D.O.U. em 28/08/2009; ▪ Decreto nº 6.986, de 20/10/2009, regulamenta os arts. 11, 12, e 13 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para disciplinar no âmbito destes Institutos. 	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
Os manuais, regulamentos e publicações do Instituto Federal de Goiás constam do portal da Unidade Jurisdicionada (http://www.ifgoias.edu.br/).	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DA UJ	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DA UJ	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DA UJ	

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

(Item 2 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009.)

2.1. Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas

MISSÃO

O CEFET-GO, recém transformado em Instituto Federal de Goiás, na condição de centro de referência da educação profissional e tecnológica de Goiás, apresenta como responsabilidade o desenvolvimento de processos de inovação tecnológica, atuando na formação de profissionais dos mais diversos níveis e modalidades, tendo como suporte uma educação pública, gratuita, democrática e de qualidade; articulada ao desenvolvimento da pesquisa e ações de extensão, estabelecendo uma relação com a comunidade goiana que seja calcada na correspondência aos anseios da sociedade civil organizada.

VISÃO

Constituir-se como referência na área profissional e tecnológica, atuando como modelo educacional de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social.

PRINCÍPIOS NORTEADORES

Os princípios norteadores do CEFET-GO, recém transformado em IFG, estão descritos a seguir:

- a) Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente;
- b) Transparência e gestão democrática;
- c) Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- d) Compromisso com a formação integral do cidadão, com a produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico;

- e) Compromisso com a educação inclusiva e emancipatória, com a oferta de formação profissional, com a promoção do desenvolvimento sociocultural, estando sempre atento à organização produtiva, ao potencial regional, à cultura e às necessidades e expectativas do cidadão;
- f) Natureza pública, gratuita e laica do ensino, sob a responsabilidade da União.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

As finalidades e características do CEFET-GO, recém transformado em IFG, estão descritas a seguir:

- a) Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- b) Assegurar a gratuidade do ensino, não permitindo que seja cobrado dos alunos, em hipótese alguma, qualquer tipo de contribuição financeira por oferta de qualquer modalidade de cursos oferecidos pela Instituição;
- c) Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- d) Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- e) Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal de Goiás.
- f) Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do senso crítico;

- g) Qualificar-se como centro de referência no ensino, oferecendo cursos regulares de licenciatura, capacitação, qualificação e atualização técnica e pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- h) Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- i) Realizar e estimular a pesquisa e a produção cultural associadas ao mundo do trabalho e vinculadas à formação totalizadora e integral do ser humano;
- j) Promover o desenvolvimento científico e tecnológico, a produção e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

Os objetivos do CEFET-GO, recém transformado em IFG, estão descritos a seguir:

- a) Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, incluídos a iniciação, o aperfeiçoamento e a atualização, em todos os níveis e modalidades de ensino;
- b) Ministrando educação de jovens e adultos, contemplando os princípios e práticas inerentes à educação profissional e tecnológica;
- c) Ministrando ensino médio, observada a demanda local e regional e as estratégias de articulação com a educação profissional técnica de nível médio;
- d) Ministrando educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia;
- e) Ministrando ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- f) Ofertando educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;
- g) Ministrando cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica;
- h) Realizando pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade;

- i) Estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico e o pensamento reflexivo;
- j) Estimular e apoiar a geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, identificados com os potenciais de desenvolvimento local e regional;
- k) Promover a integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, mediante ações interativas que concorram para a transferência e aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada.

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

No seu centenário, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, recém transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, passa por um importante e estratégico momento de transformação, associado a um expressivo crescimento.

Desde a sua criação em 1909, manteve um único Campus, sediado na Capital do Estado. Após 80 anos de existência cria o seu segundo Campus na cidade de Jataí, em 2007, após dez anos de interrupção das obras foi colocado em funcionamento o seu terceiro Campus, na cidade de Inhumas e, em 2008, foram colocados em funcionamento o quarto e quinto Campus, nas cidades de Itumbiara e Uruaçu.

Esse crescimento previsto no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, proposto pelo Governo Federal, gerou ainda a expectativa que serão implantados mais três Campus no IFG (Anápolis, Formosa e Luziânia,) até o ano de 2010.

Assim, na Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, seguindo critérios definidos, foi feita a Chamada Pública pelo Ministério da Educação, prevendo a implantação de 06 Unidades de Ensino no estado de Goiás. Uma na cidade de Iporá, vinculada ao Instituto Federal Goiano e cinco nas cidades de Anápolis, Formosa, Itumbiara, Luziânia e Uruaçu, vinculadas ao Instituto Federal de Goiás.

O Quadro 2.1. apresenta a relação das 03 (três) Unidades da Fase II a serem implantadas no Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, recém transformado em Instituto Federal de Goiás, com a projeção das matrículas e a população a ser atendida no estado de Goiás, pois as outras duas previstas (Itumbiara e Uruaçu), conforme citado anteriormente, já estão em funcionamento desde o segundo semestre de 2008. Sendo que para a projeção das matrículas não foi considerado o contingente populacional da Região Metropolitana de Goiânia e foi considerada a população circunvizinha do Distrito Federal.

Quadro 2.1 – Os novos Campi do IFG a serem implantados.

Unidades a serem implantadas	Projeção de Matrículas	População da Região a ser Atendida
Anápolis (Fase II- em implantação)	1.260	950.000
Formosa (Fase II- em implantação)	1.260	961.000
Luziânia (Fase II- em implantação)	1.260	1.349.000
Total	3.780	3.260.000

O Quadro 2.2. apresenta a Mesorregião e Microrregião das Unidades da Fase II do IFG a serem implantadas e seus respectivos arranjos produtivos locais.

Quadro 2.2 – Os arranjos produtivos locais.

Município	Mesorregião	Microrregião	Arranjos Produtivos Locais
Anápolis	Centro	Anápolis	Bebidas, grãos, cerâmicas, indústria farmacêutica, saúde
Formosa	Leste	Entorno de Brasília	Indústria, construção civil, comércio, serviços, hotelaria
Luziânia	Leste	Entorno de Brasília	Artefatos de cimento, fibrocimento e gesso, comércio e serviços, hotelaria

No decorrer destes encaminhamentos foi apresentado pelo Instituto Federal de Goiás o Projeto de Implantação do Campus Avançado de Aparecida de Goiânia, cidade com uma população expressiva e desprovida de uma instituição de ensino profissional e tecnológico. O Ministério da Educação aprovou o projeto e, com isso, o mesmo foi incorporado às metas e objetivos estratégicos da Instituição.

Deste modo, ao longo desses cem anos, o desenvolvimento da educação profissional no país tem sido acompanhado de alterações das Instituições da Rede Federal. E, neste momento, em que o número de unidades de ensino dessa rede salta de 140 até o ano de 2005 para 354 unidades em um prazo de cinco anos, é natural que essa rede passe por um processo de reorganização e avaliação criteriosa do seu papel social.

Neste contexto, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, conjuntamente com outras 37 autarquias do país, passou a compor a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica instituída pela Lei nº 11.892, em 29 de dezembro de 2008, que criou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Essa nova figura, em sua essência, apontou para a consolidação do CEFET-GO enquanto instituição de ensino superior, com instrumentos legais consistentes para esta atuação. Ao mesmo tempo, estabeleceu como responsabilidade social à oferta de cursos técnicos de nível médio, preferencialmente com formação integrada à educação geral.

Paralelamente a todas essas transformações, a Instituição tem buscado criar instrumentos, instâncias e programas que qualifiquem as suas intervenções em âmbito social e regional. Nesse sentido, é que em 2009 iniciou-se a implantação do Instituto Federal de Goiás com a reestruturação das áreas administrativas e pedagógicas, buscando articulá-las às necessidades sociais em relação ao ensino, pesquisa e extensão. Enfim, desenvolveu-se o Estatuto do Instituto Federal de Goiás.

Em relação à pesquisa e pós-graduação, instituiu e consolidou os Programas de Bolsas de Iniciação à Pesquisa, fomentou parcerias com universidades, realizou Seminários de Iniciação Científica, incentivou e viabilizou a participação de diversos pesquisadores em encontros, seminários e jornadas científicas. Por fim, instituiu, organizou e consolidou uma política de bolsas de pesquisa para mestrandos e doutorandos da Instituição.

Em relação ao ensino, recuperou a oferta do ensino técnico integrado, deu continuidade à implantação do PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) a partir da oferta de diversos cursos, e tem discutido a pertinência e a

relevância social da oferta de cursos superiores de tecnologia, de bacharelados, de engenharias e de licenciaturas.

As atividades relativas à extensão têm buscado resgatar o papel socializador do CEFET-GO, recém transformado em Instituto Federal de Goiás, na perspectiva da ampliação dos valores da democracia, da cidadania e dos traços culturais locais e da compreensão, respeito e convivência pacífica em relação às diferenças étnicas e de gênero. Como exemplo, oferece o curso de licenciatura em Letras–Libras, Língua Brasileira de Sinais, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e desenvolve o projeto “Conhecendo o CEFET-GO”, que tem o objetivo de aproximar o IFG dos alunos do ensino fundamental e médio da rede pública municipal e estadual, divulgando as ações, atividades e cursos oferecidos pela Instituição, servindo como instrumento de apoio na orientação profissional desses estudantes.

A continuidade dos trabalhos do Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica do Centro-Oeste, constituído por servidores e alunos bolsistas do Instituto Federal de Goiás apresentou-se como importante ação no exercício de 2009, disponibilizando instrumentos eficazes de proposição e avaliação da atuação institucional da rede federal de educação, principalmente no que se refere a implantação de novos campi da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Outra ação relevante iniciada em 2007 e que foi dada a continuidade em 2008 e 2009 faz referência à delegação de competência do Ministério da Educação, ao CEFET-GO, para a implantação dos cinco Campi da Escola Técnica Federal de Brasília, hoje transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

Além das ações detalhadas anteriormente, são apresentadas a seguir ações externas de ordem institucional assumidas pela Reitoria.

Quadro 2.3 – Ações externas do IFG de ordem institucional.

AÇÕES EXTERNAS	
Órgãos/Setores/Empresas/Países	Atividades
Alemanha	Convênio com Fachhochschule Trier, Umwelt-Campus Birkenfeldo – Cooperação Científica com Mainz – Suporte financeiro do DAD.

AÇÕES EXTERNAS	
Órgãos/Setores/Empresas/Países	Atividades
Instituto Federal Goiano – Campus Ceres	Reuniões como Membro do Conselho Superior.
Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí	Reuniões como Membro do Conselho Superior.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.	Reuniões como Membro do Conselho Superior.
Federação das Indústrias do Estado de Goiás	Convênios Institucionais.
Ministério da Educação/SETEC – CONCEFET – SINASEFE – ANDES - Ministério do Planejamento – Ministério de Ciência e Tecnologia	<p>I - Reuniões e atividades para tratar dos assuntos abaixo relacionados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Reunião na SETEC/MEC para participar de Oficina de Planejamento; 2- Reunião no MEC/CONCEFET para tratar da elaboração da proposta do Estatuto dos Institutos Federais de Educação; 3- Reunião com o Secretário Executivo do MEC para tratar de assuntos relacionados à expansão da Rede Federal; 4- Participação como debatedor no I Simpósio dos Institutos Federais de Educação, promovido pela SETEC/MEC; 5- Convidado especial do Ministério da Educação, para proferir palestra sobre o tema "Perspectiva para a Educação Profissional"; 6- Participação na solenidade de lançamento do Programa e do Documentário Mulheres Mil, no Ministério da Educação; 7- Participação na reunião do CONFEA/Brasília para participar da elaboração do Projeto Lei nº 2.245/2007, que trata da Regulamentação da Profissão do Tecnólogo; 8- Reunião com o Ministro da Educação para discutir sobre o Processo Seletivo Unificado; 9- Participação em Audiência Pública da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, com a finalidade de discutir a "Implementação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia"; 10- Participação em solenidade de inauguração da Rede Federal com Excelentíssimo Senhor Presidente da República"; 11- Reunião com o Ministro da Educação para discutir sobre a adesão dos Institutos Federais de Educação ao ENEM; 12- Reunião no Ministério da Educação para participar das Comemorações do Centenário da Rede Federal; 13- Reunião com Senadores e Deputados para discutir emendas parlamentares; 14- Reunião em Brasília para participar do Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação; 15- Participação no Congresso de Educação na condição de palestrante, promovido pelo Colégio Pedro II; 16- Participação no Fórum Mundial de Educação Profissional Tecnológica, em Brasília, na condição

AÇÕES EXTERNAS	
Órgãos/Setores/Empresas/Países	Atividades
	<p>de debatedor de temas referentes à Rede Federal;</p> <p>17- Participação na Semana da Engenharia promovida pelo CREA;</p> <p>18- Participação da reunião dos Dirigentes de Instituições Federais de Educação Tecnológica, com discussões sobre as políticas e perspectivas das Instituições.</p> <p>II - Algumas ações desenvolvidas pelo Reitor como Presidente do CONIF:</p> <p>1- Lançamento do Fórum Mundial com a presença do Senhor Ministro da Educação;</p> <p>2- Reunião com assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro, com apresentação da formatação da campanha publicitária da Rede Federal;</p> <p>3- Reunião para estruturação dos Institutos Federais (Descentralização de cargos e composição de quadros da Reitoria e Campus);</p> <p>4- Reunião para tratar do Regime de Dedicção Exclusiva e Jornada de Trabalho Docente (novo Plano de Carreira);</p> <p>5- Reunião para discutir a pós-graduação: Mestrado Profissional, Programas para a Rede, Criação e Consolidação dos NITs, CNPQ e FINEP - Articulações, Programas MINTER e DINTER, PIQDtec-CAPEs, Implantação e consolidação de bolsas de pesquisa nos IFs, Programa PIBITI, concepção e critérios;</p> <p>6- Reunião para discutir Intercâmbio Internacional, Cooperação com o Canadá e Colômbia;</p> <p>7- Reunião para discutir termo de acordo MEC/Sistema S;</p> <p>8- Reunião para discutir o Sistema de Seleção Unificado e a proposta do novo Enem;</p> <p>9- Participação no Seminário Internacional de Extensão de Educação Profissional e Tecnológica.</p>
Prefeitura Municipal de Goiânia	Reunião com o Prefeito Municipal de Goiânia para tratar de implantação de fotossensores no Município de Goiânia com tecnologia desenvolvida pelo Instituto Federal de Goiás.
Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia	1- Reunião com o Prefeito Municipal de Aparecida de Goiânia e Vereadores, para tratar da implantação da extensão do Campus Goiânia naquele Município; 2- Participação na solenidade de inauguração da obra de Aparecida de Goiânia.
Prefeitura Municipal de Anápolis	Reunião com o Prefeito Municipal, Secretário de Educação do Município, Associação Comercial e Industrial e Representantes da Câmara de Vereadores para tratar de assuntos relacionados à implantação do Campus Anápolis.
Prefeitura Municipal de Uruaçu	1- Reunião com o Prefeito Municipal e Vereadores para tratar de assuntos relacionados à continuação das obras; 2- Reunião com o Prefeito Municipal para assinatura e recebimento de escritura de doação do imóvel.

AÇÕES EXTERNAS	
Órgãos/Setores/Empresas/Países	Atividades
Secretaria de Educação do Estado de Goiás	Reuniões para tratar de assinaturas de convênios.
Congresso Nacional e Ministérios da Educação e do Planejamento	Visitas aos gabinetes dos Senadores e dos Deputados Federais para fazer gestões junto às autoridades com objetivo de solicitar ampliação dos recursos orçamentários.
Prefeitura Municipal de Itumbiara	1- Reunião com o Prefeito Municipal e vereadores para tratar da continuidade da obra.
Prefeitura Municipal de Formosa	Reunião na Prefeitura de Formosa com Prefeito Municipal e Vereadores para tratar da implantação do Campus Formosa.
Campus Jataí	1- Reunião com o Prefeito Municipal e vereadores para tratar da continuidade das obras.
Campus – Inhumas	1- Reunião com o Prefeito Municipal e vereadores para tratar de continuidade das obras.
Prefeitura Municipal de Luziânia	Reunião na prefeitura com o Prefeito Municipal e Vereadores de Luziânia para tratar da implantação do Campus Luziânia.

CONSELHO DIRETOR DO CEFET-GO

O Conselho Diretor, previsto na Lei nº 6.545 de 30/06/78, com alterações introduzidas pela Lei nº 8.948 de 08/12/94 bem como o Decreto nº 5.224 de 1º/10/04 é um órgão consultivo e deliberativo que integrou a estrutura do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás como um de seus órgãos colegiados e teve por finalidade colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução da Política Educacional do CEFET-GO.

Porém, na continuidade do relato, é importante esclarecer que na nova estrutura do Instituto Federal de Goiás este Conselho passa a chamar-se Conselho Superior, conforme Estatuto aprovado e receberá, em 2010, uma nova composição com membros internos eleitos pela comunidade e os demais indicados pelos seus pares nas suas Instituições.

Em 2009, o Conselho Diretor que é composto por dez membros titulares e seus respectivos suplentes nomeados por Portaria do Ministro de Estado da Educação, possuiu a seguinte representação e composição:

Quadro 2.4 – Composição do Conselho Diretor.

Presidente: Paulo César Pereira – Diretor-Geral do CEFET-GO	
Secretária: Juraci Alves Grangeiro	
TITULARES	
Representação	Conselheiro
Diretoria-Geral do CEFET-GO	Paulo César Pereira
Diretoria de Ensino/CEFET-GO	Gilda Guimarães
Corpo Docente/CEFET-GO	Antônio Roberto Medeiros Braga
Corpo Discente/CEFET-GO	Hilberson Chagas Diniz
Corpo Técnico-Administrativo/CEFET-GO	Ernesto Pereira da Silva
Técnicos Egressos/CEFET-GO	João Rocha de Assis
Secret. Educ. Profissional e Tecnológica/MEC	José Donizete Borges
Federação da Agricultura do Estado de Goiás	Oswaldo Moreira Guimarães
Federação do Comércio do Estado de Goiás	Felicidade Maria de Faria Melo
Federação das Indústrias do Estado de Goiás	Hélio Naves
SUPLENTE	
Representação	Conselheiro
Diretoria-Geral do CEFET-GO	José Sergio Sarmiento Garcia
Diretoria de Ensino/CEFET-GO	Gerente da Área Tecnológica
Corpo Docente/CEFET-GO	Álvaro Sampaio de Lima
Corpo Discente/CEFET-GO	Fernando Eurípedes Iglesias Alves Pereira
Corpo Técnico-Administrativo/CEFET-GO	Eliezer Mendes de Souza
Técnicos Egressos/CEFET-GO	Valdeon Moraes Bueno
Secret. Educ. Profissional e Tecnológica/MEC	Aníbal Sebastião Alves Filho
Federação da Agricultura do Estado de Goiás	Rosirene Pereira de Souza Fleury Curado
Federação do Comércio do Estado de Goiás	Maria Angélica de Morais e Silva
Federação das Indústrias do Estado de Goiás	Antônio de Souza Almeida

Entre os vários assuntos discutidos em 2009 pelo Conselho Diretor podem ser destacados os citados a seguir:

- Encaminhamentos referentes à transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás;
- Homologação da Resolução nº 33, de 30 de dezembro de 2008, que aprova o Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás;

- Homologação da Resolução nº 33, de 30 de dezembro de 2008, que aprova o Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos Técnicos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás;
- Autorização para professores do Instituto Federal de Goiás atuarem junto ao Projeto de "Fortalecimento Institucional do Instituto de Emprego e Formação profissional – IIEFP, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento";
- Homologação dos nomes indicados pela Comunidade Acadêmica que irão compor a Comissão Eleitoral para conduzir o processo de escolha do Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás;
- Homologação do resultado do Processo de Escolha do Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás;
- Apreciação da prestação de contas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás;
- Apreciação da proposta de Regulamento de Colaboração Esporádica do Instituto Federal de Goiás.

Além disso, relata-se a seguir o resumo das Resoluções do Conselho Diretor em 2009:

- Resolução nº 01, de 10 de fevereiro de 2008, (Deflagra o processo de escolha do Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, designando os Conselheiros Gilda Guimarães, Antônio Roberto Medeiros Braga e Ernesto Pereira da Silva para, até a data limite de 19 de fevereiro de 2009, constituírem Comissão Eleitoral nos termos do Decreto nº 4.877, de 13 de novembro de 2003, estabelecendo a data de 27 de março de 2009 como limite para a conclusão do referido processo);
- Resolução nº 02, de 19 de fevereiro de 2009, (I - Homologa os nomes da comunidade acadêmica, eleito por seus pares, para comporem a Comissão Eleitoral, instituída especificamente para conduzir o processo de escolha do Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, conforme relacionados: DAGMAR BORGES DA SILVA – Docente, ROBERTO EDUARDO CASTILLO PIZARRO –

Docente, SÉRGIO HENRIQUE DE ALMEIDA – Docente, EDUARDO MIZAELE CLEMENTE – Técnico-Administrativo, GENIALDO RODRIGUES MORAIS – Técnico-Administrativo, MARIA HELENA RAMOS – Técnico-Administrativo, MURILLO RODRIGUES GODINHO – Discente, RAFAEL FRANCO SILVEIRA – Discente, WEVERTON JOB DE DEUS – Discente) – (II – Homologar ainda, os nomes dos representantes listados a seguir, indicados pela comunidade acadêmica, para que, em caso de impedimento de algum dos membros da Comissão, seja convocado para recomposição da Comissão Eleitoral, respeitando-se a paridade estabelecida pelo Decreto nº 4.877, de 13 de novembro de 2003: JOÃO BATISTA CHIEPPE JÚNIOR – Docente, NELSON NEY DANTAS CRUZ – Docente, IDENILSON RODRIGUES MORAIS – Técnico-Administrativo, IRANI CAMILO DE SOUZA E SILVA – Técnico-Administrativo, EDUARDO OLIVEIRA – Discente, VANESSA LOPES DE LIMA – Discente) – (III – Delegar ao Reitor “Pro Tempore” do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a competência para expedição de Portaria designando a Comissão Eleitoral);

- Resolução nº 03, de 31 de março de 2009, (Encaminhar ao Ministério da Educação o nome do Professor Paulo César Pereira, candidato eleito para o cargo de Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, dentro do prazo previsto pela legislação, para efeito de homologação);
- Resolução nº 04, de 31 de março de 2009, (Aprovar a prestação de contas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás referente ao Exercício de 2008).

2.3. Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade

2.3.1. RELAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA 0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

Quadro 2.5 – Programa 0089.

Tipo de Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.
Objetivo Geral	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.

Objetivos Específicos	Não consta no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC.
Gerente do Programa	Não consta no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC.
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.
Indicadores ou Parâmetro Utilizados para Avaliação do Programa	Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União
Público-alvo (beneficiários)	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas

PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

Quadro 2.6 – Programa 0750.

Tipo de Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Objetivos Específicos	Não consta no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC.
Gerente do Programa	Não consta no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC.
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.
Indicadores ou Parâmetro Utilizados para Avaliação do Programa	Não consta no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC.
Público-alvo (beneficiários)	Governo.

PROGRAMA 1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.

Quadro 2.7 – Programa 1062.

Tipo de Programa	Programa Finalístico.
Objetivo Geral	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade.
Objetivos Específicos	Não consta no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC.
Gerente do Programa	Eliezer Moreira Pacheco

Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.
Indicadores ou Parâmetro-Avaliação do Programa	1 - Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico; 2 - Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Tecnológico.
Público-alvo (beneficiários)	Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica e professores da Educação Básica e da Educação Profissional.

PROGRAMA 1067 - GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Quadro 2.8 – Programa 1067.

Tipo de Programa	Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.
Objetivo Geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação.
Objetivos Específicos	Não consta no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC.
Gerente do Programa	Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.
Indicadores ou Parâmetro Utilizados para Avaliação do Programa	Não consta no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC.
Público-alvo (beneficiários)	Governo.

2.3.2. PRINCIPAIS AÇÕES DOS PROGRAMAS

RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS AÇÕES DOS PROGRAMAS SOB RESPONSABILIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

A seguir estão apresentadas as principais ações de governo sob a responsabilidade da UJ que foram executadas no exercício de 2009 no Instituto Federal de Goiás.

AÇÃO 0181 – PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS

Quadro 2.9 – Dados gerais da Ação 0181.

Tipo da Ação	Operações Especiais
--------------	---------------------

Finalidade	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.
Coordenador nacional da ação	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.
Unidade executora	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.

a) Principais resultados

Foi garantido o pagamento de proventos, oriundos de direito previdenciário próprio, aos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.

b) Principais Problemas - NÃO OCORREU NO PERÍODO.

c) Contratações e Parcerias - NÃO OCORREU NO PERÍODO.

d) Transferências - NÃO OCORREU NO PERÍODO.

Ocorreram suplementações de crédito na LOA, detalhadas no item 2.4.1 e 2.4.2, que garantiram o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas vinculados ao Instituto Federal de Goiás, em cumprimento às disposições legais.

AÇÃO 2003 – AÇÕES DE INFORMÁTICA

Quadro 2.10 – Dados gerais da Ação 2003.

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.

Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.
Coordenador nacional da ação	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.
Unidade executora	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.

a) Principais resultados

Esta ação contribuiu de forma direta para a melhoria da infra-estrutura de informática na área administrativa e também na área acadêmica da Instituição. Os principais resultados alcançados para esta Ação estão relacionados no Quadro 2.11.

Quadro 2.11 – Principais resultados da Ação 2003.

Natureza da Despesa	Finalidade	Executado
3.3.90.30	Aquisição de Suprimentos de Informática (tonners, cartuchos e outros) para os Campi do IFG.	54.152,31
3.3.90.39	Aquisição de sistemas e licenças.	35.138,00
	Aquisição de Sistemas Anti-vírus.	18.900,00
	SUBTOTAL	54.038,00
4.4.90.52	Aquisição de computadores para as áreas administrativas e pedagógicas do Campus Goiânia.	139.999,30
	Aquisição de equipamentos de telecomunicações e de fornecimento de energia.	64.810,00
	Aquisição de servidores de rede e armário tipo rack.	63.870,00
	SUBTOTAL	268.679,30
	TOTAL	376.869,61

Além destes resultados, ocorreram diversas ações na área de Tecnologia da Informação, porém merecem destaque as ações relatadas a seguir:

- Implantação do sistema de Gestão Acadêmica Q-Acadêmico (terceirizado);
- Adequação do Sistema de Bibliotecas para atender a todos os *campi* do Instituto Federal de Goiás;
- Expansão e adequação da rede local no Campus Goiânia;
- Ativação da rede MetroGyn do projeto REDECOMEP da Rede Nacional de Pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia. Esta rede metropolitana, de alta velocidade, proporciona acesso ao *backbone* da RNP para todo o Campus Goiânia;
- Planejamento da rede de comunicação de dados institucional, interligando todos os *campi* do Instituto Federal de Goiás.

b) Principais Problemas - NÃO OCORREU NO PERÍODO.

c) Contratações e Parcerias

As contratações que ocorreram estão relatadas no Quadro 2.11.

d) Transferências - NÃO OCORREU NO PERÍODO.

AÇÃO 2992 - FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Quadro 2.12 – Dados gerais da Ação 2992.

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.
Descrição	Manutenção das instituições, por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica, assegurando condições de funcionamento, atingimento dos objetivos da atividade-fim – processos de ensino X aprendizagem.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.
Coordenador nacional da ação	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.
Unidade executora	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.

a) Principais resultados

Os principais resultados vinculados a esta ação e relacionados no Quadro 2.13 são aqueles que garantem o pagamento de pessoal ativo e encargos sociais, as aquisições de equipamentos, materiais permanentes e obras civis, as contratações dos serviços contínuos e não contínuos para a manutenção e o funcionamento da Instituição e os que subsidiaram o atendimento da atividade fim do Instituto Federal de Goiás.

Quadro 2.13 – Principais resultados da Ação 2992.

Natureza da Despesa	Finalidade	Executado
3.1.90.00	Pagamento de Pessoal Ativo.	43.974.450,86
3.3.90.00	Manutenção da Instituição.	6.819.254,63
3.3.90.14	Despesas com a concessão de Diárias.	316.199,37
3.3.90.33	Despesas com Passagens e despesas de locomoção	50.636,08
4.4.90.51	Obras e Instalações.	1.989.537,07
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente.	1.967.496,31
	TOTAL	54.750.738,87

No Quadro 2.14 apresenta-se o detalhamento da quantidade de atividades extra-classe realizadas por *Campi* do Instituto Federal de Goiás com vistas a formação dos estudantes da educação profissional e tecnológica com a realização de visitas técnicas às empresas, visitas de campo, viagens em congressos, entre outras.

Quadro 2.14 – Quantidade de visitas técnicas realizadas por Campi.

Visitas Técnicas realizadas por <i>Campi</i>			
Unidade de Ensino	Município	U.F.	Nº de Visitas
Campus Goiânia	Anápolis	GO	06
	Aparecida de Goiânia	GO	11
	Cezarina	GO	02
	Goiânia	GO	49
	Orizona	GO	02
	Vianópolis	GO	02
	Goianésia	GO	02
	Hidrolândia	GO	01

Visitas Técnicas realizadas por <i>Campi</i>			
Unidade de Ensino	Município	U.F.	Nº de Visitas
	Pirenópolis	GO	07
	Alto Paraiso	GO	04
	Brasília	DF	05
	Teresópolis	GO	01
	Piracanjuba	GO	04
	Iporá/Paraúna	GO	01
	Caldas Novas	GO	05
	Anicuns	GO	01
	Morrinhos	GO	03
	Porto Alegre	RS	01
	São Paulo	SP	01
	Fortaleza	CE	01
	Cocalzinho	GO	01
	Ouro Preto	MG	01
	Cachoeira de Goiás	GO	01
	Caldazinha	GO	02
	Paraúna	GO	01
	Itumbiara	GO	01
	Moiporá	GO	02
	Petrolina	GO	01
	Serranópolis	GO	01
	Itaberaí	GO	01
	Cidade de Goiás	GO	01
	Senador Canedo	GO	01
	Jataí	GO	02
	Santa Helena	GO	01
	Alexânia	GO	01
	Buriti Alegre	GO	01
	Barra Bonita	SP	01
	Alto Horizonte	GO	01
SUBTOTAL			130
Campus Itumbiara	Goiânia	GO	02
	Itumbiara	GO	02
	Foz do Iguaçu	PR	01
	Tupaciguara	MG	01
	Anapólis	GO	01
	Trindade	GO	01
	Catalão	GO	01
	SUBTOTAL		
Campus Inhumas	Goiânia	GO	07
	Itumbiara	GO	02
	Aparecida de Goiânia	GO	01
	Cidade de Goiás	GO	01
	Brasília	DF	01
	São Paulo	SP	03
	Salvador	BA	01
	Inhumas	GO	01
	SUBTOTAL		

Visitas Técnicas realizadas por <i>Campi</i>			
Unidade de Ensino	Município	U.F.	Nº de Visitas
Campus Jataí	Goiânia	GO	07
	Vitória	ES	02
	Aporé	GO	02
	Mineiros	GO	01
	Rio Verde	GO	02
	São Simão	GO	01
	Goiás	GO	02
	Serranópolis	GO	03
	Morrinhos	GO	01
	Chapadão	GO	01
	Rio de Janeiro	RJ	01
	São Paulo	SP	01
	SUBTOTAL		24
	Campus Uruaçu	Goiânia	GO
Itumbiara		GO	02
Foz do Iguaçu		PR	01
Tupaciguara		MG	01
Anapólis		GO	01
Trindade		GO	01
Catalão		GO	01
SUBTOTAL			09
TOTAL			189

No Quadro 2.15 apresenta-se o detalhamento dos investimentos em obras civis, aquisição de equipamentos e mobiliários em 2009 para os *Campi* do IFG executados nesta Ação de Governo. Logo, percebe-se pelos percentuais apresentados que o IFG tem investido tanto em Obras Civis e Instalações quanto na aquisição de equipamentos e material permanente buscando sempre a conformidade da infra-estrutura física para promover o atendimento às responsabilidades institucionais.

Quadro 2.15 – Relação dos investimentos da Ação 2992.

Investimentos em Obras e Instalações por Campus	Total (R\$)	%
Campus Goiânia	1.596.452,93	80,24%
Campus Jataí	20.171,69	1,01%
Campus Itumbiara	372.912,45	18,74%
SUBTOTAL	1.989.537,07	100%

Investimentos em Equipamentos e Material Permanente por Campus	Total (R\$)	%
Reitoria	33.081,42	1,68%
Campus Goiânia	495.412,86	25,18%
Campus Jataí	50.560,78	2,57%
Campus Inhumas	123.142,70	6,26%
Campus Itumbiara	197.979,33	10,06%
Campus Uruaçu	382.961,35	19,46%
Campus Anápolis	228.119,30	11,59%
Campus Luziânia	228.119,30	11,59%
Campus Formosa	228.119,30	11,59%
SUBTOTAL	1.967.496,34	100%
Investimento Total		
OBRAS CIVIS E INSTALAÇÕES	1.989.537,07	50,28%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.967.496,34	49,72%
TOTAL	3.957.033,41	100%

b) Principais Problemas - NÃO OCORREU NO PERÍODO.

c) Contratações e Parcerias

A seguir foi relacionado às principais contratações da Instituição, sendo elas responsáveis, na sua maioria, pela manutenção e funcionamento do IFG. Como pode ser observado no Quadro 2.16, esta Ação garante a possibilidade de atendimento das responsabilidades institucionais, pois sem ela a Instituição não possuiria serviços básicos e essenciais disponíveis, tais como: fornecimento de energia elétrica, de água, de serviços de telefonia, de serviços de limpeza e conservação, de serviços de vigilância, entre outros.

Quadro 2.16 – Relação dos principais contratos de manutenção da Instituição.

Nº	Serviços Contratados	Resultados Alcançados
01	Serviços de energia elétrica para os <i>Campi</i> do IFG.	Garantia de fornecimento de energia elétrica.
02	Serviços de água e esgoto para os <i>Campi</i> do IFG.	Garantia de fornecimento de água e serviço de esgoto.
03	Locação de máquinas para reprografia para os <i>Campi</i> do IFG.	Garantia do serviço de reprografia com tecnologia de ponta e manutenção rotineira.
04	Serviços de correspondências e malotes para os <i>Campi</i> do IFG.	Garantia de serviços de correios.

Nº	Serviços Contratados	Resultados Alcançados
05	Serviços de telefonia fixa, Longa Distância e serviços de Internet (Brasil Telecom) para os <i>Campi</i> do IFG.	Garantia de serviços de telefonia fixa e Longa Distância.
06	Serviços de telefonia móvel (Brasil Telecom) para os <i>Campi</i> do IFG.	Garantia de serviços de telefonia móvel.
07	Serviços de telefonia fixa (EMBRATEL) para os <i>Campi</i> do IFG.	Garantia de serviços de telefonia fixa com qualidade e menor custo.
08	Serviços de limpeza e conservação para os <i>Campi</i> do IFG.	Garantia de conservação, limpeza, jardinagem e recepção realizada com fornecimento de material.
09	Serviços de vigilância e segurança ostensiva para os <i>Campi</i> do IFG.	Atender às necessidades de segurança e vigilância das instalações.
10	Publicações no Diário Oficial da União para os <i>Campi</i> do IFG.	Atender exigência legal.
11	Serviços de distribuição de publicidade legal para os <i>Campi</i> do IFG.	Atender às necessidades de publicações, conforme preceitua a legislação vigente.
12	Serviços de Manutenção de veículos leves e pesados para os <i>Campi</i> do IFG.	Garantia da manutenção de veículos para a realização de visitas técnicas e viagens administrativas.
13	Serviços de Manutenção das Instalações Físicas para os <i>Campi</i> do IFG.	Garantia da manutenção das instalações físicas dos <i>Campi</i> .
14	Aquisição de combustíveis e Lubrificantes para os <i>Campi</i> do IFG.	Garantia do fornecimento de combustível para as viagens pedagógicas e administrativas.

Quanto às parcerias, foi dada a continuidade do Curso de Especialização em Educação Profissional Técnica Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, que iniciou suas atividades em outubro de 2007, resultado de esforços comuns entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), o IFG e a Universidade Federal de Goiás (UFG). O curso foi concluído em 2009, com a defesa das monografias de conclusão de curso, pelos alunos das três turmas (Campus Jataí/IFG, Campus Goiânia/IFG e FE/UFG). O Quadro 2.17 apresenta o número de alunos, ingressantes e concluintes, por turma do curso de especialização PROEJA.

Quadro 2.17 – Quantidade de alunos concluintes do curso de especialização em PROEJA.

PROEJA Turma	Número de alunos	
	Inscritos	Concluintes
Campus Jataí/IFG	30	16
Campus Goiânia/IFG	34	14
FE/UFG	36	17
Total	100	47

d) Transferências

NÃO OCORREU NO PERÍODO. Foram feitos Créditos Suplementares, conforme pode ser observado nos itens 2.4.1 e 2.4.2, para pagamento de pessoal, principalmente, para atender aos novos servidores concursados para os novos *Campi* do IFG, garantindo o pagamento devido aos servidores civis ativos do Poder Executivo e encargos sociais, em cumprimento às disposições na legislação vigente.

Enfim, concluindo a análise desta ação, a atividade fim da Instituição (Educação profissional e tecnológica gratuita e de qualidade) para obter o sucesso desejado, necessita de infra-estrutura física adequada, de recursos humanos suficientes e qualificados e dos serviços básicos disponíveis. Para tanto, são extremamente essenciais os recursos dispendidos nesta ação.

AÇÃO 2994 - ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Quadro 2.18 – Dados gerais da Ação 2994.

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Suprir a necessidade básica do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola.
Descrição	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.
Coordenador nacional da ação	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.
Unidade executora	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.

a) Principais resultados

Os principais resultados alcançados com a concessão do auxílio financeiro para os estudantes, detalhados no Quadro 2.19, consolidaram no IFG a política de incentivo ao desenvolvimento da pesquisa através do Programa de Bolsas de Iniciação Científica do IFG – PBIC/IFG, a participação em eventos científicos e tecnológicos e a experiência na prática dos conteúdos teóricos apreendidos.

O IFG também proporcionou a permanência do estudante carente na Instituição, oferecendo Bolsas de Estudos e Monitoria juntamente com os ambientes adequados ao aprendizado, tais como: bibliotecas, laboratórios de informática com acesso a internet e específicos das áreas tecnológicas, atividades esportivas e culturais.

Quadro 2.19 – Principais resultados da Ação 2994.

Unidade de Ensino		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Campus Goiânia	IC	16		18	04	04	08	04	13	13	11	12	12
	EM	10		63	83	81	177	79	85	85	85	94	75
	VT			51	150	292	278		29	246	258	253	234
SUBTOTAL		26		132	237	377	463	83	127	344	354	359	321
Campus Jataí	IC	04		05	02	02	02	02	04	22	06	06	06
	EM			25	21	25	25	23	26	28	29	30	29
	VT		01	02	94	23	25		63	14	39	108	55
SUBTOTAL		04	01	32	117	50	52	25	93	64	74	144	90
Campus Inhumas	IC	04		04	03	04	03	03	10	44	14	10	09
	EM				04	04		07	18	23	23	21	21
	VT		01	38	17	40	24	01	48	24			
SUBTOTAL		04	01	42	24	48	27	11	76	91	37	31	30
Campus Itumbiara	IC								03	06	03	03	03
	EM					07		07	05	07	08	08	07
	VT		01	64			08				01	145	
SUBTOTAL			01	64		07	08	07	08	13	12	156	10
Campus Uruaçu	IC									04			
	EM								11	12	11	11	25
	VT		01				01	01			63	01	54
SUBTOTAL			01				01	01	11	16	74	12	79
TOTAL	IC	24		27	09	10	13	09	30	89	34	31	30
	EM	10		88	108	117	202	116	145	155	156	164	157
	VT		04	155	261	355	336	02	140	284	361	507	343
TOTAL GERAL		34	04	270	378	482	551	127	315	528	551	702	530

Legenda: IN – Bolsas de Iniciação Científica; EM – Bolsas de Estudos e Monitoria; VT – Visitas Técnicas.

b) Principais Problemas - NÃO OCORREU NO PERÍODO.

c) Contratações e Parcerias

Além do mencionado anteriormente, o IFG, em parceria com o CNPq, contemplou outros programas de iniciação científica e de desenvolvimento tecnológico e inovação no ano de 2009, os quais auxiliaram na consolidação da pesquisa no IFG e que não foram financiados por esta Ação de Governo, tais como:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI/CNPq.

Outro programa desenvolvido no IFG em 2009 trata-se do Programa de Voluntário de Iniciação Científica do IFG – PVIC/IFG, que não oferece bolsas de incentivos, mas que recebe todo apoio necessário da Instituição.

Estes programas são voltados para o aluno, não para o pesquisador, e se destinam a complementar o ensino, oferecendo aos alunos a oportunidade de descobrir como a ciência é produzida, como o conhecimento é adquirido. Esse objetivo é conseguido pela participação dos alunos nas atividades práticas e teóricas no ambiente de pesquisa.

No Processo seletivo de 2009 foram submetidos 67 projetos de pesquisa para todos os programas regulamentados no IFG, sendo 57 deles recomendados pelo Comitê Interno do IFG e Comitê Externo do CNPq. Estes projetos atenderam a alunos de todos os campi do IFG, como mostra a Tabela 2.

Quadro 2.20 - Número de projetos submetidos e recomendados ao PIBIC, PIBITI, PBIC e PVIC.

Unidade de Ensino	Projetos Submetidos		Projetos Aprovados	
	Nº	%	Nº	%
Campus Inhumas	29	43,3%	21	36,8%
Campus Goiânia	19	28,4%	19	33,3%
Campus Jataí	14	20,9%	12	21,1%
Campus Itumbiara	03	4,5%	03	5,3%
Campus Uruaçu	02	3,0%	02	3,5%
Total	67	100%	57	100%

d) Transferências - NÃO OCORREU NO PERÍODO.

AÇÃO 6301 - ACERVO BIBLIOGRÁFICO PARA AS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Quadro 2.21 – Dados gerais da Ação 6301.

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional.
Descrição	Financiamento mediante a aprovação de projetos que identifiquem as deficiências existentes no acervo e proponha sua atualização e recomposição.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.
Coordenador nacional da ação	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.
Unidade executora	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.

a) Principais resultados

No Quadro 2.22 apresentam-se os principais resultados alcançados com o detalhamento das aquisições de acervo bibliográfico em 2009 para os *Campi* do IFG executados nesta Ação de Governo. Logo, percebe-se pelos percentuais apresentados que o IFG priorizou aqueles que estão em funcionamento e iniciou a implantação das bibliotecas daqueles que brevemente começarão suas atividades, além de garantir para a Reitoria a aquisição de livros essenciais para a rotina do trabalho administrativo.

Quadro 2.22 – Detalhamento dos investimentos em acervo bibliográfico por Campus.

Aquisição de Acervo Bibliográfico por Campus	Meta Física	Total (R\$)	%
Reitoria	774	50.000,00	6,38
Campus Goiânia	3.566	204.426,75	26,08
Campus Jataí	2.070	119.300,00	15,22
Campus Inhumas	774	50.000,00	6,38
Campus Itumbiara	1.856	120.000,00	15,31
Campus Uruaçu	1.392	90.000,00	11,48
Campus Anápolis	774	50.000,00	6,38
Campus Formosa	774	50.000,00	6,38

Aquisição de Acervo Bibliográfico por Campus	Meta Física	Total (R\$)	%
Campus Luziânia	774	50.000,00	6,38
TOTAL	12.754	783.726,75	100%

b) Principais Problemas

Os maiores problemas com a aquisição de acervo bibliográfico, enfrentados pela Administração, referem-se ao detalhamento dos pedidos. Estes geram listas enormes de aquisição com uma diversidade muito grande de títulos, que são agrupados para facilitar o processo, e que às vezes esgotam na editora ou saem de circulação em curto espaço de tempo. Entretanto, a Administração tem envidado esforços para atingir suas metas e minimizar estes problemas.

c) Contratações e Parcerias - NÃO OCORREU NO PERÍODO.

d) Transferências – NÃO OCORREU NO PERÍODO.

Além das aquisições para a ampliação do acervo bibliográfico das bibliotecas dos *Campi* em funcionamento (Goiânia, Jataí, Inhumas, Itumbiara e Uruaçu), foi liberado pela SOF o superávit primário do IFG, conforme pode ser observado nos itens 2.4.1 e 2.4.2, o que possibilitou o início da implantação das bibliotecas dos novos *Campi* do IFG (Anápolis, Formosa e Luziânia) que irão iniciar suas atividades no primeiro semestre de 2010.

AÇÃO 4572 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

Quadro 2.23 – Dados gerais da Ação 4572.

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.

Coordenador nacional da ação	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.
Unidade executora	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.

a) Principais resultados

Os principais resultados alcançados com esta Ação e detalhados no Quadro 2.24, refletem no maior envolvimento de servidores qualificados e capacitados para executarem com eficiência e eficácia as atribuições que lhes são delegadas com a finalidade de atingir as responsabilidades institucionais. Por conseguinte, foram contempladas as bolsas do Programa Institucional de Qualificação de Servidores em nível de Mestrado e Doutorado (PIQS), Programa de Apoio à Produtividade e Pesquisa (PROAPP) e Programa Institucional de Concessão de Bolsas de Graduação e Especialização (PIGE).

Quadro 2.24 – Principais resultados da Ação 4572.

Natureza da Despesa	Finalidade	Executado
3.3.90.14	Concessão de Diárias para capacitação dos servidores.	76.483,34
3.3.90.18	Auxílio financeiro aos servidores estudantes em processo qualificação e requalificação (PIQS e PIGE).	74.200,00
3.3.90.20	Auxílio financeiro a pesquisadores (PROAPP).	9.600,00
3.3.90.33	Concessão de passagens e despesas com locomoção.	37.701,74
3.3.90.36	Contratação de serviços de pessoa física para ministrar curso de capacitação aos servidores.	11.277,23
3.3.90.39	Contratação de serviços de pessoa jurídica para participação em congressos, seminários, simpósios e cursos de capacitação aos servidores.	7.673,00
3.3.91.39	Contratação de serviços de pessoa jurídica para ministrar cursos de capacitação aos servidores.	1.000,00
	TOTAL	217.935,31

No Quadro 2.25 está demonstrado um equilíbrio nas concessões de recursos para a capacitação dos servidores do IFG. Tanto os docentes quanto os técnico-administrativos tem sido beneficiados com os programas institucionais e as capacitações diversas (participações em congressos, seminários, simpósios, cursos, minicursos, etc).

Quadro 2.25 – Detalhamento da meta física por categoria funcional.

Mês	Categoria Funcional		Total
	Docentes	Técnico-administrativos	
Janeiro	07	05	12
Fevereiro	00	05	05
Março	11	06	17
Abril	02	07	09
Maio	33	47	80
Junho	28	81	109
Julho	17	04	21
Agosto	14	08	22
Setembro	26	10	36
Outubro	19	03	22
Novembro	21	10	31
Dezembro	23	13	36
TOTAL	201	199	400

No Quadro 2.26 está detalhada mensalmente a meta física por Campus e por programa institucional de capacitação, qualificação e requalificação de servidores. Os mesmos são selecionados através da divulgação de editais que estabelecem os critérios de seleção dos candidatos e também a forma de acompanhamento, avaliação e cancelamento ou suspensão do auxílio financeiro.

Quadro 2.26 – Detalhamento da meta física por programa institucional e por Campus.

Unidade de Ensino		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Campus Goiânia	PROAPP			04	04	04	04	04	04	04	04	04	04
	PIQS	10	10	09	07	08	08	08	07	08	07	07	07
	PIGE	06	12	21	21	21	21	21	32	30	30	29	29
SUBTOTAL		16	22	34	32	33	33	33	43	42	41	40	40
Campus Jataí	PROAPP			02	02	02	02	02	02	02	02	02	02
	PIQS	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01
	PIGE	07	07	07	07	07	07	07	08	08	08	08	08
SUBTOTAL		08	08	10	10	10	10	10	11	11	11	11	11
Campus Inhumas	PROAPP			01	01	01	01	01	01	01	01	01	
	PIQS	01	01	01	01	01	01	01					
	PIGE	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01

Unidade de Ensino		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
SUBTOTAL		02	02	03	03	03	03	03	02	02	02	02	01
Campus Uruaçu	PROAPP			01	01	01	01	01	01	01	01	01	01
TOTAL	PROAPP			08	08	08	08	08	08	08	08	08	07
	PIQS	12	12	11	09	10	10	10	08	09	08	08	08
	PIGE	23	29	40	40	40	31	31	40	39	39	39	39
TOTAL GERAL		35	41	59	57	58	49	49	56	56	55	55	54

Legenda: PROAPP – Programa de Apoio à Produtividade e Pesquisa; PIQS – Programa Institucional de Qualificação de Servidores em nível de Mestrado e Doutorado; PIGE – Programa Institucional de Concessão de Bolsas de Graduação e Especialização.

Além dos citados programas institucionais de incentivo a capacitação e a qualificação de recursos humanos, merecem destaque nas capacitações diversas a promoção direta de cursos para o segmento de técnicos-administrativos, dentro do Programa de Capacitação para Servidores Técnico-Administrativos:

- Curso Suíte BrOffice, com carga horária de 150 horas para vinte e seis (26) servidores;
- Curso preparatório para Pós-Graduação, com carga horária de 150 horas para dezenove (19) servidores;
- Curso de Tecnologia JAVA, com carga horária de 150 horas para dezesseis (16) servidores.

b) Principais Problemas

Com a implantação dos programas institucionais que regulamentaram quase integralmente a execução desta Ação os problemas foram minimizados e o atingimento da meta física é menor em relação às capacitações diversas, porém com objetivos evidentes da consolidação de uma política permanente de formação e qualificação de servidores no Instituto Federal de Goiás. Por conseguinte, os mesmos contribuirão para a melhoria da qualidade da educação profissional, técnica e tecnológica do estado de Goiás.

c) Contratações e Parcerias

Ocorreram algumas contratações diretas para pagamento de inscrições em cursos, simpósios, congressos, entre outros, mas que não tiveram grande impacto no orçamento desta Ação.

Além do que foi mencionado anteriormente, foram firmadas, em 2009, algumas parcerias para viabilizar a qualificação e requalificação dos servidores do Instituto Federal de Goiás. Dentre elas merecem destaque:

- O Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - PIQDTEC é um programa desenvolvido em parceria com a CAPES – SETEC/MEC, com o objetivo de viabilizar a formação, em nível de pós-graduação stricto sensu no país, dos integrantes do quadro de pessoal permanente da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. No ano de 2009 o IFG foi contemplado com mais duas bolsas de doutorado e uma de mestrado. Como já havia seis bolsistas de doutorado, o IFG em 2009, passou a ter um total de oito bolsas de doutorado e uma de mestrado;
- O Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Engenharia Mecânica, aprovado junto a CAPES – SETEC/MEC em dezembro de 2007 teve início no ano de 2008 a turma de Doutorado em Engenharia Mecânica, numa parceria do IFG (Instituição Receptora) e o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Uberlândia (Instituição Promotora). A turma é formada por seis professores do quadro permanente do IFG;
- O Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Educação, aprovado junto a CAPES – SETEC/MEC no início do segundo semestre de 2009, é fruto de uma parceria do IFG-Campus Jataí, UFG-Campus Jataí e Campus Catalão (Instituições Receptoras) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás (Instituição Promotora). Embora houvesse 20 vagas para as instituições receptoras, apenas nove delas foram preenchidas. Das cinco vagas destinadas ao IFG, apenas três professores do quadro permanente do IFG foram selecionados;

- Em setembro de 2009 o Instituto Federal de Goiás – IFG (Instituição Receptora), em parceria com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA (Instituição Promotora), submeteu uma proposta de Doutorado Interinstitucional (Dinter) em Engenharia Elétrica e Computação ao Edital 04/2009 – CAPES/SETEC. Os consultores da CAPES aprovaram, ainda em 2009, a proposta financeira do referido projeto, ficando o mérito da mesma para ser aprovada no início de 2010;
- Foi aprovado, no final de dezembro, pela CAPES o Projeto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID do Instituto Federal de Goiás, submetido ao Edital CAPES/DEB nº 2/2009. Neste projeto foram solicitadas 54 bolsas, para serem distribuídas a alunos dos cursos de Licenciatura em Física, Química e História dos cinco Campi em funcionamento do IFG.

d) Transferências - NÃO OCORREU NO PERÍODO.

RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS AÇÕES EXECUTADAS PELA UJ QUE NÃO ESTÃO SOB SUA RESPONSABILIDADE (DESCENTRALIZAÇÕES DE CRÉDITO).

AÇÃO 1H10 – EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Quadro 2.27 – Dados gerais da Ação 1H10.

Tipo da Ação	Projeto.
Finalidade	Ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica mediante a implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas – UNEDs.
Descrição	Construção, ampliação, reforma e equipamentos das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.
Coordenador nacional da ação	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.
Unidade executora	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.

b) Principais resultados

Os principais resultados alcançados com a descentralização de crédito para esta Ação estão relacionados no Quadro 2.28.

Quadro 2.28 – Principais resultados da Ação 1H10.

Natureza da Despesa	Finalidade	Executado
3.3.90.14	Diárias para manutenção das atividades rotineiras dos Campi Inhumas, Itumbiara e Uruaçu.	25.782,83
3.3.90.30	Aquisição de materiais de expediente, utensílios, materiais eletro-eletrônicos, ferramentas, informática e outros para os Campi do IFG.	179.577,41
3.3.90.37	Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e vigilância e suas repactuações dos Campi Inhumas, Itumbiara e Uruaçu.	69.262,40
3.3.90.39	Contratação de empresa para realização da Semana de Licenciatura em Inhumas.	20.000,00
	Assinatura de periódicos para os Campi do IFG.	3.783,60
	Aquisição de Sistema Anti-Furto para o Campus Inhumas.	33.080,00
	Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços técnicos de elaboração dos projetos elétricos dos <i>Campi</i> do IFG.	291.045,46
	SUBTOTAL	347.909,06
4.4.90.51	Contratação de empresa de engenharia para execução da 2ª etapa de implantação do Campus Luziânia.	300.000,00
	Contratação de empresa de engenharia para execução da 2ª etapa de implantação do Campus Itumbiara.	300.000,00
	Contratação de empresa de engenharia para execução da 1ª etapa de implantação da Unidade de Extensão do Campus Goiânia na cidade de Aparecida de Goiânia.	300.000,00
	Contratação de empresa de engenharia para execução da 4ª etapa de implantação do Campus Jataí.	300.000,00
	Contratação de empresa de engenharia para execução de implantação do Campus Uruaçu.	300.000,00
	Contratação de empresa de engenharia para execução da 2ª etapa de implantação do Campus Formosa.	300.000,00
	Contratação de empresa de engenharia para execução da 2ª etapa de implantação do Campus Anápolis.	300.000,00
	Contratação de empresa de engenharia para execução da 5ª etapa de implantação do Campus Inhumas.	300.000,00
	Contratação de empresa de engenharia para execução da 1ª etapa de implantação do Campus Brasília – IFB.	500.000,00
SUBTOTAL	2.900.000,00	

Natureza da Despesa	Finalidade	Executado
4.4.90.52	Aquisição de equipamentos de Recurso Didático e Eletro-eletrônico.	116.225,45
	Aquisição de Equipamentos de Informática.	70.955,97
	Aquisição de Mobiliário em aço.	66.849,66
	Aquisição de Mobiliário.	613.943,35
	Aquisição de Equipamentos para Laboratório.	541.529,07
	Aquisição de Equipamentos de Indústria.	179.273,34
	Aquisição de Equipamento - Unidade Mestre de Física.	60.000,00
	Aquisição de computadores.	193.370,00
	Aquisição de Notebooks.	2.702,00
	SUBTOTAL	1.844.848,84
	TOTAL	5.367.380,54

c) Principais Problemas - NÃO OCORREU NO PERÍODO.

d) Contratações e Parcerias - NÃO OCORREU NO PERÍODO.

e) Transferências - NÃO OCORREU NO PERÍODO.

AÇÃO 6380 – FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Quadro 2.29 – Dados gerais da Ação 6380.

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Promover a modernização e atualização das instituições de ensino da educação profissional, incluindo as instituições que fornecem educação profissional do campo de modo a possibilitar a elevação de escolaridade de jovens e adultos, garantindo o ingresso dos que se encontram fora da escola formal e assegurando condições físico-técnicas e administrativas para o desenvolvimento da nova política da educação profissional.
Descrição	Suporte para a implementação e desenvolvimento referente à formação de alunos, expansão de vagas, modernização tecnológica de laboratórios, modernização do processo didático-pedagógico, aquisição de máquinas e equipamentos. Além de apoio pedagógico a projetos de educação profissional do campo, e elevação de escolaridade de jovens e adultos, incluindo capacitação de docentes, bolsas de trabalho para monitores, melhoria de infra-estrutura, equipamentos e outros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.
Coordenador nacional da ação	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.
Unidade executora	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.

a) Principais resultados

Os principais resultados alcançados com a descentralização de crédito para esta Ação estão relacionados no Quadro 2.30.

Quadro 2.30 – Principais resultados da Ação 6380.

Natureza da Despesa	Finalidade	Executado
3.3.90.14	Participação no Fórum mundial de Educação.	21.927,60
3.3.90.18	Pagamento de bolsas de qualificação (PIQS E PIGE).	116.000,00
	Auxílio financeiro aos estudantes do PROEJA do IFG (março a dezembro 2009).	303.000,00
	Pagamento de bolsas para os estudantes do Observatório do Mundo do Trabalho do IFG.	7.200,00
	SUBTOTAL	426.200,00
3.3.90.20	Pagamento de bolsas de incentivo ao pesquisador (PROAPP).	30.000,00
	Pagamento de bolsas aos pesquisadores do Observatório do Mundo do Trabalho do IFG.	16.000,00
	SUBTOTAL	46.000,00
3.3.90.30	Abastecimento do veículo para a participação no Fórum mundial de Educação em Brasília/DF.	643,74
3.3.90.36	Contratação de profissional para dar suporte as atividades do Observatório do Mundo do Trabalho do IFG.	4.800,00
3.3.90.39	Serviços técnicos de arquitetura e engenharia para o Instituto Federal de Brasília.	199.875,00
	Inscrições em eventos para capacitação.	2.318,00
	Realização da semana de aniversário do centenário do IFG.	78.722,84
	SUBTOTAL	280.915,84
4.4.90.52	Aquisição de mobiliário e computadores para a implantação do Núcleo de Tecnologia no IFG.	11.518,60
	Aquisição de telescópios para os <i>Campi</i> do IFG (Goiânia, Jataí, Inhumas e Itumbiara).	86.799,00
	Aquisição de acervo bibliográfico para os <i>Campi</i> do IFG (Inhumas, Itumbiara e Uruaçu).	371.035,10

Natureza da Despesa	Finalidade	Executado
	Aquisição de equipamentos (Nobreak, ar condicionado e outros) para a conclusão das obras dos <i>Campi</i> do IFG (Goiânia, Itumbiara, Uruaçu, Anápolis, Formosa, Luziânia).	1.101.073,00
	Aquisição de estantes para a implantação das bibliotecas nos novos <i>Campi</i> do IFG (Anápolis, Formosa, Luziânia).	129.258,00
	Aquisição de veículos para os novos <i>Campi</i> do IFG (Itumbiara, Uruaçu, Anápolis, Formosa e Anápolis).	405.500,00
	Aquisição de equipamentos para a implantação dos laboratórios acadêmicos e a área administrativa nos novos <i>Campi</i> do IFG (Anápolis, Formosa e Luziânia).	1.063.970,97
	SUBTOTAL	3.169.154,67
	TOTAL	3.961.160,45

b) Principais Problemas - NÃO OCORREU NO PERÍODO.

c) Contratações e Parcerias - NÃO OCORREU NO PERÍODO.

d) Transferências - NÃO OCORREU NO PERÍODO.

AÇÃO 8650 – REESTRUTURAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO

Quadro 2.31 – Dados gerais da Ação 8650.

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Reorganizar e integrar as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica com vistas a ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica mediante a modernização de unidades.
Descrição	Adequação das entidades da rede federal de educação profissional e tecnológica, por meio de ampliação, reforma e aquisição de equipamentos, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 6.095/2007, que estabelece o processo de integração para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.
Coordenador nacional da ação	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.
Unidade executora	NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.

a) Principais resultados

Os principais resultados alcançados com a descentralização de crédito para esta Ação estão relacionados no quadro a seguir.

Quadro 2.32 – Principais resultados da Ação 8650.

Natureza da Despesa	Finalidade	Executado
3.3.90.14	Diárias para manutenção das atividades rotineiras do Campus Jataí.	19.188,44
3.3.90.30	Aquisição de materiais de expediente, utensílios, materiais eletro-eletrônicos, ferramentas, informática e outros.	377.380,07
3.3.90.37	Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e vigilância e suas repactuações.	2.718,00
3.3.90.39	Assinatura de periódicos.	5.298,16
4.4.90.51	Contratação de empresa de engenharia para execução da 1ª etapa de implantação do Campus Luziânia – Aditivo.	949.897,69
	Contratação de empresa de engenharia para execução da 1ª etapa de implantação do Campus Formosa – Aditivo.	909.119,00
	Contratação de empresa de engenharia para execução da 1ª etapa de implantação do Campus Anápolis – Aditivo.	914.655,50
	SUBTOTAL	2.773.672,19
4.4.90.52	Aquisição de equipamentos de informática.	600,00
	Aquisição de equipamentos de infra-estrutura.	73.191,22
	Aquisição de mobiliário.	119.373,12
	Aquisição de equipamentos para laboratório.	891.858,38
	Aquisição de equipamentos para indústria.	353.766,66
	Aquisição de computadores.	91.320,00
	Aquisição de notebook.	5.404,00
	SUBTOTAL	1.535.513,38
	TOTAL	4.713.770,24

b) Principais Problemas - NÃO OCORREU NO PERÍODO.

c) Contratações e Parcerias - NÃO OCORREU NO PERÍODO.

d) Transferências - NÃO OCORREU NO PERÍODO.

2.4. Desempenho Operacional

2.4.1. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a) Identificação da Unidade Orçamentária

No Quadro 2.33 são apresentadas as informações identificadoras da Unidade Orçamentária (UO) que detêm as programações orçamentárias utilizadas pela UJ.

Quadro 2.33 - Identificação da Unidade Orçamentária.

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS	26.208	153012

b) Programação de Despesas Correntes

O Quadro 2.34, denominado Programação de Despesas Correntes, está organizado como uma planilha contendo três (3) colunas duplas, que contemplam os três grupos de despesa da categoria econômica Despesas Correntes, quais sejam: 1 – Pessoal e Encargos Sociais, 2 – Juros e Encargos da Dívida e 3- Outras Despesas Correntes. Cada grupo de despesa está segmentado nos exercícios de 2008 e 2009. As linhas, por sua vez, estão divididas em dois grupos de informação: LOA e CRÉDITOS, que são compostos pelos campos de informações descritos a seguir.

Quadro 2.34 - Programação de Despesas Correntes.

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	44.468.934,00	46.238.889,00			7.760.343,00	10.770.772,00	
	PLOA	44.468.934,00	46.238.889,00			7.736.999,00	11.699.042,00	
	LOA	44.468.934,00	46.238.889,00			7.736.999,00	9.703.950,00	
CRÉDITOS	Suplementares		11.362.737,00	25.025.700,00			329.968,00	2.495.953,00
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados						119.677,00	61.862,00
Outras Operações								
Total		55.831.671,00	71.264.589,00			7.947.290,00	12.138.041,00	

c) Programação de Despesas de Capital

O Quadro 2.35, denominado Programação de Despesas de Capital, está organizado como uma planilha contendo três (3) colunas duplas, que contemplam os três grupos de despesa da categoria econômica Despesas de Capital, quais sejam: 4 – Investimentos, 2 – Inversões Financeiras e 3- Outras Despesas de Capital. Cada grupo de despesa está segmentado nos exercícios de 2008 e 2009 e tem os mesmos campos já descritos no demonstrativo anterior.

Quadro 2.35 - Programação de Despesas de Capital.

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	2.883.353,00	4.432.252,00				
	PLOA	2.833.353,00	4.432.252,00				
	LOA	3.333.353,00	4.432.252,00				
CRÉDITOS	Suplementares			594.000,00			
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		3.333.353,00	5.026.252,00				

d) Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

O Quadro 2.36, denominado Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência, apresentado a seguir, é um quadro resumo dos dois demonstrativos anteriores contemplando ainda a reserva de contingência, quando houver.

Quadro 2.36 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	7.760.343,00	10.770.772,00	2.883.353,00	4.432.252,00		
	PLOA	7.736.999,00	11.699.042,00	2.833.353,00	4.432.252,00		

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
CRÉDITOS	LOA	7.736.999,00	9.703.950,00	3.333.353,00	4.432.252,00			
	Suplementares	329.968,00	2.495.953,00		594.000,00			
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados	119.677,00	61.862,00					
Outras Operações								
Total		7.947.290,00	12.138.041,00	3.333.353,00	5.026.252,00			

Análise Crítica

- Dotações propostas pela UO, PLOA e LOA:

Na análise dos Quadros 2.34, 2.35 e 2.36, a situação demonstrada reflete um aumento significativo na proposta orçamentária da UO de 2008 para 2009 nas Despesas Correntes, o que significa o crescimento e a expansão da UJ com a implantação de novos *Campi* nas Cidades de Itumbiara e Uruaçu e a consolidação da implantação do Campus Inhumas.

Em 2009, o montante apresentado pela UO na proposta orçamentária foi acrescido no PLOA pelo órgão central para consolidar a política de governo estabelecida para estas Instituições de Educação Profissional e Tecnológica. Porém, houve um corte de orçamento no Congresso Nacional, o qual foi revisto e suplementado no Orçamento da Instituição no primeiro semestre do exercício para que a mesma garantisse suas despesas primárias e essenciais ao funcionamento da UJ.

Quanto as Despesas de Capital, não houve nenhuma alteração na proposta orçamentária para a LOA, o recurso possível de disponibilizar no orçamento para este tipo de despesa, extraídas as despesas essenciais da Instituição e considerando o limite orçamentário liberado pela SETEC/MEC, foi mantido. Entretanto, foi liberado pela SOF, o superávit primário da UO acumulado nos últimos três anos através de crédito suplementar.

Em relação às Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, o orçamento também foi suplementado, principalmente, devido ao ingresso de novos servidores através de concurso público para atender as necessidades dos novos *Campi* mencionados anteriormente e alguns ajustes orçamentários seguindo a legislação vigente para garantir o pagamento de pessoal.

- Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior:

As alterações nas Despesas Correntes e de Capital foram relevantes para a UO. A primeira porque garantiu o funcionamento da Instituição e o cumprimento dos compromissos contratuais assumidos no exercício com despesas essenciais. Sendo o crédito liberado no início do exercício, portanto não comprometeu o andamento do planejamento feito para a UJ.

A segunda alteração, Despesas de Capital, foi solicitada a liberação do crédito no início do exercício e liberado no final. A maior dificuldade para a UO é a execução orçamentária que tem como princípio a disponibilidade orçamentária e que deverá seguir rigorosamente a Lei nº 8.666/93 para as Licitações e Contratações.

e) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

O Quadro 2.37, denominado Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa, compreende o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de UG não associada à UJ, ou seja, externa à UJ e deve ser preenchido por todas as UJ. Para

efeito deste demonstrativo conceitua-se como movimentação interna de crédito qualquer transferência de créditos entre UO do mesmo Órgão e como movimentação externa de crédito a movimentação de créditos entre UO de Órgãos distintos.

Este Quadro contempla cinco colunas e está dividido em dois grupos de informação. O primeiro contém os créditos internos e externos concedidos ou recebidos para a realização de despesas correntes, enquanto o segundo contém os créditos internos e externos concedidos ou recebidos para a realização de despesas de capital.

Quadro 2.37 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	150016	26101- 12.363.1062.1H10			622.531,70
		150016	26.101- 12.363.1062.20AW			19.200,00
		150016	26.101- 12.363.1062.6358			652,57
		150016	26.101- 12.363.1062.6380			780.677,60
		150016	26.101- 12.363.1062.8650			404.584,67
		153173	26.298- 12.128.1061.2C95			115.484,54
		153173	26.298- 12.363.1062.8252			1.295,98
		150016	41.101- 24.128.1008.6867			4.663,23
		SUBTOTAL			1.949.090,29	
Recebidos		NÃO OCORREU NO PERÍODO				
Concedidos		NÃO OCORREU NO PERÍODO				
Recebidos		NÃO OCORREU NO PERÍODO				
Movimentação Externa						

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	150016	26101- 12.363.1062.1H10	4.744.848,84		
		150016	26.101- 12.363.1062.6380	3.169.154,67		
		150016	26.101- 12.363.1062.8650	4.309.185,57		
		153173	26.298- 12.363.1062.8252	138.550,00		
		SUBTOTAL		12.361.739,08		
	Recebidos	NÃO OCORREU NO PERÍODO				
Movimentação Externa	Concedidos	NÃO OCORREU NO PERÍODO				
	Recebidos	NÃO OCORREU NO PERÍODO				

Análise Crítica

Os créditos concedidos a UO, através de movimentação interna pela SETEC/MEC, viabilizaram a continuidade da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no estado de Goiás com a continuidade da implantação e funcionamento dos *Campi* Inhumas, Itumbiara e Uruaçu e o início de contratações e aquisições para o funcionamento dos *Campi* Anápolis, Formosa e Luziânia no primeiro semestre de 2010. Além disso, viabilizaram também o desenvolvimento de alguns projetos e reestruturação dos *Campi* que não compõem a expansão (Goiânia e Jataí).

Quanto ao impacto da realização dessas programações no conjunto de recursos geridos pela UJ percebe-se pelos montantes concedidos. Na LOA as Despesas Correntes somadas as Despesas de Capital totalizam R\$ 17.164.293,00 e nas movimentações internas totalizam R\$ 14.310.829,37. O que representa um percentual de 83,37% de recursos disponibilizados na movimentação interna em

relação à LOA, isto é, aproximadamente quase cem por cento do valor da LOA. Levando-nos a concluir que o impacto na UJ foi intenso, direto e estruturante.

2.4.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Execução Orçamentária compreende quatro (4) demonstrativos, quais sejam: Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ, Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação, Execução Orçamentária por Programa de Governo e Execução Física das Ações realizadas pelas UJ.

Quanto aos dois primeiros demonstrativos, cabe observar que ambos são compostos por três (3) quadros semelhantes: Despesas por Modalidade de Contratação; Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa; Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa. A diferença entre esses demonstrativos reside no fato de o primeiro se referir à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA e dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa.

Em relação aos dois demonstrativos restantes, trata o primeiro de análise do cumprimento pela UJ dos programas de governo constantes do Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2008/2011 (PPA 2008/2011), enquanto o segundo cuida de examinar o cumprimento das metas físicas relacionadas às ações orçamentárias constantes da LOA de 2009 de responsabilidade da UJ. O primeiro não será preenchido pela UJ devido a mesma não desempenhar a função de gerente de programa constante do PPA, enquanto o segundo será devidamente preenchido, conforme as orientações do TCU.

a) Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

a1) Despesas por Modalidade de Contratação

O Quadro 2.38 do primeiro demonstrativo, denominado Despesas por Modalidade de Contratação, contempla duas colunas com informações sobre a Despesa Empenhada e a Despesa Liquidada, cada uma delas dividida nos exercícios 2008 e 2009. As linhas, por sua vez, discriminam as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores. No grupo totalizador "Licitação" encontra-se o Convite, a Tomada de Preços, a Concorrência, o Pregão, o Concurso e a Consulta, enquanto no grupo "Contratações Diretas" estão a Inexigibilidade e a Dispensa. No grupo "Regime de Execução Especial" está o Suprimento de Fundo, enquanto no grupo "Pagamento de Pessoal" encontra-se o pagamento de Pessoal por meio de Folha de Pagamento ou Diárias. Por fim, no grupo totalizador denominado "Outros" são tratadas as despesas que não se enquadram nos itens anteriores.

Quadro 2.38 - Despesas por Modalidade de Contratação – LOA e Créditos Adicionais.

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação	6.869.513,14	10.524.194,44	4.298.155,54	5.322.303,81
Convite				
Tomada de Preços	1.893.107,82	393.084,14	364.965,00	393.084,14
Concorrência	223.236,30	1.596.452,93		
Pregão	4.753.169,02	8.534.657,37	3.933.190,54	4.929.219,67
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	885.126,77	986.586,60	762.536,95	868.911,15
Dispensa	620.785,33	767.774,03	544.088,17	658.439,79
Inexigibilidade	264.341,44	218.812,57	218.448,78	210.471,36

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Regime de Execução Especial	63.321,76	47.864,14	63.321,76	47.814,14
Suprimento de Fundos	63.321,76	47.864,14	63.321,76	47.814,14
Pagamento de Pessoal	54.439.670,75	73.457.440,23	54.439.670,75	73.457.440,23
Pagamento em Folha	54.219.096,81	73.064.757,52	54.219.096,81	73.064.757,52
Diárias	220.573,94	392.682,71	220.573,94	392.682,71
Outros	1.071.965,31	1.040.115,91	1.040.171,24	977.114,54

a2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

O Quadro 2.39 do primeiro demonstrativo, denominado Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa, contém quatro colunas com os seguintes campos: Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Valores inscritos em RP não processados e Valores Pagos. Cada coluna está dividida nos exercícios 2008 e 2009.

As linhas, por sua vez, discriminam as despesas pelos três grupos da Despesa Corrente, quais sejam: 1 – Despesas de Pessoal; 2 - Juros e Encargos da Dívida; 3 - Outras Despesas Correntes. Cada um destes grupos está organizado pela ordem dos três principais elementos de despesas empregados, classificados de modo decrescente em razão do montante empenhado no exercício, enquanto um quarto elemento totalizador, denominado “Outros elementos do grupo” acumula todos os demais elementos de despesa do grupo.

Quadro 2.39 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – LOA e Créditos Adicionais.

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 - Despesas de Pessoal	52.440.295,83	70.617.974,18	52.440.295,83	70.617.974,18			52.440.295,83	70.617.974,18
319001-Aposent. e Reformas	11.318.243,57	14.086.905,21	11.318.243,57	14.086.905,21			11.318.243,57	14.086.905,21
319003-Pensões	2.454.612,54	2.746.447,48	2.454.612,54	2.746.447,48			2.454.612,54	2.746.447,48

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
319004-Contrato Temporário	1.044.543,89	1.716.765,31	1.044.543,89	1.716.765,31			1.044.543,89	1.716.765,31
319008-Benefícios Assistenciais	8.065,03	20.022,12	8.065,03	20.022,12			8.065,03	20.022,12
319011-Venc.Vantagens Fixas	31.985.966,53	41.765.866,59	31.985.966,53	41.765.866,59			31.985.966,53	41.765.866,59
319016-Despesas Variáveis	79.859,91	54.936,82	79.859,91	54.936,82			79.859,91	54.936,82
319092-Disp. Exerc. Anteriores	192.840,92	83.549,47	192.840,92	83.549,47			192.840,92	83.549,47
319113-Obrigações Patronais	5.356.163,44	10.143.481,18	5.356.163,44	10.143.481,18			5.356.163,44	10.143.481,18
2- Juros e Encargos da Dívida								
3- Outras Despesas Correntes	7.555.948,90	10.428.787,68	6.988.197,28	9.351.055,55	567.751,62	1.077.732,13	6.972.319,44	9.343.718,76
339008-Auxílio Creche	78.688,34	111.659,40	78.688,34	111.659,40			78.688,34	111.659,40
339014-Diárias	220.573,94	392.682,71	220.573,94	392.682,71			220.573,94	391.058,23
339018-Aux. Financ. Estudantes	411.400,00	811.323,00	381.065,16	748.830,55	30.334,84	62.492,45	381.065,16	748.830,55
339020-Aux. Fin. Pesquisadores	1.020,00	9.600,00	1.020,00	9.600,00			1.020,00	9.600,00
339030-Material de Consumo	387.526,80	553.891,06	237.309,63	346.325,88	150.217,17	207.565,18	229.169,56	346.325,88
339033-Passagens	85.938,94	95.161,41	84.421,69	95.161,41	1.517,25		84.421,69	95.161,41
339036-Serviços Pessoa Física	449.249,03	352.509,39	436.142,83	352.509,39	13.106,20		435.896,83	352.509,39
339037-Loc. de Mão-de-Obra	1.705.605,72	3.034.954,85	1.612.588,74	2.980.771,20	93.016,98	54.183,65	1.610.131,59	2.980.771,20
339039-Serv. Pessoa Jurídica	2.086.258,06	2.785.950,96	1.841.612,31	2.047.052,55	244.645,75	738.898,41	1.836.577,69	2.041.340,24
339046-Auxílio Alimentação	1.018.467,59	1.166.621,00	1.018.467,59	1.166.621,00			1.018.467,59	1.166.621,00
339047-Obrigações Tributárias	5.272,80	7.663,42	5.272,80	7.663,42			5.272,80	7.663,42
339049-Auxilio Transporte	380.776,28	465.541,15	380.776,28	465.541,15			380.776,28	465.541,15
339091-Sentenças judiciais		5.500,87		5.500,87				5.500,87
339093-Indeniz.e Restituições	511.003,77	465.102,46	511.003,77	465.102,46			511.003,77	465.102,46
339139-Serv. Pessoa Jurídica	189.161,00	145.526,00	155.706,80	131.600,68	33.454,20	13.925,32	155.706,80	131.600,68
339147-Obrigações Tributárias	25.006,63	25.100,00	23.547,40	24.432,88	1.459,23	667,12	23.547,40	24.432,88

a3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

O Quadro 2.40 do primeiro demonstrativo, denominado Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa, tem a mesma estrutura do demonstrativo anterior, somente diferindo nos grupos de despesas relacionados como Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

Quadro 2.40 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – LOA e Créditos Adicionais.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	3.333.353,00	5.009.439,46	1.175.363,13	704.554,14	2.157.989,87	4.304.885,32	1.173.193,64	628.549,43
4.4.90.51 - Obras e Instalações	1.932.884,77	1.989.537,07	225.505,65	393.084,14	1.707.379,12	1.596.452,93	223.336,16	317.079,43
4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente	1.400.468,23	3.019.902,39	949.857,48	311.470,00	450.610,75	2.708.432,39	949.857,48	311.470,00
5 - Inversões Financeiras								
6 - Amortização da Dívida								

Análise Crítica

- Alterações significativas ocorridas no exercício:

Em 2009, as Despesas por Modalidade de Contratação da LOA e seus Créditos Adicionais no que se refere à Tomada de Preços, Concorrência e Pregão tiveram alterações significativas em relação ao exercício de 2008. A modalidade Tomada de Preços reduziu expressivamente devido ao tipo de aquisições e contratações feitas com os recursos da LOA 2009. Em contrapartida, as modalidades Concorrência e Pregão aumentaram significativamente as despesas empenhadas. Tudo isso se deve ao montante envolvido nas

Licitações de obras civis e instalações e nas aquisições de bens e serviços comuns para manutenção dos *Campi* em funcionamento e a continuidade da implantação dos novos *Campi* do Instituto Federal de Goiás.

Nas Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa as alterações significativas referem-se, principalmente, a contratação de novos servidores, através de concurso público, para a composição do quadro de pessoal dos novos *Campi* e para recomposição dos quadros existentes. Por conseguinte, as Outras Despesas Correntes também aumentaram se comparado o exercício de 2008 com o exercício de 2009. O impacto na LOA se deve, fundamentalmente, ao fato de que o Instituto Federal de Goiás possuía apenas duas (02) unidades em funcionamento e passou a manter e gerir cinco (05) unidades de ensino.

Nas Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa as alterações relevantes em relação à aquisição de equipamentos e materiais permanente se devem a necessidade de ampliação, modernização e implantação de novos laboratórios acadêmicos e a melhoria das condições de trabalho da área administrativa.

- Contingenciamento no exercício: NÃO OCORREU NO PERÍODO.
- Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

Os eventos negativos citados a seguir se originam das dificuldades encontradas com a expansão do Instituto Federal de Goiás em tão curto espaço de tempo. A recomposição do quadro de pessoal não tem acompanhado esse crescimento, principalmente, com equipes qualificadas para procederem, agilizarem e executarem o orçamento. O ingresso de novos servidores técnico-administrativos demanda qualificação e treinamentos nas áreas da administração, o que necessita de tempo. Diante desta realidade, as equipes existentes têm sido assoberbadas de serviços e atividades que podem levar a ineficiência e ineficácia.

Além disso, o planejamento da UJ tem sido em grande parte, comprometido com a política adotada de Descentralização de Crédito. A UJ fica dependendo da aprovação dos Planos de Trabalho para viabilizar e executar suas ações estratégicas. Como por

exemplo, citamos a execução orçamentária das Despesas de Capital, que são definidas pelo montante de recursos disponíveis para estabelecer as prioridades e a modalidade de licitação, já que o objeto da aquisição ou contratação pode ser o mesmo. Assim, examinando os quadros apresentados, pode-se observar que o montante de recursos inscritos em restos a pagar tem impactado nos exercícios seguintes.

Quanto aos eventos positivos ocorridos no Instituto Federal de Goiás, pode ser citado que, apesar de todas estas dificuldades, o IFG atingiu suas metas e objetivos estabelecidos para o exercício de 2009.

b) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Como já dito anteriormente, o segundo demonstrativo, denominado Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação Interna, contempla a mesma estrutura de informações do demonstrativo explanado anteriormente.

b1) Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 2.41 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Recebidos por Movimentação Interna.

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação	24.095.356,06	13.586.885,52	2.252.348,62	3.576.729,42
Convite				
Tomada de Preços	2.042.485,24		35.000,00	
Concorrência	16.469.867,53	6.164.592,65	713.685,14	3.155.919,30
Pregão	5.583.003,29	7.422.292,87	1.503.663,48	420.810,12
Concurso				
Consulta				

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Contratações Diretas	73.832,00	37.914,50	19.593,77	24.968,74
Dispensa	65.232,00	26.514,74	13.593,77	23.768,74
Inexigibilidade	8.600,00	11.399,76	6.000,00	1.200,00
Regime de Execução Especial	1.433,57	643,74	1.433,57	643,74
Suprimento de Fundos	1.433,57	643,74	1.433,57	643,74
Pagamento de Pessoal	34.341,05	73.510,65	34.341,05	73.510,65
Pagamento em Folha				
Diárias	34.341,05	73.510,65	34.341,05	73.510,65
Outros	530.315,80	611.684,54	414.056,00	460.059,54

b2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 2.42 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos por Movimentação Interna.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1- Despesas de Pessoal								
2- Juros e Encargos da Dívida								
3- Outras Despesas Correntes	4.293.091,71	1.948.899,87	1.744.151,35	1.362.239,91	2.548.940,36	586.659,96	1.744.151,35	1.359.509,77
339014-Diárias	34.341,05	73.510,65	34.341,05	73.510,65			34.341,05	73.510,65
339018-Aux. Financ. Estudantes	248.060,00	431.000,00	245.660,00	295.700,00	2.400,00	135.300,00	245.660,00	295.700,00
339020-Aux. Fin. Pesquisadores	43.200,00	60.400,00	36.000,00	44.075,00	7.200,00	16.325,00	36.000,00	44.075,00
339030-Material de Consumo	479.669,61	557.601,22	173.597,23	255.204,88	306.072,38	302.396,34	173.597,23	255.204,88
339033-Passagens	5.871,52		4.382,69		1.488,83		4.382,69	
339036-Serviços Pessoa Física	247.655,80	120.284,54	138.396,00	120.284,54	109.259,80		138.396,00	120.284,54
339037-Loc. de Mão-de-obra	306.097,74	71.980,40	23.226,75	58.214,88	282.870,99	13.765,52	23.226,75	58.214,88
339039-Serv. Pessoa Jurídica	2.928.195,99	634.123,06	1.088.547,63	515.249,96	1.839.648,36	118.873,10	1.088.547,63	512.519,82

b3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 2.43 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos por Movimentação Interna.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	20.442.186,77	12.361.739,08	977.621,66	2.773.672,18	19.464.565,11	9.588.066,90	977.621,66	2.773.672,18
4.4.90.51 - Obras e Instalações	16.061.842,55	5.673.672,19		2.773.672,18	16.061.842,55	2.900.000,01		2.773.672,18
4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente	4.380.344,22	6.688.066,89	977.621,66		3.402.722,56	6.688.066,89	977.621,66	
5 - Inversões Financeiras								
6 - Amortização da Dívida								

Análise Crítica

- Alterações significativas ocorridas no exercício:

As alterações significativas ocorridas no período estão demonstradas no item 2.3.2. no subitem II – Relação das Principais Ações Executadas pela UJ que não estão sob sua Responsabilidade (Descentralizações de Crédito).

- Contingenciamento no exercício: NÃO OCORREU NO PERÍODO.

- Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

Dos eventos díspares ocorridos em 2009 se comparado com o exercício de 2008, podemos citar à diferença da Despesa Empenhada. Tal fato deve-se, principalmente, a nova política implantada pelo Órgão Central para a Descentralização de Crédito. Não foi

descentralizado para o Instituto Federal de Goiás, o valor global das obras licitadas em 2009, portanto o mesmo não empenhou o valor total das licitações homologadas.

Todavia, a UJ foi orientada para considerar os recursos alocados na LOA 2010 na Ação 1H10 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para a continuidade da execução das obras civis do IFG e, caso o mesmo não seja suficiente, será descentralizado o restante à medida que a obra for sendo executada. Acredita-se ser importante para a Secretaria acompanhar e controlar a execução das obras, porém gerou uma relação de instabilidade e incertezas com a empresa contratada.

Apesar disso, faz-se importante reconhecer a sensibilidade da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC nos últimos anos com o IFG, cumprindo honrosamente os compromissos assumidos com a Educação Profissional e Tecnológica no estado de Goiás, assegurada numa política governamental.

2.4.3. EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS

Após a demonstração das Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa, a UJ evidencia, de acordo com o Quadro 2.44, os principais gastos ocorridos (despesas pagas), ao longo dos últimos três (03) anos.

Quadro 2.44 - Evolução dos Gastos Gerais.

Descrição	Ano		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	64.184,11	91.810,46	95.161,41
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	177.901,56	254.914,99	466.193,36
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	8.170.416,12	7.215.318,51	6.145.329,20
3.1. Publicidade	150.000,00	183.625,00	142.400,00
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	1.662.931,20	2.011.703,46	1.732.724,22

Descrição	Ano		
	2007	2008	2009
3.3. Tecnologia da Informação	350,00		54.038,00
3.4. Outras Terceirizações	6.357.134,92	5.019.990,05	4.216.166,98
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	227.627,65	63.937,63	48.507,88
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS			
Totais	8.640.129,44	7.625.981,59	6.755.191,85

Análise Crítica

O acréscimo dos gastos no exercício de 2009 deve-se, principalmente, a implantação dos novos *Campi* do IFG, que constam na Fase I e II da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Esta ação demandou deslocamentos para fiscalização das obras, para reuniões de trabalho no Órgão Central, para desenvolvimento de projetos de arquitetura e engenharia com vistas à abertura dos processos licitatórios de obras civis e instalações e para a manutenção e rotina dos *Campi* em funcionamento. O que gerou impacto direto na concessão de diárias aos servidores do IFG se comparado aos últimos dois anos.

Contudo, há de ressaltar-se que o montante dispendido com Serviços Terceirizados, em 2009, reduziu em, aproximadamente, 25% (vinte e cinco por cento) em relação ao exercício de 2007. Tal fato deve-se, principalmente, a política austera e zelosa adotada pela Administração quanto às contratações de manutenção da Instituição.

Quanto aos gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal, foram reduzidos devido à nova política implantada pelo IFG e foram aplicados somente em despesas de Suprimento de Fundos. Logo, os recursos autorizados foram, basicamente, para garantir as despesas na realização dos deslocamentos de servidores e estudantes em visitas técnicas e viagens administrativas, tais como: abastecimento dos veículos fora da sede, manutenção dos mesmos em viagem, pagamento de pedágios, entre outras de mesma natureza.

Ainda no que se refere à Evolução dos Gastos Totais, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo o Instituto Federal de Goiás em 2009 foi à efetiva implantação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP em todas as instâncias e Campus da Instituição. Tivemos problemas da aceitabilidade das mudanças por parte dos servidores, que há muitos anos trabalhavam com outros procedimentos para a solicitação de diárias e passagens, dificuldades de aprendizagem para manusear o sistema, entre outras inerentes a implantação de um sistema informatizado. Mas, a meta foi atingida e no final de 2009 a Instituição já havia migrado todas as concessões de diárias e passagens para este sistema e os servidores, que foram delegados a atuar nesta ação, treinados e capacitados.

2.4.4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO

NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DA UJ, devido a mesma não ter responsabilidade de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA).

2.4.5. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Neste demonstrativo estão relacionadas às ações orçamentárias constantes da LOA 2009 sob a responsabilidade da UJ. O demonstrativo é composto de dez (10) itens de informação, compondo uma linha detalhe da LOA, conforme se descreve a seguir.

Quadro 2.45 - Execução Física das ações realizadas pela UJ.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
09	272	0089	0181	OP	4	Pessoa beneficiada	294	296	285
12	122	1062	09HB	OP	4	Não consta no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC.			

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
12	126	0750	2003	A	3	Não consta no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC.			
12	301	0750	2004	A	4	Pessoa beneficiada	2.415	1.435	1.031
12	365	0750	2010	A	4	Criança atendida	85	120	137
12	331	0750	2011	A	4	Servidor beneficiado	528	479	489
12	306	0750	2012	A	4	Servidor beneficiado	650	791	768
12	363	1062	2992	A	3	Aluno matriculado	8.990	10.085	9.761
12	363	1062	2994	A	3	Aluno assistido	584	530	440
12	363	1062	2E13	A	3	Unidade modernizada	01	08	01
12	128	1067	4572	A	3	Servidor capacitado	224	400	224
12	363	1062	6301	A	3	Volume disponibilizado	5.480	12.754	6.400

Análise Crítica

- Cumprimento das metas físicas:

Na análise circunstanciada do cumprimento das metas físicas, as Ações 0181, 09HB, 2004, 2010, 2011 e 2012 foram executadas, conforme determina a legislação vigente, atendendo os servidores que usufruíam dos direitos dos pagamentos e dos benefícios. A ação 2992, principal ação do rol do Instituto Federal de Goiás, viabilizou o funcionamento da Instituição e garantiu o atendimento da atividade fim do IFG, conforme relatado no item 2.3.2 deste documento. Portanto, sua meta física é aluno matriculado, ou seja, o produto dos

objetivos e metas institucionais, e nesta percebe-se um acréscimo de aproximadamente onze por cento (11%) em relação à meta prevista. Este resultado é reflexo do esforço institucional em expandir as ações da Instituição em diferentes regiões do estado de Goiás com a implantação de novos *Campi*.

- Ações que apresentaram problemas de execução:

A Ação 2003 foi criada neste exercício, vinculada ao Programa Apoio Administrativo que tem em seu rol ações com a finalidade de prestar assistência e auxílio aos servidores. Esta iniciativa separou as ações de informática dos investimentos da Instituição dificultando sua execução orçamentária. Como exemplo, cita-se a contratação de serviços de telefonia e comunicação de dados e locação de máquinas de xerox e impressoras que são, pela evolução tecnológica, muito interligados com a área de informática. Separar estes serviços para definir dotações orçamentárias torna-se muito difícil e diminuto com o avanço tecnológico.

Para a execução orçamentária da Ação 2004 tivemos muitas dificuldades. Não tínhamos definições e orientações claras dos Órgãos Centrais. A legislação publicada inviabilizava a contratação de empresas para o fornecimento de planos de saúde, tendo em vista que estas não contemplavam as exigências legais. Havia servidores que já estavam usufruindo de contratos especiais junto ao sindicato da categoria e que não poderiam desvincular-se, pois tinham membros da família agregados em tratamento de saúde. Não foi declarada certeza pelos servidores e dependentes as intenções de aderir a um novo plano de saúde a ser contratado pela Instituição. Outra situação a ser ressaltada é o fato de não termos um histórico desta ação para facilitar a projeção de metas físicas e financeiras, pois foi o segundo ano de sua apresentação no rol de Ações para as UJs. Estas questões e outras foram sanadas ao longo do exercício, o que comprometeu parcialmente as metas previstas. Enfim, o IFG encerrou o exercício de 2009 fazendo o ressarcimento aos servidores devido às alterações na legislação vigente.

- Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

A Ação 4572 que tinha previsto capacitar 224 servidores e com a mesma meta financeira o IFG conseguiu atender 400 servidores, isto é, quarenta e quatro por cento (78,6%) de acréscimo em relação à meta prevista. O que retrata o resultado alcançado com os Programas Institucionais implantados no IFG, conforme apresentado anteriormente, e as ações conjuntas de capacitação de servidores na Instituição.

Outra Ação que merece destaque no IFG é a Ação 6301 que recebeu crédito suplementar do superávit primário e apresentou um acréscimo de cinquenta e sete por cento (132,7%) em relação à meta prevista. Este resultado possibilitou ampliar o acervo bibliográfico das bibliotecas existentes no IFG e a implantação das bibliotecas nos novos *Campi*.

- Ações Prioritárias na LDO:

Analisando a execução das ações da UJ frente às ações prioritárias definidas pela LDO na área de atuação da Instituição, o IFG ressalta que tem transcorrido de forma positiva a execução das metas previstas, principalmente, porque estas têm representado o alicerce e o suporte para as ações prioritárias, que no caso do Instituto Federal de Goiás, estão relatadas nas descentralizações de crédito.

2.4.6. Indicadores e Análise de Desempenho

As informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão estão relatadas no Item 16 deste relatório.

3. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

(Item 3 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009.)

a) Composição dos Recursos Humanos

A composição dos recursos humanos da UJ está sendo demonstrada em dois quadros: o primeiro compreende um demonstrativo explicitando a lotação efetiva e autorizada dos recursos humanos da UJ apurada em 31/12/2009, assim como o quantitativo de pessoal considerado ideal pela UJ, enquanto o segundo contempla os custos financeiros associados à gestão de recursos humanos no exercício de referência e nos dois anteriores.

O Quadro 3.1, correspondente ao primeiro demonstrativo, compreendendo quatro (4) colunas, a saber: natureza funcional do ocupante do cargo, a Lotação Efetiva, a Lotação Autorizada e a Lotação considerada ideal pela UJ.

Quadro 3.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos.

Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	731	22	817
Próprios	729	22	817
Requisitados	02		
Celetistas	66		
Cargos de livre provimento	02		
Estatutários			
Não Estatutários	02		
Terceirizados	168	168	168
Total	901	190	985

O Quadro 3.2 contempla a composição e os custos associados ao Quadro de Recursos Humanos da UJ, próprio e terceirizado, estando dividido em duas estruturas de informação distintas, que se descrevem a seguir.

Quadro 3.2 - Composição e Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2007, 2008 e 2009.

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	567	24.545.718,21	NA	14.221.194,64	1.336.957,55	1.490.935,26		
2008	687	31.985.966,53	NA	17.230.913,27	1.291.017,15	1.910.247,64		
2009	729	41.765.866,59	NA	21.384.190,58	1.138.821,83	2.097.264,61		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	74	1.214.694,45	NA	NA	NA	NA		
2008	64	1.044.543,89	NA	NA	NA	NA		
2009	66	1.716.765,31	NA	NA	NA	NA		
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	01	NA	NA	27.756,99	NA	NA		
2008	01	NA	NA	36.637,91	NA	NA		
2009	02	NA	NA	120.841,92	NA	NA		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
2009	02	NA	NA	1.745,20	NA	NA		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	109	1.662.931,20	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2008	162	2.011.703,46	NA	NA	NA	NA	01	1.743,76
2009	167	2.732.724,22	NA	NA	NA	NA	01	15.667,30

O Quadro 3.3 contempla o detalhamento da força de trabalho dos docentes do Instituto Federal de Goiás em dezembro de 2009, incluindo professores efetivos e temporários com suas respectivas titulações e carga horária.

Quadro 3.3 – Detalhamento do corpo docente (efetivos e temporários) e suas respectivas titulações e carga horária.

		CORPO DOCENTE					
Carga horária/ Titulação		G	A	E	M	D	TOTAL
Campus Goiânia	20 horas	03	01	02	02		08
	40 horas	01		16	34	12	63
	Dedicação exclusiva	13	03	51	89	27	183
	Efetivos	17	04	69	125	39	254
	20 horas	02				01	03
	40 horas	12		10	20	02	44
	Substitutos	14		10	20	03	47
	Subtotal Campus	31	04	79	145	42	301
Campus Inhumas	20 horas						
	40 horas	01			04	03	08
	Dedicação exclusiva	02	01	06	20	07	36
	Efetivos	03	01	06	24	10	44
	40 horas	01					01
	Substitutos	01					01
	Subtotal Campus	04	01	06	24	10	45
Campus Itumbiara	20 horas						
	40 horas			01	01		02
	Dedicação exclusiva	01		01	13	05	20
	Efetivos	01		02	14	05	22
	40 horas						
	Substitutos						
Subtotal Campus	01		02	14	05	22	
Campus Jataí	20 horas						
	40 horas	01		01	03		05
	Dedicação exclusiva	01		20	20	03	44
	Efetivos	02		21	23	03	49
	40 horas	10		06	02		18
	Substitutos	10		06	02		18
	Subtotal Campus	12		27	25	03	67
Campus Uruaçu	20 horas						
	40 horas			03	04	01	08
	Dedicação exclusiva			08	10	01	19
	Efetivos			11	14	02	27
	40 horas						
	Substitutos						
Subtotal Campus			11	14	02	27	
TOTAL DO IFG	20 horas	03	01	02	02		08
	40 horas	03		21	46	16	86
	Dedicação exclusiva	17	04	86	152	43	302
	Efetivos	23	05	109	200	59	396
	20 horas	02				01	3
	40 horas	23		16	22	02	63
	Substitutos	25		16	22	03	66
TOTAL DO IFG	48	05	125	222	62	462	

Legenda: G – Graduação; A – Aperfeiçoamento; E – Especialização; M – Mestrado; D - Doutorado.

b) Contratos de Terceirização de Área-fim

NÃO OCORREU NO PERÍODO contratos de terceirização de área-fim.

c) Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

O Instituto Federal de Goiás está em fase de implantação de seus Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos. Nos últimos anos, a Instituição tem calculado dois indicadores que fazem referência a força de trabalho e o número de alunos matriculados e a evolução da titulação do corpo docente. Sendo o primeiro apresentado no item 16 deste relatório e o segundo está demonstrado a seguir. Os outros indicadores estão sendo implantados e fazem referência ao desempenho funcional, que vai abranger também a avaliação de motivação e satisfação.

Índice de titulação do corpo docente

Quadro 3.4 – Índice de titulação do corpo docente.

Descrição	Quantificar o índice de titulação do corpo docente (efetivo e em contrato temporário).
Tipo de indicador	De efetividade
Definições	Titulação dos docentes = a titulação do corpo docente é dividida em 05 sub-grupos: Graduado, Aperfeiçoado, Especialista, Mestre e Doutor.
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Índice} = \frac{G*1+A*2+E*3+M*4+D*5}{G+A+E+M+D}$

Tabela 3.1 – Índice de titulação do corpo docente.

Cálculo do Indicador				
Unidade / Exercício	Titulação x pesos	Titulação	Indicador	
Campus Goiânia	2005	706	287	2,46
	2006	797	286	2,79
	2007	798	235	3,40
	2008	881	247	3,57
	2009	1.066	301	3,54

Cálculo do Indicador				
Unidade / Exercício		Titulação x pesos	Titulação	Indicador
Campus Inhumas	2007	94	23	4,09
	2008	151	40	3,78
	2009	170	45	3,78
Campus Itumbiara	2008	42	11	3,82
	2009	88	22	4,00
Campus Jataí	2005	163	72	2,26
	2006	187	76	2,46
	2007	180	49	3,67
	2008	172	48	3,58
	2009	208	67	3,10
Campus Uruaçu	2008	55	16	3,44
	2009	99	27	3,67
CONSOLIDADO	2005	869	359	2,42
	2006	984	362	2,72
	2007	1.072	307	3,49
	2008	1.301	362	3,59
	2009	1.631	462	3,53

Através desse indicador é possível dimensionar o nível de titulação do corpo docente. Considera-se esse, como sendo um dos principais indicadores qualitativos, com reflexo direto na formação do corpo discente. Em 2009, o índice de 3,53 foi considerado satisfatório pelo histórico evolutivo desse indicador nos últimos cinco anos, demonstrando que a Instituição vem se preparando para desenvolver maiores competências e habilidades na sua responsabilidade institucional. Porém, entende-se que as Instituições devem perseguir um índice mais próximo ao ideal: 5,00 – onde todos os docentes tenham titulação de doutorado ou pós-doutorado.

Assim sendo, Percebe-se pelos dados apresentados na Tabela 3.1 e no Gráfico 3.1 que a Instituição tem envidado esforços nos últimos três anos para qualificar e requalificar seus docentes, incluindo parcerias com diferentes instituições de ensino para a oferta de mestrado e doutorado e uma política permanente de programas institucionais de fomento a pesquisa (PROAPP) e de incentivo a qualificação (PIGE e PIQS), ambos citados no item 2.3.2 deste documento na Ação 4572. Outra política do IFG tem sido a austeridade na contratação de professores temporários como

também na realização de concursos públicos para professores efetivos, exigindo qualificações imprescindíveis à atuação dos mesmos na Instituição, isto é, nos três eixos de formação integral do estudante (ensino, pesquisa e extensão).

Além disso, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, tem realizado o acompanhamento das atividades dos vinte e seis (26) servidores afastados para pós-graduação. Os objetivos do acompanhamento dessas atividades são avaliar o desempenho do servidor no programa de pós-graduação, observar a consonância das atividades de pós-graduação com os interesses institucionais e registrar a produção científica e acadêmica do servidor afastado. Em 2009, tivemos quatro servidores concluindo o mestrado, quatro o doutorado e um pós-doutorado.

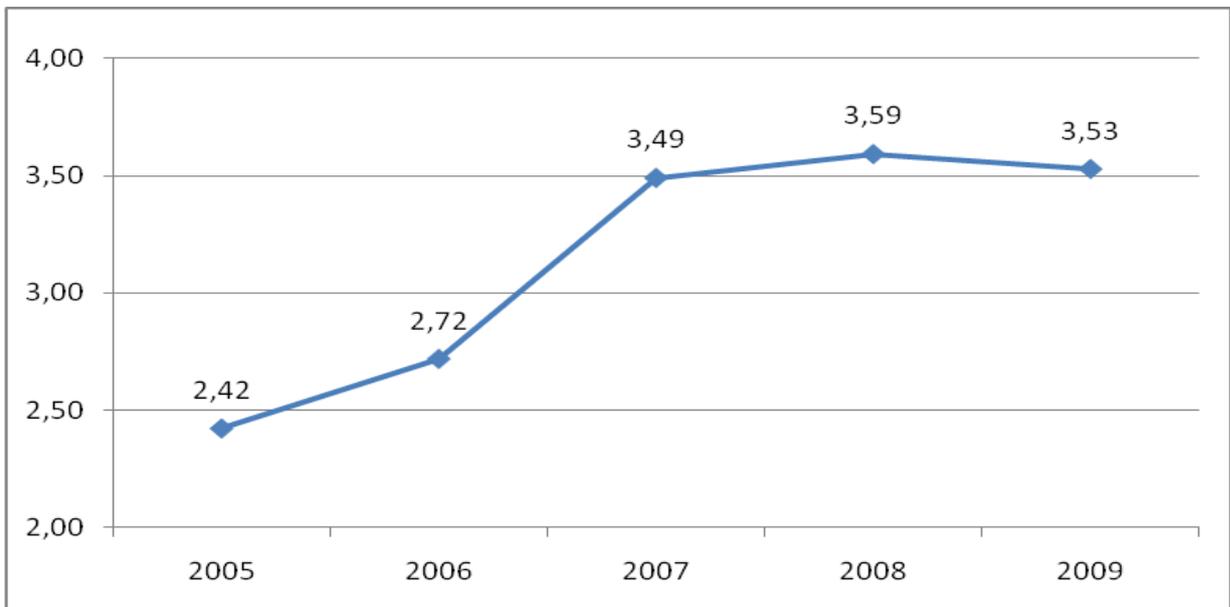


Gráfico 3.1 – Evolução da titulação do corpo docente.

No período em questão, foi realizada também a avaliação de desempenho funcional dos servidores técnicos-administrativos ativos. O padrão utilizado foi o da conjugação da auto-avaliação com as avaliações da chefia imediata e dos colegas de ambiente organizacional. A metodologia foi da aplicação de questionários, com os seguintes parâmetros de avaliação: assiduidade, pontualidade, habilidade técnica, responsabilidade, trabalho de equipe, relacionamento, adaptação a novas situações, compartilhamento de saberes, inovação e ética.

Foram avaliados trezentos e oitenta e um (381) servidores, dois quais a ampla maioria (379) teve avaliação positiva. Apenas dois servidores – um em estágio probatório – tiveram avaliação negativa.

Quadro 3.5 – Número de servidores avaliados em 2009.

Categoria Funcional	Quantidade
Técnico Administrativo	244
Técnico Administrativo/Probatório	66
Docente/Probatório	71

d) Análise Crítica

A análise crítica da gestão de recursos humanos no Instituto Federal de Goiás demonstra necessidade de adequação quantitativa e qualitativa dos quadros, ainda que a avaliação de desempenho funcional apresente, no geral, resultados positivos (conforme informado no item anterior).

Para cumprir sua missão, o IFG precisa ampliar seu quadro de servidores docentes e técnico-administrativos, principalmente em função da constituição dos novos *campi* e da ampliação da oferta de cursos e vagas. Estão previstas vagas específicas para os novos *campi*, que deverão ser autorizadas no ano de 2010 e nos dois anos subseqüentes.

Além da necessidade de ampliação de seu quadro de recursos humanos, o IFG também necessitará da conservação de quadros no curto e médio prazo, em função do grande número de servidores prestes a adquirir o direito à aposentadoria.

Quanto à adequação qualitativa dos quadros à missão organizacional, o IFG conta com grande número de professores doutores e mestres, conforme Quadro 3.3, um resultado da política de incentivo à qualificação dos docentes e também dos técnicos-administrativos. Ainda assim, identifica-se a necessidade de ações de capacitação continuadas.

Positivamente, o IFG também colocou em prática, no ano em questão, seu Plano de Capacitação dos Servidores Técnico-Administrativos, conforme descrito na AÇÃO 4572. Os resultados das ações previstas no Plano de Capacitação, entretanto, não foram mensurados qualitativamente, visto que não foi criado um

indicador para medir a relação entre capacitação oferecida e melhoria de desempenho do servidor.

Também positivamente, o Instituto Federal de Goiás intensificou no ano em questão, ações de assistência psicossocial, de promoção à saúde e de socialização e interação dos recursos humanos, com resultados positivos, como a fixação de servidores nos *campi* do interior, imunização de servidores contra doenças infecto-contagiosas e interação entre servidores ativos e aposentados.

4. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

(Item 4 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009.)

NÃO OCORREU NO PERÍODO, portanto não serão prestadas informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

5. INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

(Item 5 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009.)

O Quadro 5.1 contempla os valores acumulados no exercício de 2009 referentes ao pagamento de Restos a Pagar, estando divididos em duas partes, Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação.

Quadro 5.1 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009.

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	110.681,31	NÃO SE APLICA		
2008	575.448,20	203.996,00	370.961,20	491,00
2007	548.838,16	84,13	548.754,03	0,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	15.557.344,31	NÃO SE APLICA		
2008	24.739.246,96	834.792,38	17.903.293,34	6.001.161,24
2007	14.123.806,04	188.758,81	13.935.047,23	0,00
Observações: NADA A CONSTAR.				

Análise Crítica

Com vistas à expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no país e que consta no PPA 2008-2011 tem-se feito grandes investimentos em todos os estados da federação. Diante disso, o IFG, também comprometido com esta política de governo, está implantando, desde 2007, mais seis (06) Campi (Anápolis, Formosa, Inhumas, Itumbiara, Luziânia e Uruaçu). Neste período a Instituição tem investido intensamente na construção dessas unidades de ensino e na implantação da área administrativa e acadêmica com a aquisição de equipamentos e material permanente. Tudo isso, tem levado a assumir compromissos, às vezes, no encerramento do exercício que geram os restos a pagar.

Todavia, a Instituição tem envidado esforços para cumprir todos os compromissos assumidos durante o exercício. Diante disso, tem feito, junto às empresas contratadas, gestões para agilizar e concluir o que está contratado e previsto em cronograma físico-financeiro. Porém, principalmente no caso de obras civis, temos outras variáveis que influenciam negativamente na sua execução como, por exemplo, período chuvoso. Em relação às aquisições de equipamentos, temos a situação da importação, que às vezes apresenta alguma dificuldade imprevisível.

Por fim, é relevante afirmar que os Restos a Pagar Processados e Não Processados do IFG não ultrapassaram mais de um exercício financeiro sem o embasamento legal. O que tem inscrito em restos a pagar na Instituição refere-se à RP Processados e Não-processados inscritos em 2008. Estes estão fundamentados

no que preceitua o Decreto nº 7.057, de 29/12/2009, que prorrogou os Restos a Pagar Não Processados e Processados, inscritos no exercício financeiro de 2007 e 2008, até 31/12/2010.

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

(Item 6 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009.)

NÃO OCORREU NO PERÍODO, portanto não serão prestadas informações sobre transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

(Item 7 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009.)

NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DA UJ, portanto não serão prestadas informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas.

8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

(Item 8 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009.)

NÃO OCORREU NO PERÍODO, portanto não serão prestadas informações sobre fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.

9. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

(Item 9 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

NÃO OCORREU NO PERÍODO, portanto não serão prestadas informações sobre renúncia tributária.

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

(Item 10 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DA UJ, portanto não serão prestadas informações sobre operações de fundos.

11A. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Por se tratar de um documento extenso, as informações deste tópico estão apresentadas em anexo.

11B. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

(Item 11 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

As informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados ao TCU para dar cumprimento às suas deliberações ou as justificativas para o caso de não cumprimento estão estruturadas em dois (2) blocos de informação (Unidade Jurisdicionada e Deliberações do TCU), dividido o segundo bloco em duas partes complementares, quais sejam: "Deliberações expedidas pelo TCU", que identifica a determinação ou a recomendação lavrada pelo TCU, a nível de item do Acórdão, e "Providência Adotada", que apresenta as informações relatadas pelo gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento ao Acórdão ou as justificativas para o seu não cumprimento.

Quadro 11.1 – Acórdão nº 672/2009-TCU-Plenário.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS					451
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 017.050/2005-9	Nº672/2009-TCU - Plenário	9.1; 9.2; 9.3.	DE	Ofício nº 0579/TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS					451
Descrição da Deliberação:					
9.1. com fundamento no art. 48, c/c os arts. 32 e 33 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, dar a ele provimento parcial e tornar sem efeito o					

item 9.2 e seus respectivos subitens;
9.2. com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal e art. 45 da Lei 8.443/93, fixar o prazo de 150 (cento e cinquenta dias), a contar da notificação, para que as entidades e os órgãos abaixo relacionados dêem exato cumprimento à lei para apurar, nos termos da Lei 8.112/90 e 9.784/99, a responsabilidade dos **servidores, indicados em relação**, a ser encaminhada anexa a este acórdão, pela acumulação de cargos de professor optante pelo regime de dedicação exclusiva, de que tratam os arts. 14 e 15 do Decreto 94.664/87, devendo, caso necessário, instaurar sindicância ou processo administrativo, bem como providenciar a devolução dos valores recebidos indevidamente nos termos da lei: ... **Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás,...**
9.3. encaminhem a este Tribunal, para cada servidor nomeado, relatórios circunstanciados, acompanhados de cópia, na íntegra, dos procedimentos adotados.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/Diretoria de Recursos Humanos	105182
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:	
<p>1. Ronaldo Teixeira Pelegrini - SIAPE 271001 Exonerado, a pedido, do cargo que ocupava neste Instituto a partir de 02.05.2006, conforme Portaria nº 175, de 05/06/2006. Não há ressarcimento ao erário.</p> <p>2. José Roberto Batista Brum – SIAPE 303614 O servidor não possuía vínculo empregatício com a Universidade Estadual de Goiás, atuando apenas num programa da Universidade. Em decorrência dessa atividade, encontra-se nesta Instituição. Há ressarcimento ao erário nos termos previstos no art. 46 da Lei 8.112/90.</p> <p>3. Edna Maria Oliveira da Silva - SIAPE 1013188 A servidora regularizou sua situação funcional, solicitando exoneração do cargo de Enfermeiro, conforme portaria nº 349, de 08.07.2005. Há ressarcimento ao erário nos termos previstos no art. 46 da Lei 8.112/90.</p> <p>4. Marta João Francisco de Souza - SIAPE nº 1458903 A servidora regularizou sua situação funcional, solicitando à Fundação Educacional de Jataí-GO a exoneração do cargo que ali ocupava, conforme Decreto nº 402, de 02.03.2005. Não há ressarcimento ao erário.</p> <p>5. Rita de Cássia Mendonça SIAPE nº 2116712 A servidora foi exonerada a pedido pela Prefeitura Municipal de Goiânia através do decreto nº 2153/2005, a partir de 24.01.2005. Há ressarcimento ao erário nos termos previstos no art. 46 da Lei 8.112/90.</p> <p>Quanto aos procedimentos adotados, foi encaminhado ao Tribunal o Ofício nº 558/2009/GAB/IFG de 16/10/2009, no qual foram anexados documentos comprobatórios, conforme determinado no item 9.3.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Os resultados obtidos destas ações foram positivos, pois atingimos nossos objetivos ao regularizarmos a situação dos referidos servidores.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A maior dificuldade encontrada é conseguir o entendimento da legislação pelo servidor envolvido, pois os mesmos não possuem familiaridade com estas interpretações. Mas felizmente obtivemos êxito e todos os problemas foram sanados.	

Quadro 11.2 – Acórdão nº 2535/ TCU-Plenário.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS					451
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação

02	TC 005.577/2005-7	Nº2535/2009-TCU -Plenário	1.7.1.2.1	DE	Expedida Controle nº 14603/TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS					451
Descrição da Deliberação:					
O objeto deste refere-se ao monitoramento das determinações constantes do Acórdão nº 89/2008 – TCU- Plenário o qual trata- se da determinação do TCU ao Reitor do Instituto Federal de Goiás - IFG que promova o ressarcimento das parcelas recebidas indevidamente, a maior, pela servidora Edna Maria Oliveira da Silva...					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/Diretoria de Recursos Humanos					105182
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Edna Maria Oliveira da Silva - SIAPE 1013188 Foram tomadas as providências para o ressarcimento. Pode-se em consulta ao SIAPE, desde o mês de setembro/2008, verificar as fichas financeiras da referida servidora demonstram a efetivação do desconto em suas folhas de pagamento por intermédio da rubrica 00145 – Reposição ao Erário, conforme a Lei nº 8.112/90 e a Lei nº 1.086/02. A Auditoria Interna está acompanhando a devolução integral dos valores recebidos indevidamente pela citada servidora.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os resultados obtidos desta ação foram positivos, pois atingimos nosso objetivo ao regularizarmos a situação da referida servidora.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A maior dificuldade encontrada é conseguir o entendimento da legislação pelo servidor envolvido, pois os mesmos não possuem familiaridade com estas interpretações. Mas felizmente obtivemos êxito e todos os problemas foram sanados.					

Quadro 11.3 – Acórdão nº 3088/2009-TCU-2ª Câmara.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS					451
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC 020.525/2008-0	Nº3088/2009-TCU – 2ª Câmara	1.5.1.5	CP	Ofício nº 675/2009/TCU/ SECEX-GO
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS					451
Descrição da Deliberação:					
1.5.1.5. Apresente em suas próximas contas, no relatório de gestão, as medidas adotadas para o completo atendimento das determinações constantes do referido Acórdão.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração					105181

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Foram tomadas as providências em atendimento as determinações constantes no referido Acórdão, retratados através do Plano de Providências- Relatório nº 208502, este encaminhado a Controladoria Geral da União em Goiás, e, acompanhado pela Auditoria Interna quanto ao cumprimento das determinações e do prazo de implementação das mesmas. Tendo em vista algumas implementações no decorrer do exercício seguinte, a atualização consta nos relatos dos Informativos da Auditoria Interna, e arquivos no Gabinete do IFG e na Auditoria Interna. Diante disso, foi cumprida na íntegra, conforme previsões de implementação.

Síntese dos resultados obtidos

Cumprimento às determinações e recomendações da CGU e TCU.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve pontos negativos, as providências foram cumpridas conforme determinação.

12. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

(Item 12 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

Quadro 12.1 – Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.

ATOS	QUANTIDADE	REGISTROS NO SISAC
Admissão	113	93
Desligamento	32	30
Aposentadoria	13	16
Pensão	02	02

13. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV

(Item 13 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

As informações sobre os registros atualizados dos contratos no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG estão apresentadas, em anexo, na Declaração do Coordenador de Contratos, responsável pela Unidade Jurisdicionada, atestando a disponibilidade e a atualização dos registros da UJ que apresenta o relatório de gestão.

Quanto ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, NÃO OCORREU NO PERÍODO.

14. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO

DESEMPENHO DA GESTÃO

(Item 14 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

As informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão estão relatadas no Item 16 deste relatório.

15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

(Item 1 da Parte B do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009.)

As informações contábeis da gestão estão apresentadas, em anexo, na Declaração Plena do Contador, responsável pela Unidade Jurisdicionada, atestando que os demonstrativos contábeis refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ que apresenta o relatório de gestão.

16. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

(Item 8 da Parte C do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009.)

Os indicadores apresentados a seguir foram calculados/medidos segundo deliberação do Tribunal de Contas da União no Acórdão 2.267/2005 – Plenário, aprovado em 16/12/2005 e publicado no D.O.U. em 03/01/2006.

16.1. Da Gestão Financeira

A Pró-Reitoria de Administração, por suas atribuições de planejamento, orientação e controle da aplicação dos recursos orçamentários e financeiros da Instituição, apresenta neste item os indicadores relacionados à aplicação desses recursos, que se constituem em mecanismos mensuráveis de avaliação da gestão e desempenho institucional, calculados/medidos pela Pró-Reitora de Administração, Coordenadora de Planejamento e Gestão Orçamentária e a Gerente de Contabilidade e Execução Financeira do IFG.

Indicador 01 – Gastos correntes por aluno/ano

Quadro 16.1 – Especificação do Indicador 01 – Gastos correntes por aluno/ano.

Descrição	Quantificar os gastos por aluno/ano em relação aos gastos correntes da Instituição
Tipo de indicador	De efetividade
Definições	Gastos correntes = consideram-se todos os gastos, exceto investimentos, capital, precatórios, inativos e pensionistas Nº de matrículas = nº de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas)
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Gastos correntes por aluno} = \frac{\text{Total de Gastos}}{\text{Número de matrículas}}$

Tabela 16.1 – Indicador 01 – Gastos correntes por aluno/ano.

Exercício	Total de gastos (R\$)	Número de Matrículas	Indicador (R\$)
2005	30.714.767,01	9.818	3.128,41
2006	35.761.388,74	10.034	3.564,02
2007	43.416.569,02	8.989	4.829,97
2008	50.414.946,03	9.761	5.164,94
2009	66.156.808,17	10.085	6.559,92

Análise Crítica

Neste indicador, foi utilizado o valor absoluto para o número de matrículas para se adequar à norma e para o total de gastos correntes incluíram-se as descentralizações de crédito. Outra informação relevante no cálculo deste indicador é que do total dos gastos correntes foram excluídos os investimentos, capital, precatórios, inativos e pensionistas.

O que se pode observar na série histórica apresentada é que, à medida que o número de matrículas amplia, tem crescido os gastos correntes por aluno/ano, conforme pode ser observado no Gráfico 16.1. Entretanto, o Instituto Federal de Goiás entende que os recursos públicos são otimizados na Instituição, sendo aplicados dentro de padrões de austeridade e zelo com o erário público.

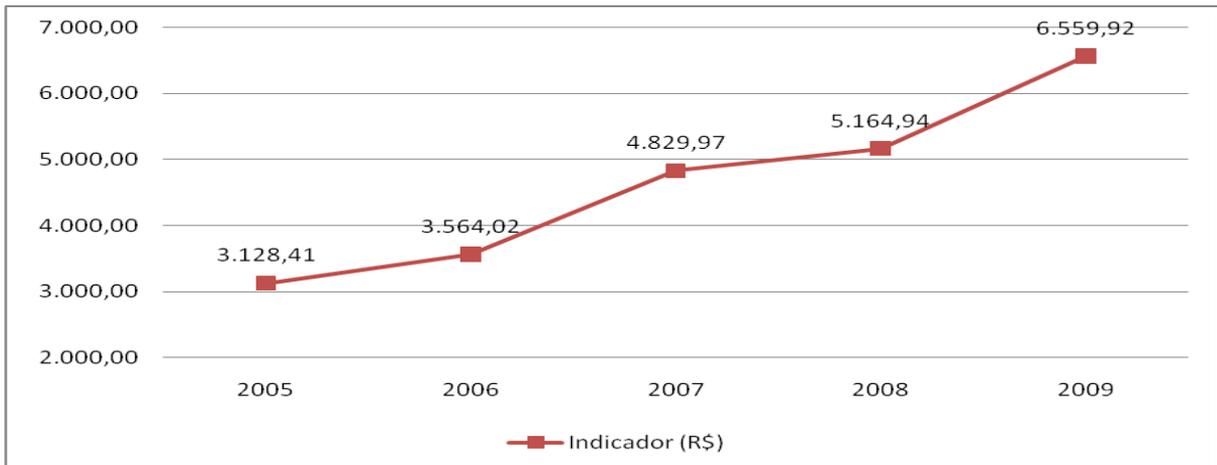


Gráfico 16.1 – Evolução do Indicador 01 – Gastos correntes por aluno/ano.

Outro destaque a ser feito refere-se ao desembolso por aluno/ano que se dividido por doze (12) meses representa aproximadamente R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) de gasto com o aluno/mês. Assim, a Instituição pode assegurar que tem cumprido seu papel com um pequeno desembolso de recursos por aluno/ano.

Tudo isso se deve, principalmente as medidas implementadas para o atingimento do sucesso neste indicador que se caracterizam pelo esforço e a eficiência da Administração da Instituição em aumentar o número de alunos matriculados otimizando os recursos dispendidos; a melhoria da fiscalização dos contratos firmados; a melhor formalização dos processos de aquisição; à implantação de aquisições conjuntas/compartilhadas entre os *campi*, Reitoria e o Ministério da Educação; e a melhor divulgação dos serviços oferecidos pela Instituição.

Enfim, o IFG demonstrou, através de diversas ações, que a Instituição possui condições suficientes para ofertar à sociedade uma educação pública, gratuita e de qualidade dentro dos recursos que hoje são aportados pelo Ministério da Educação.

Indicador 02 – Gastos com pessoal

Quadro 16.2 – Especificação do Indicador 02 – Percentual de gastos com pessoal.

Descrição	Quantificar os gastos com pessoal em relação aos gastos totais
Tipo de indicador	De efetividade
Definições	Gastos com pessoal = gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças

	judiciais e precatórios Gastos totais = gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Percentual de gastos com pessoal} = \frac{\text{Total de Gastos com Pessoal}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$

Tabela 16.2 – Indicador 02 - Percentual de gastos com pessoal.

Exercício	Total de gastos com pessoal (R\$)	Gastos Totais (R\$)	Gastos com pessoal (%)
2005	33.768.020,00	45.951.658,34	73,49
2006	42.450.838,20	51.522.221,19	82,39
2007	43.494.502,49	63.916.785,83	68,05
2008	52.440.295,83	88.064.876,21	59,55
2009	70.617.974,18	100.366.840,27	70,36

Análise Crítica

Através desse indicador é possível avaliar o nível de gastos com a folha de pessoal. O que se observa no indicador do percentual de gastos totais com pessoal é que em 2005 reduziram-se os gastos numa proporção pequena se comparado com o exercício seguinte, mas que merece algum comentário devido à série apresentada. O que ocorreu é que neste ano não houve pagamentos de sentenças judiciais e precatórios que causassem impacto no orçamento.

Em 2006, devido ao reajuste salarial dos servidores públicos federais e ao acréscimo no pagamento de despesas de exercícios anteriores, ocorreu uma alteração no índice. Em 2007, o que influenciou no resultado do indicador foram às nomeações dos novos servidores, através de concurso público, para o novo Campus do IFG na cidade de Inhumas. Em 2008 e 2009, o que influenciou no resultado do indicador foram às nomeações dos novos servidores através de concurso público para os novos *Campi* do IFG nas cidades de Itumbiara e Uruaçu e a recomposição do quadro dos *Campi* em funcionamento.

A nomeação de novos servidores, ajustes salariais e aumento nos gastos totais influenciaram diretamente no resultado do indicador. Desta maneira, houve

acréscimo do mesmo em relação ao exercício de 2008, porém manteve-se na média dos anos anteriores, conforme pode ser observado no Gráfico 16.2.

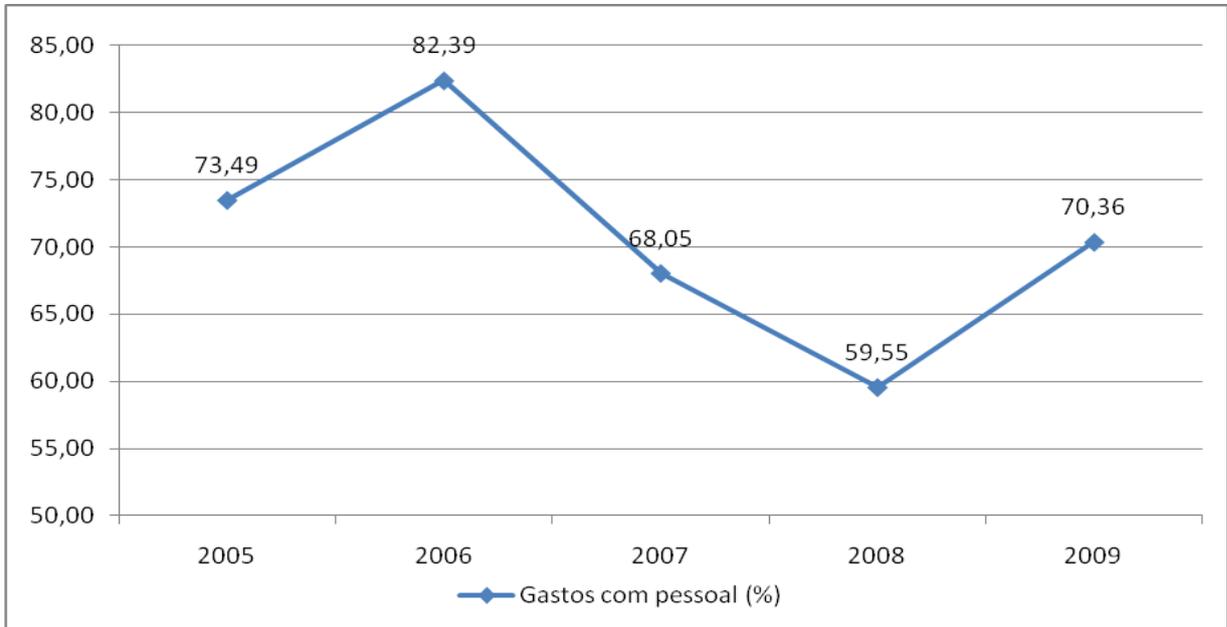


Gráfico 16.2 – Evolução do Indicador 02 – Percentual de gastos com pessoal.

Todavia, a Instituição entende como salutar esse percentual de gastos com pessoal, cujos valores monetários cresceram à medida que cresceram os gastos correntes, ou seja, o volume de gastos com pessoal aumentou para suportar o acréscimo das demandas apresentadas com a expansão do IFG.

Enfim, com a política de ampliação do número de matrículas e de oferta de serviços à comunidade, os gastos com pessoal necessitam ser ampliados, seja para contratação de novos profissionais, ou seja, para reposição da defasagem salarial do conjunto de servidores. Cumpre ressaltar, que existe um esforço institucional com relação à necessidade de contratação de mais docentes e servidores técnico-administrativos para melhor servir a comunidade.

Indicador 03 – Percentual de Gastos com Outros Custeios

Quadro 16.3 – Especificação do Indicador 03 – Percentual de gastos com outros custeios.

Descrição	Quantificar o percentual gasto com outros custeios em relação aos gastos totais
Tipo de	De efetividade

Indicador	
Definições:	<i>Gastos com outros custeios</i> = (gastos totais de OCC) menos (-) (benefícios e PASEP, investimentos e inversões financeiras) <i>Gastos totais</i> = gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Percentual de gastos com outros custeios} = \frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$

Tabela 16.3 – Indicador 03 - Percentual de gastos com outros custeios.

Exercício	Total de gastos com outros custeios (R\$)	Gastos Totais (R\$)	Gastos com outros custeios (%)
2005	5.404.648,86	45.951.658,34	11,76
2006	4.235.140,38	51.522.221,19	8,22
2007	10.743.607,27	63.916.785,83	16,81
2008	10.361.979,40	88.064.876,21	11,77
2009	10.628.365,13	100.366.840,27	10,59

Análise Crítica

Através desse indicador é possível avaliar o nível de gastos com outros custeios em relação aos gastos totais. Na série histórica apresentada observa-se que em 2009 o percentual do indicador manteve-se na média equiparando-se, principalmente, aos exercícios de 2005 e 2008, conforme se observa no Gráfico 16.3.

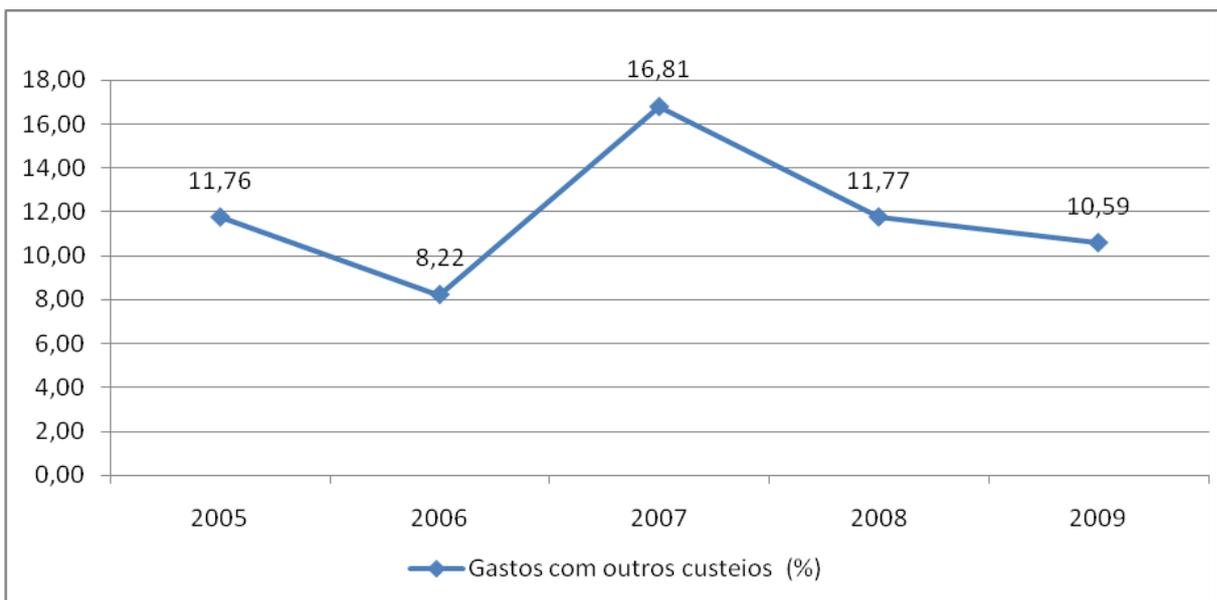


Gráfico 16.3 – Evolução do Indicador 03 – Percentual de gastos com outros custeios.

Os Gastos com outros custeios referem-se, principalmente, a manutenção da Instituição através da Ação Funcionamento da Educação Profissional. A maior parte deste recurso é gasto com as contratações e aquisições para a manutenção dos *Campi* do IFG, conforme detalhamento apresentado no item de Desempenho Operacional deste relatório.

Outro ponto importante a ser mencionado na análise deste indicador refere-se à média histórica. Apesar do crescimento da Instituição, da maior abrangência e, conseqüentemente, demandas da sociedade a serem atendidas no estado de Goiás e o maior número de servidores e infra-estrutura física com os novos *Campi* do IFG, o exercício de 2009 manteve a média dos últimos quatro anos com este tipo de gasto. O que retrata um trabalho contínuo e rotineiro da Administração em gerir os recursos públicos com zelo e austeridade.

Indicador 04 – Gastos com os Recursos Diretamente Arrecadados

Quadro 16.4 – Especificação do Indicador 04 – Gastos com os recursos diretamente arrecadados.

Descrição	Quantificar o percentual gasto com recursos de outras fontes em relação aos gastos totais com recursos do Tesouro Nacional
Tipo de indicador	De efetividade
Definições	Relação percentual entre os gastos com recursos de outras fontes e os gastos com recursos do Tesouro Nacional. Os recursos utilizados no cálculo deste indicador referem-se ao recolhimento de taxas e outros através da arrecadação da receita própria
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: <i>Percentual de gastos com outras fontes =</i> <i>Total de Gastos com Outras Fontes X 100</i> <i>Gastos Totais com recursos do Tesouro Nacional</i>

Tabela 16.4 – Indicador 04 – Gastos com os recursos diretamente arrecadados.

Exercício	Total de gastos com recursos de outras fontes (R\$)	Total de gastos com recursos do tesouro (R\$)	Gastos com outras fontes (%)
2005	120.846,12	45.830.812,22	0,26
2006	338.268,87	51.183.952,32	0,66
2007	482.512,22	63.434.273,61	0,76
2008	372.911,00	87.691.965,21	0,43
2009	496.551,09	99.870.289,18	0,50

Análise Crítica

Os gastos com os recursos diretamente arrecadados no IFG demonstram qual o percentual de arrecadação de receita própria na Instituição. Tal esforço e obrigatoriedade de arrecadação são revertidos para cobrir despesas com indenizações, gratificações e restituições aos servidores, realização dos processos seletivos, pagamento das obrigações tributárias e manutenção da Instituição.

Outro destaque a ser feito sobre este indicador faz referência a manifestação de uma maior procura pelos serviços ofertados na Instituição demonstrada na realização dos processos seletivos do IFG, nas taxas arrecadadas com a realização de concursos públicos e outras taxas obrigatórias. Tudo isso, deve-se, principalmente, pelo esforço da Administração em melhor divulgar a Instituição, suas potencialidades, resultados dos seus projetos e benefícios a sociedade.

No Gráfico 16.4, pode ser visualizada a evolução desta relação de arrecadação e os gastos com os recursos do Tesouro Nacional nos últimos cinco anos.

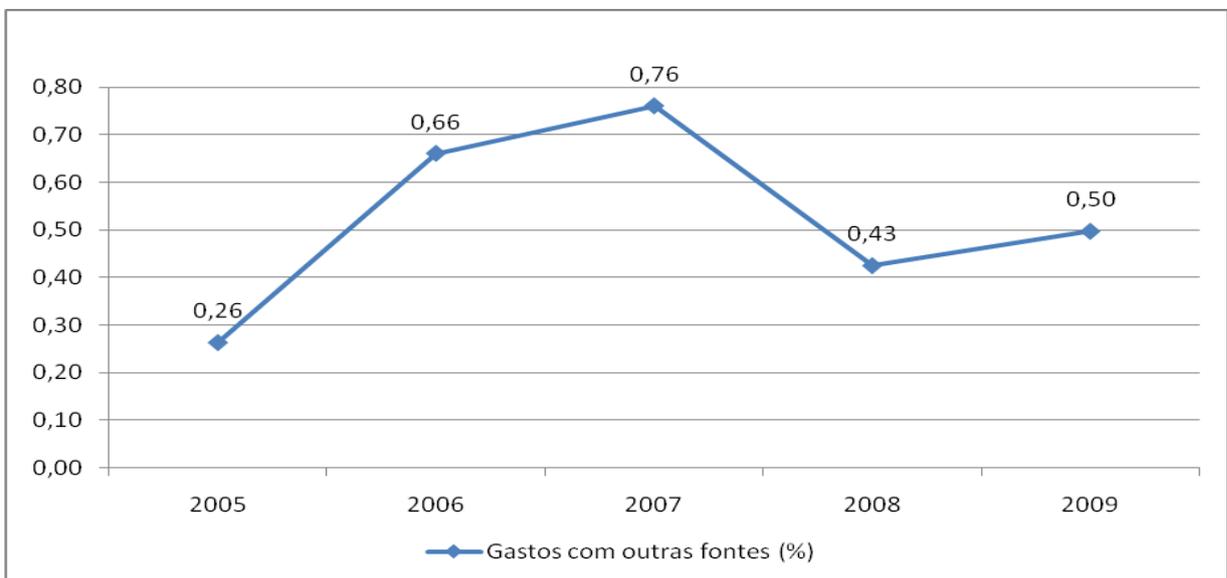


Gráfico 16.4 – Evolução do Indicador 04 – Gastos com os recursos diretamente arrecadados.

Indicador 05 – Gastos com Outras Descentralizações de Créditos

Quadro 16.5 – Especificação do Indicador 05 – Gastos com outras descentralizações de créditos.

Descrição	Quantificar o percentual gasto com recursos de convênio (descentralizações de crédito) em relação aos gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesas.
Tipo de indicador	De eficácia
Definições	Relação percentual entre os gastos com recursos de Descentralizações de Créditos e os gastos de todas as fontes e grupos de despesas.
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Percentual de gastos com outras fontes = $\frac{\text{Total de Gastos com Recursos de Descentralizações de Crédito} \times 100}{\text{Gastos Totais de todas as Fontes e todos os Grupos de Despesas}}$

Tabela 16.5 – Indicador 05 – Gastos com outras descentralizações de créditos.

Exercício	Total de gastos com recursos de Descentralizações de Crédito (R\$)	Gastos Totais (R\$)	Gastos com Descentralizações de Crédito (%)
2005	3.052.194,46	45.951.658,34	6,64
2006	806.015,45	51.522.221,19	1,56
2007	11.784.266,04	63.916.785,83	18,44
2008	24.735.278,48	88.064.876,21	28,09
2009	14.310.638,95	100.366.840,27	14,26

Análise Crítica

Nos últimos três (03) anos, o acréscimo no indicador em Descentralizações de Crédito, conforme está demonstrado na Tabela 16.5 e que pode ser visualizado no Gráfico 16.5, deveu-se, principalmente, ao investimento do Governo na Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. Para o exercício em análise, foi disponibilizado recursos para a continuidade da implantação do Campus Inhumas; investimentos na infra-estrutura dos *Campi* já existentes (Goiânia e Jataí); recursos para a primeira etapa da construção de mais 05 (cinco) *Campi* do IFG nas cidades de Anápolis, Formosa, Itumbiara, Luziânia e Uruaçu; e recursos disponibilizados para a implantação do Campus Planaltina do Instituto Federal de Brasília.

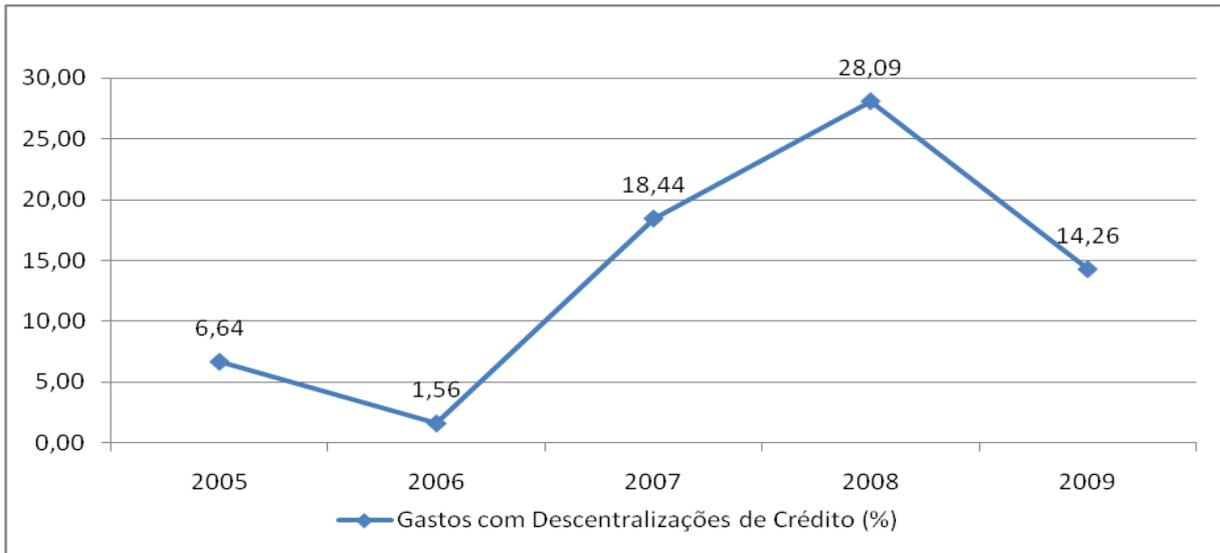


Gráfico 16.5 – Evolução do Indicador 05 – Gastos com outras descentralizações de créditos.

Foram disponibilizados também recursos para aquisição de equipamentos e material permanente para os *Campi* citados. Enfim, o resultado obtido foi muito satisfatório, pois representa à modernização e implantação de novos laboratórios acadêmicos, a adequação dos espaços e a modernização da área administrativa.

Todavia, em 2009, o Órgão Central adotou nova política para descentralização de crédito, o que acabou impactando este indicador. Não foi descentralizado o valor global da obras licitadas em 2009, considerou para a continuidade das mesmas o orçamento alocado na LOA 2010 na Ação 1H10 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e, caso o mesmo não seja suficiente, será descentralizado o restante à medida que a obra for sendo executada. Acredita-se ser importante para a Secretaria acompanhar e controlar a execução das obras, porém gerou uma relação de instabilidade e incertezas com a empresa contratada.

Apesar disso, faz-se importante reconhecer a sensibilidade da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC nos últimos anos com o IFG, cumprindo honrosamente os compromissos assumidos com a Educação Profissional e Tecnológica no estado de Goiás.

Indicador 06 – Gastos com Investimentos

Quadro 16.6 – Especificação do Indicador 06 – Gastos com investimentos/gastos totais.

Descrição	Quantificar o percentual dos gastos em investimentos e inversões financeiras em
-----------	---

	relação aos gastos totais.
Tipo de indicador	De eficiência
Definições	Investimentos = despesa destinada ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro. Gastos totais = gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Percentual de gastos com investimentos (em relação aos gastos totais) = $\frac{\text{Total de Gastos com Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$

Tabela 16.6 – Indicador 06 – Gastos com investimentos/gastos totais.

Exercício	Total de gastos com Investimentos (R\$)	Gastos Totais (R\$)	Gastos com Investimentos (%)
2005	5.566.761,33	45.951.658,34	12,11
2006	3.319.701,87	51.522.221,19	6,44
2007	8.322.188,14	63.916.785,83	13,02
2008	23.775.539,77	88.064.876,21	27,00
2009	17.371.178,54	100.366.840,27	17,31

Na Tabela 16.7 apresenta-se o total de investimentos em 2008 e 2009 no IFG e seus *Campi*, incluindo os recursos da LOA 2009 e das descentralizações de crédito. Além disso, separam-se os recursos que foram destinados as obras civis e instalações e os recursos destinados a aquisição de equipamentos e mobiliários por Campus. Possibilitando visualizar que os percentuais, tanto em obras civis e instalações (57,99% e 44,11%) quanto para equipamentos e material permanente (42,01% e 55,89) apresentados pela Administração, demonstram o cuidado e o zelo em manter o equilíbrio destes investimentos, entendendo ser importante para a Instituição melhorar a infraestrutura física acompanhada da modernização dos equipamentos e materiais permanentes.

É importante ressaltar ainda que no cálculo dos percentuais por Campus, foram excluídos os investimentos feitos no Campus Planaltina do Instituto Federal de Brasília.

Tabela 16.7 – Investimentos por Campus.

Investimentos em Obras e Instalações por Campus								
Unidades de Ensino	LOA (R\$)		DESCENTRALIZAÇÕES (R\$)		Total		%	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Reitoria								0,00
Campus Anápolis			3.973.882,01	1.214.655,50	3.973.882,01	1.214.655,50	25,08	16,96
Campus Formosa			3.973.882,01	1.209.119,00	3.973.882,01	1.209.119,00	25,08	16,88
Campus Goiânia	223.236,30	1.596.452,93		300.000,00	223.236,30	1.896.452,93	1,41	26,47
Campus Inhumas	319.667,20		500.000,00	300.000,00	819.667,20	300.000,00	5,17	4,19
Campus Itumbiara		372.912,45	1.492.485,24	300.000,00	1.492.485,24	672.912,45	9,42	9,39
Campus Jataí	1.389.981,27	20.171,69		300.000,00	1.389.981,27	320.171,69	8,77	4,47
Campus Luziânia			3.973.882,01	1.249.897,69	3.973.882,01	1.249.897,69	25,08	17,45
Campus Uruaçu				300.000,00		300.000,00		4,19

SUBTOTAL	1.932.884,77	1.989.537,07	13.914.131,27	5.173.672,19	15.847.016,04	7.163.209,26	100,00	100,00
Instituto Federal de Brasília			2.147.711,28	500.000,00	2.147.711,28	500.000,00		
Investimentos em Equipamentos e Material Permanente por Campus								
Unidades de Ensino	LOA (R\$)		DESCENTRALIZAÇÕES (R\$)		Total		%	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Reitoria		211.761,42		104.443,60		316.205,02		3,26
Campus Anápolis		278.119,30		815.501,98		1.093.621,28		11,27
Campus Formosa		278.119,30		815.501,98		1.093.621,28		11,27
Campus Goiânia	1.021.418,95	839.838,91	1.633.459,49	1.066.055,27	2.654.878,44	1.905.894,18	50,76	19,63
Campus Inhumas	197.231,29	173.142,70	60.443,65	684.599,74	257.674,94	857.742,44	4,93	8,84
Campus Itumbiara	69.287,00	317.979,33	795.480,72	995.253,06	864.767,72	1.313.232,39	16,53	13,53
Campus Jataí	43.243,99	169.860,78	96.969,70	811.691,99	140.213,69	981.552,77	2,68	10,11
Campus Luziânia		278.119,30		758.478,98		1.036.598,28		10,68
Campus Uruaçu	69.287,00	472.961,35	1.243.330,91	636.540,29	1.312.617,91	1.109.501,64	25,10	11,43
SUBTOTAL	1.400.468,23	3.019.902,39	3.829.684,47	6.688.066,89	5.230.152,70	9.707.969,28	100,00	100,00
Instituto Federal de Brasília			550.659,75		550.659,75			
INVESTIMENTO TOTAL								
Unidades de Ensino	LOA (R\$)		DESCENTRALIZAÇÕES (R\$)		Total		%	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
OBRAS CIVIS	1.932.884,77	1.989.537,07	16.061.842,55	5.673.672,19	17.994.727,32	7.663.209,26	57,99	44,11
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.400.468,23	3.019.902,39	4.380.344,22	6.688.066,89	5.780.812,45	9.707.969,28	42,01	55,89
TOTAL GERAL	3.333.353,00	3.957.033,41	20.442.186,77	12.361.739,08	23.775.539,77	17.371.178,54	100,00	100,00

Análise Crítica

No Gráfico 16.6 percebe-se claramente a política adotada pelo Governo Federal em 2008 através da disposição do Ministério da Educação/SETEC em atender as reivindicações do IFG, conforme citado anteriormente. Esta política vem de encontro com os objetivos e metas estabelecidos pela Instituição, isto é, fortalecer-se como centro de referência na área tecnológica no estado de Goiás, atuando como modelo educacional de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social.

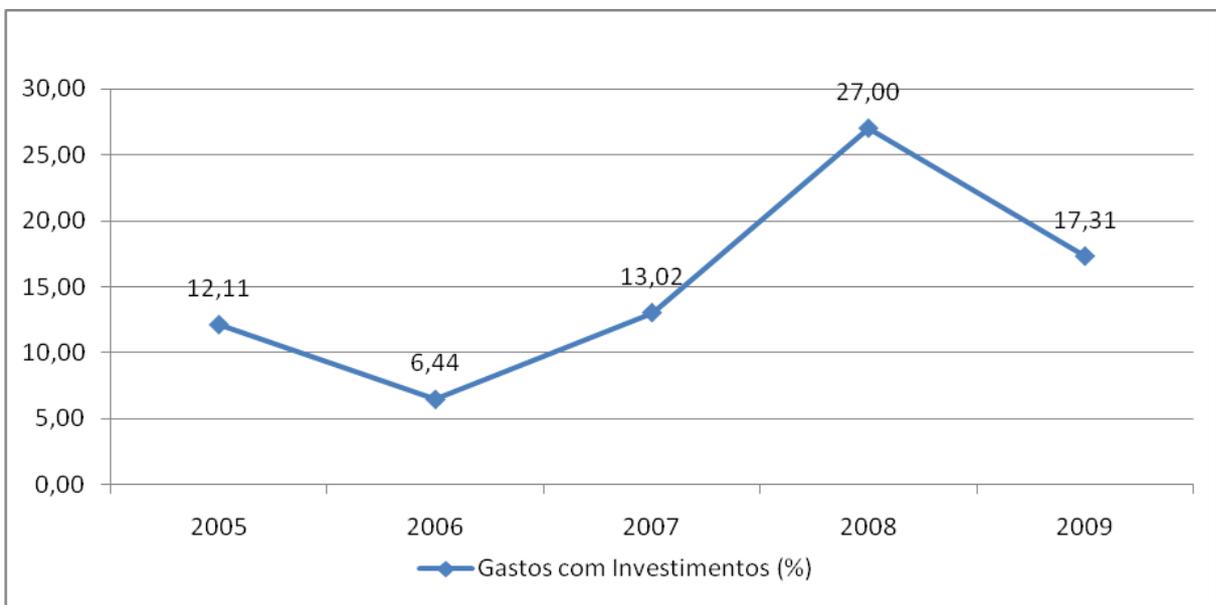


Gráfico 16.6 – Evolução do Indicador 06 – Gastos com investimentos/gastos totais.

Porém, em 2009, conforme citamos no indicador anterior, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica adotou outra política para descentralização de crédito, o que acabou impactando este indicador também. A mesma não descentralizou o valor global da obras licitadas em 2009, considerou para a continuidade das mesmas o orçamento alocado na LOA 2010 na Ação 1H10 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e, caso o mesmo não seja suficiente, descentralizará o restante à medida que a obra for sendo executada. Acreditamos ser importante para a Secretaria acompanhar e controlar a execução das obras, porém gerou uma relação de instabilidade e incertezas com a empresa contratada.

Apesar disso, faz-se importante reconhecer a sensibilidade da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC nos últimos anos com o IFG, cumprindo honrosamente os compromissos assumidos com a Educação Profissional e Tecnológica no Estado de Goiás.

Além disso, a política adotada pela Instituição de minimizar e otimizar os recursos destinados à manutenção para possibilitar maiores investimentos, seja pelas aquisições eletrônicas, pelo investimento em tecnologia, pela melhoria das condições de trabalho ou pela melhoria da infra-estrutura física, têm contribuído de forma significativa para a eficiência da Instituição e, conseqüentemente, para a qualidade do ensino ofertado.

Porém, reconhece-se que os recursos destinados a investimentos e modernização tecnológica devem ser ampliados, principalmente, em Instituições Educacionais que atuam no campo tecnológico, onde os avanços são constantes e o aluno necessita estar em contato com a tecnologia de ponta para estar apto a buscar sua inserção no mundo do trabalho. Diante disso, a Reitoria do IFG tem se empenhado na busca por recursos extra-orçamentários, o que pode ser comprovado através do montante disponibilizado através das descentralizações de crédito nos últimos anos.

Além do cálculo do Indicador 06, calculou-se também os investimentos em relação aos gastos com outras despesas correntes, isto é, gastos com outros custeios da Instituição.

Observando os gastos com investimentos em relação aos gastos com outros custeios na Tabela 16.8 e no Gráfico 16.7, percebe-se que, no exercício de 2008 e 2009, obtiveram respectivamente indicadores de 229,45% e 163,44%, que apresentaram acréscimo visivelmente exposto em relação aos últimos anos. Tudo isso espelha as políticas específicas do Governo Federal e da Instituição para a educação profissional e tecnológica.

Lembrando que, a queda no indicador em 2009 já foi devidamente esclarecida na apresentação dos indicadores anteriores.

Tabela 16.8 – Gastos com investimentos/gastos com outros custeios.

Exercício	Total de gastos com Investimentos (R\$)	Total de gastos com outros custeios (R\$)	Gastos com Investimentos / OCC (%)
2005	5.566.761,33	5.404.648,86	103,00
2006	3.319.701,87	4.235.140,38	78,38
2007	8.322.188,14	10.743.607,27	77,46
2008	23.775.539,77	10.361.979,40	229,45
2009	17.371.178,54	10.628.365,13	163,44

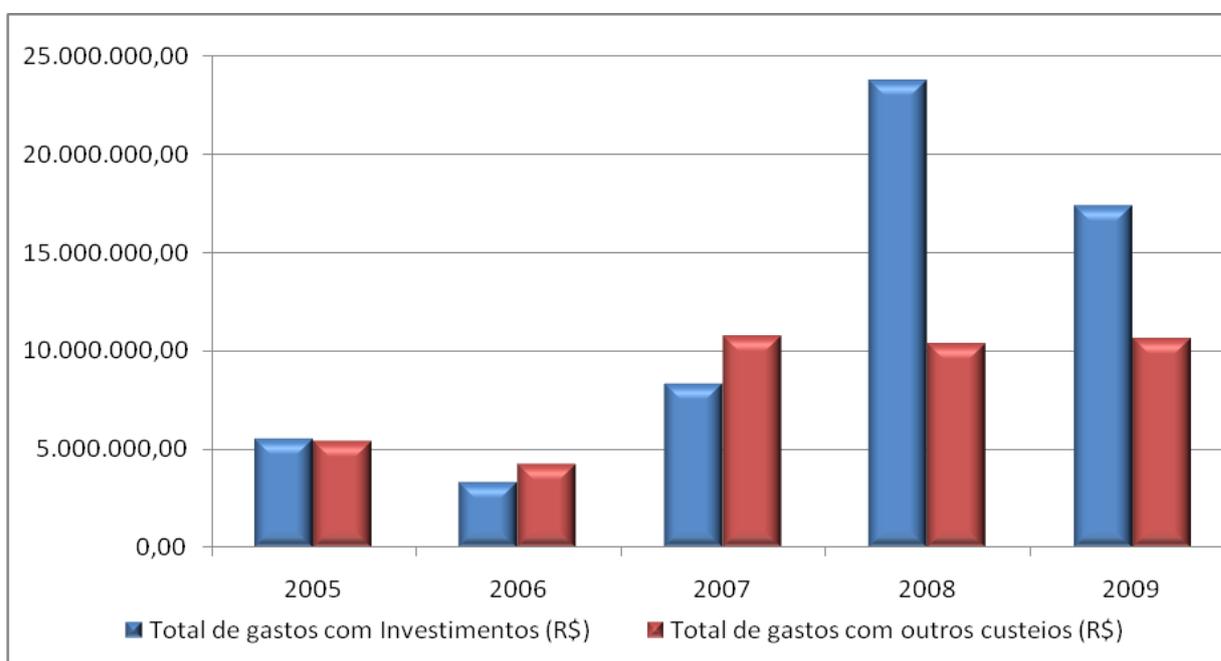


Gráfico 16.7. – Gastos com investimentos em relação aos gastos com outros custeios.

Concluindo, no PPA 2008-2011 “*Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade*” o Governo Federal através do Ministério da Educação estabeleceu metas e prioridades para a educação incluindo especificamente a educação profissional e tecnológica com a transformação dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na perspectiva de que estes incrementarão a acolhida e o resgate social de um público historicamente posto à margem das políticas de formação para o trabalho.

Essa transformação possibilitado à Instituição maior flexibilidade e maior alcance nas suas ações pedagógicas, a fim de responder positivamente às demandas contextualizadas, conceber soluções ágeis para os desafios educacionais emergentes, formar a consciência crítica e de capacidade produtiva da sociedade, bem como atuar como agente indispensável nas iniciativas governamentais que venham a proporcionar o desenvolvimento sustentável do estado onde está inserida.

Isto posto, deve-se continuar disponibilizando recursos para investimentos em todas as áreas de atuação das instituições ou o plano ficará totalmente comprometido, pois a Instituição não conseguirá atender as demandas existentes e às vezes reprimidas e as que possam surgir num novo cenário.

16.2. Da Gestão Acadêmica

Os indicadores apresentados a seguir foram calculados/medidos pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/Pesquisa Institucional segundo a legislação vigente. Diante disso, passa-se a apresentar os indicadores a partir de 2005 e suas respectivas análises. Quanto aos dados que subsidiaram os cálculos, encontram-se anexos a este documento. Outro ponto a destacar no cálculo dos indicadores acadêmicos é que para o exercício de 2006 foi considerado apenas o primeiro semestre devido ao atraso do período letivo em consequência da greve dos servidores públicos federais.

Indicador 07 – Relação candidato por vaga

Quadro 16.7 – Especificação do Indicador 07 – Relação candidato por vaga.

Utilidade	Identificar a relação candidato/vaga.
Tipo de indicador	De eficácia e eficiência acadêmica
Definições	Inscrições = número de inscrições para vestibular e processos seletivos. Vagas ofertadas = número de vagas ofertadas em Editais de Oferta de Vagas por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Este indicador é obtido utilizando-se a seguinte expressão $relação\ candidato / vaga = \frac{inscrições}{vagas\ ofertadas}$

Tabela 16.9 – Indicador 07 – Relação candidato por vaga.

Cálculo do Indicador				
Unidade / Exercício		Candidatos	Vagas Ofertadas	Indicador
Campus Goiânia	2005	18.520	2.668	6,94
	2006	5.840	1.620	3,60
	2007	7.408	1.330	5,57
	2008	11.551	1.290	8,95
	2009	12.634	1.629	7,76
Campus Inhumas	2007	1.036	240	4,32
	2008	928	240	3,87
	2009	998	249	4,01
Campus Itumbiara	2008	996	240	4,15
	2009	1.312	301	4,36
Campus Jataí	2005	1.970	804	2,45
	2006	1.120	652	1,72
	2007	1.140	481	2,37
	2008	1.250	430	2,91
	2009	1.307	475	2,75
Campus Uruaçu	2008	1.292	252	5,13
	2009	1.623	270	6,01
CONSOLIDADO	2005	20.490	3.472	5,90
	2006	6.960	2.272	3,06
	2007	9.584	2.051	4,67
	2008	16.017	2.452	6,53
	2009	17.874	2.924	6,11

Análise Crítica

Através desse indicador torna-se possível dimensionar o nível de atratividade dos diversos cursos ofertados por nossa Instituição. É possível destacar algumas áreas educacionais que obtiveram elevada relação candidato/vaga, tais como: os Cursos Técnicos de Nível Médio de Eletrotécnica Noturno (17,04%), Controle Ambiental (12,10%) e Informática para Internet Noturno (14,73%) e os Cursos

Superiores em Tecnologia de Construção de Vias Terrestres (18,67%) e Manutenção em Eletromecânica Industrial (12,33%).

Em 2008, o indicador de 6,11% inscritos por cada vaga ofertada nos diversos segmentos, evidencia que o Instituto Federal de Goiás atua como centro de referência regional destacando a procura por seus cursos, conforme se visualiza no Gráfico 16.8.

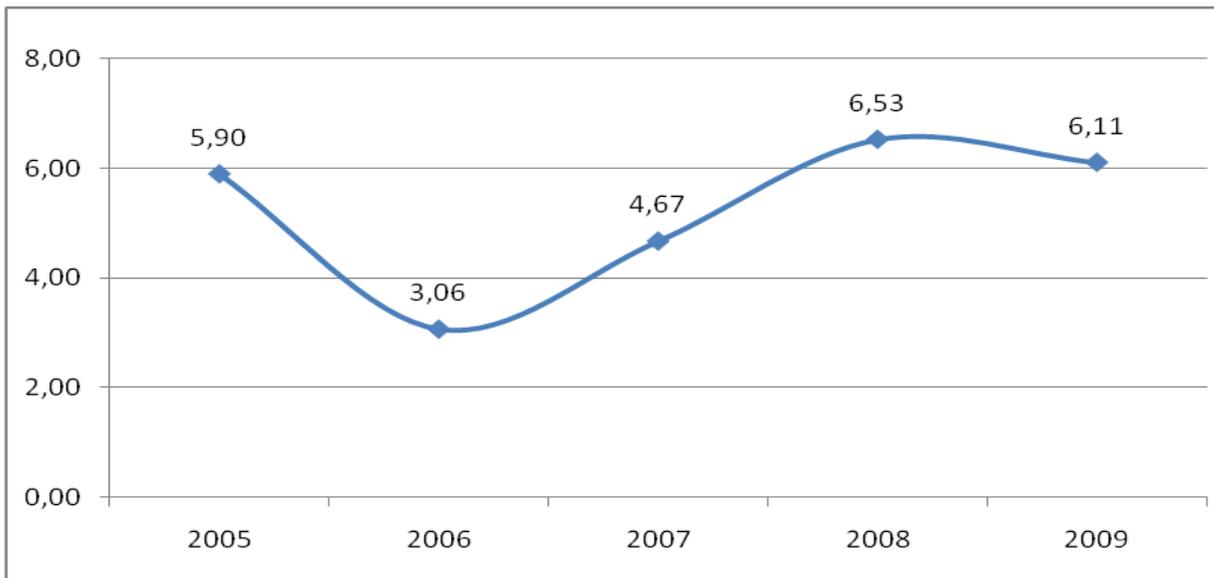


Gráfico 16.8 – Evolução da concorrência.

Entretanto, ressaltamos que devido à grande procura pelos cursos do IFG existe uma demanda reprimida de aproximadamente 85% dos inscritos, que não conseguiram aprovação nos cursos ofertados pela Instituição. Isto posto, reforça a necessidade de ampliarmos a oferta de vagas em todas as modalidades de ensino do CEFET-GO.

Quanto a isto, a exemplo do que está acontecendo no país inteiro com a Rede de Educação Profissional e Tecnológica, o IFG, no estado de Goiás, está implantando mais unidades de ensino. Em funcionamento têm-se três unidades (Inhumas, Itumbiara e Uruaçu) e em fase inicial de construção dos prédios mais 03 (três) unidades de ensino em diferentes regiões para atender o maior número possível de candidatos interessados.

Indicador 08 – Relação de ingressos por aluno

Quadro 16.8 – Especificação do Indicador 08 – Relação ingressos por alunos.

Descrição	Quantificar a taxa de Ingressos em relação ao total de alunos.
Tipo de indicador	De eficácia e eficiência acadêmica
Definições	Ingressos = número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso. Número de Matrículas = número de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas).
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Relação} = \frac{\sum N^{\circ} \text{ de ingressos ocorridos em } 2007 \times 100}{\text{Número de Matrículas}}$

Tabela 16.10 – Indicador 08 – Relação ingressos por alunos.

Cálculo do Indicador				
Unidade / Exercício		Ingressos	Matrículas	Indicador
Campus Goiânia	2005	2.640	7.678	34,38
	2006	1.780	8.512	20,91
	2007	1.515	6.718	22,55
	2008	1.585	7.175	22,09
	2009	1.461	6.435	22,70
Campus Inhumas	2007	240	405	59,26
	2008	222	712	31,18
	2009	315	1.090	28,90
Campus Itumbiara	2008	91	91	100,00
	2009	243	550	44,18
Campus Jataí	2005	792	1.614	49,07
	2006	652	1.522	42,84
	2007	481	1.866	25,78
	2008	374	1.699	22,01

Cálculo do Indicador

Unidade / Exercício		Ingressos	Matrículas	Indicador
	2009	441	1.463	30,14
Campus Uruaçu	2008	84	84	100,00
	2009	240	547	43,88
CONSOLIDADO	2005	3.432	9.292	36,93
	2006	2.432	10.034	24,24
	2007	2.236	8.989	24,87
	2008	2.356	9.761	24,14
	2009	2.700	10.085	26,77

Análise Crítica

Através desse indicador é possível analisar a capacidade da oferta de vagas da Instituição. Em 2009, a taxa de ingresso na ordem de 26,77% sobre o total de matrículas, é considerada razoavelmente satisfatória no modelo adotado pela Instituição, que busca manter um equilíbrio entre ingressos e concluintes. Porém o potencial de vagas ofertadas tem decrescido se comparado com o exercício de 2005, conforme se observa no Gráfico 16.9.

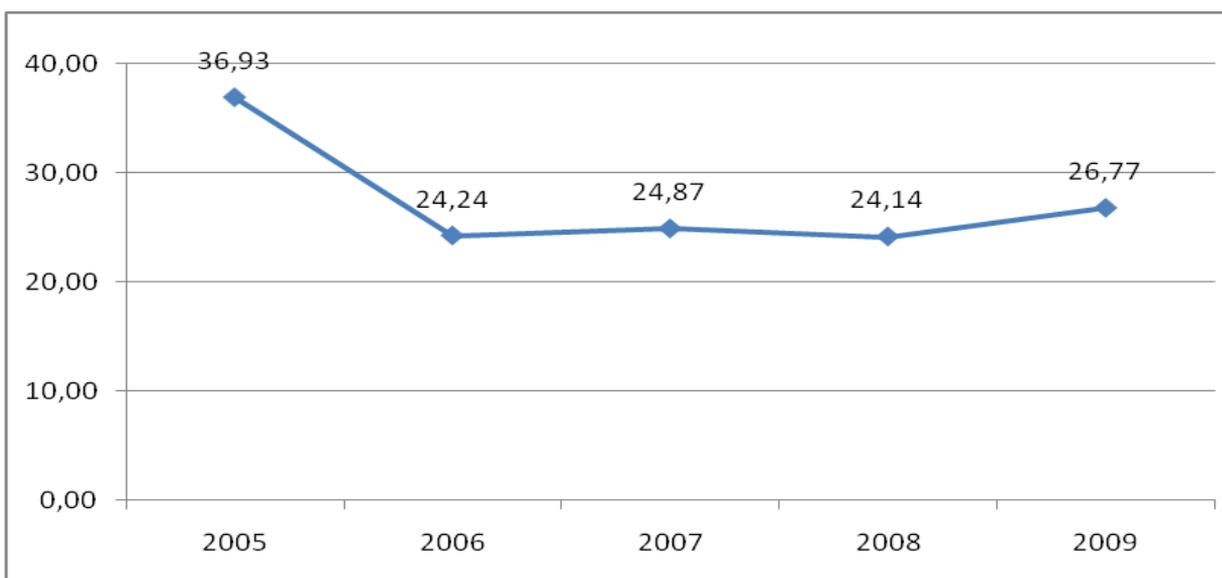


Gráfico 16.9 – Potencial de vagas ofertadas.

Cumprido destacar, que mesmo sendo um modelo para manutenção, e não de expansão do número de matrículas adotado nos últimos anos, a Instituição vem ofertando novos cursos através da nova política do Governo Federal (Fase I e Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica), que em 2007, implantou uma nova unidade de ensino (Inhumas) e em 2008, implantou mais duas unidades (Itumbiara e Uruaçu). Porém, o impacto e o acréscimo significativo da oferta de vagas vai acontecer gradualmente à medida que se estrutura estas novas unidades com quantitativo de pessoal suficiente e estrutura administrativa e acadêmica adequadas.

Tudo isso em sintonia com as demandas da sociedade, a partir de estudos de cenários realizados pelo *Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica da Região Centro-Oeste*, principalmente, em razão do CEFET-GO e suas unidades estarem instaladas em regiões estratégicas do estado de Goiás, que vem demandar diversos profissionais para atuarem em diversas áreas tecnológicas. Reforça-se também, o papel da educação superior e da educação para jovens e adultos, que apresenta um processo de expansão significativo.

Para que a Instituição venha adotar novamente, um modelo expansionista, buscando o crescimento do número de alunos matriculados, torna-se necessária à ampliação do quadro de servidores, bem como, construção de salas de aula, laboratórios, etc. Acredita-se que o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, no qual estão inseridas as novas unidades citadas, atendam todas estas expectativas.

Indicador 09 – Relação de concluintes por alunos

Quadro 16.9 – Especificação do Indicador 09 – Relação de concluintes por alunos.

Descrição	Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de alunos
Tipo de indicador	De eficácia e eficiência acadêmica
Definições	Concluintes = O número de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano. Concluinte é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau Número de Matrículas = número de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas)
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Relação = $\frac{\text{Número de concluintes (manhã, tarde, noite, integral, total)}}{\text{Número de Matrículas}} \times 100$

No cálculo do indicador, considerou apenas o número de matrículas das Unidades de Goiânia e Jataí devido às novas Unidades de Ensino (Inhumas, Itumbiara e Uruaçu) não possuírem alunos concluintes.

Tabela 16.11 – Indicador 09 – Relação de concluintes por alunos.

Cálculo do Indicador				
Unidade / Exercício		Concluintes	Matrículas	Indicador
Campus Goiânia	2005	342	7.678	4,45
	2006	1.090	8.512	12,81
	2007	897	6.718	13,35
	2008	883	7.175	12,31
	2009	547	6.435	8,50
Campus Jataí	2005	244	1.614	15,12
	2006	190	1.522	12,48
	2007	122	1.866	6,54
	2008	195	1.699	11,48
	2009	120	1.463	8,20
CONSOLIDADO	2005	586	9.292	6,31
	2006	1.280	10.034	12,76
	2007	1.019	8.584	11,87
	2008	1.078	8.874	12,15
	2009	667	7.898	8,45

Análise Crítica

Através desse indicador torna-se possível analisar a taxa de concluintes sobre o número total de matrículas. Em 2009, tivemos uma taxa na ordem de 8,45% que se comparada com os três últimos anos teve um decréscimo sensível, conforme se observa no Gráfico 16.10.

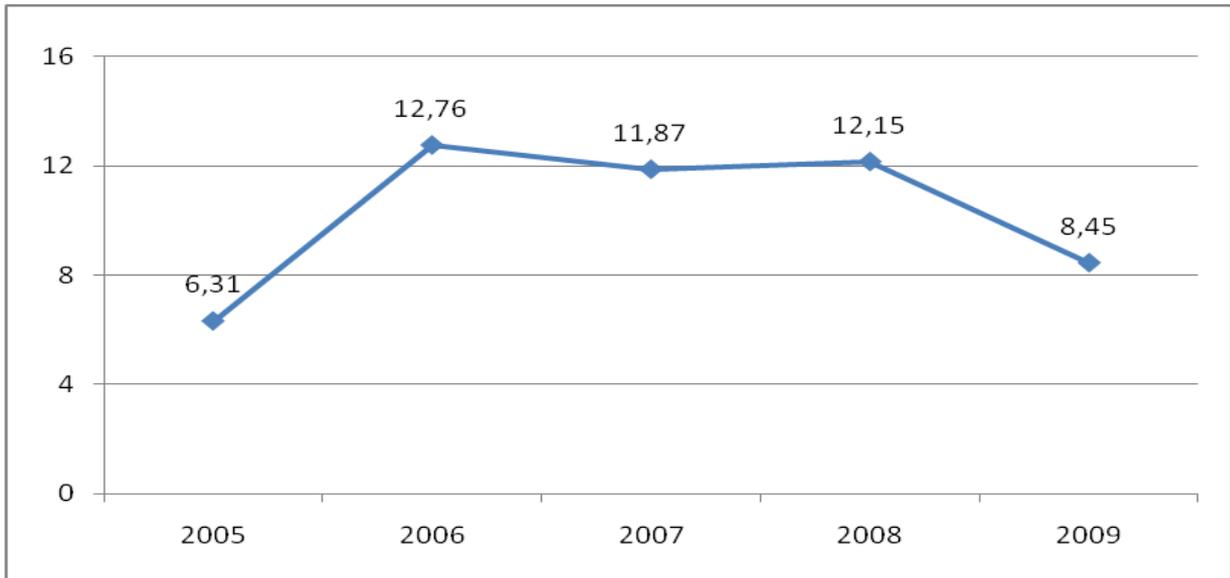


Gráfico 16.10 – Eficiência acadêmica na relação concluintes/alunos.

Ademais, o IFG vem adotando uma série de ações como a concessão de bolsas de estudo e de iniciação científica, promoção de atividades extra-classe, melhoria dos laboratórios acadêmicos, atualização contínua do acervo bibliográfico etc, conforme relatado neste documento, para o fortalecimento das políticas de manutenção de seu corpo discente, principalmente, os alunos dos cursos noturnos, que exercem atividades profissionais durante o dia e estudam a noite.

É através dessas ações que se torna possível buscar a ampliação do número de concluintes, com o desafio de incentivar a permanência do aluno durante todo o curso, para que seu esforço e o da Instituição não venham a ser interrompidos e desperdiçados.

Além disso, a Instituição deve ter clareza que o seu trabalho junto ao aluno não se encerra após a conclusão do curso, devendo existir mecanismos para acompanhamento desses egressos e políticas de apoio para sua inserção no mundo do trabalho. Finalizando, ressalta-se, que muitas vezes, o ex-aluno pode vir a demandar serviços e tornar-se aluno novamente, através de cursos de qualificação e re-qualificação profissional, etc.

Indicador 10 – Índice de eficiência acadêmica

Quadro 16.10 – Especificação do Indicador 10 – Índice de eficiência acadêmica.

Descrição	Quantificar a eficiência das Instituições
Tipo de indicador	De eficácia e eficiência acadêmica
Definições	Concluintes = O número de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano. Concluinte é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau. Ingressos = número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Índice = $\frac{\sum \text{Número de concluintes}}{\sum \text{N}^\circ \text{ de ingressos ocorridos por período equivalente}} \times 100$

Tabela 16.12 – Indicador 10 – Índice de eficiência acadêmica.

Cálculo do Indicador				
Unidade / Exercício	Concluintes	Ingressos períodos equivalentes	em	Indicador
Campus Goiânia	2005	342	2.594	13,18
	2006	1.090	1.632	66,79
	2007	897	1.332	67,34
	2008	883	1.291	68,40
	2009	547	632	86,55
Campus Jataí	2005	244	888	27,48
	2006	190	572	33,22
	2007	122	385	31,69
	2008	195	393	49,62
	2009	120	154	77,92
CONSOLIDADO	2005	586	3.482	16,83
	2006	1.280	2.204	58,08
	2007	1.019	1.717	59,35
	2008	1.078	1.684	64,01
	2009	667	786	84,86

Análise Crítica

Através deste indicador é possível verificar se a instituição obteve uma relação eficiente entre o número de concluintes e o número de ingressos em períodos equivalentes. Porém ressalta-se, que o modelo IFG é diverso e complexo, e, possui cursos em diferentes níveis de ensino com carga horária / duração dos cursos também diferenciados, pois as políticas da educação têm sido alteradas em curto espaço de tempo. Portanto, a análise de eficiência na relação concluintes / ingressos em períodos equivalentes somente é possível, a partir do acompanhamento dos ingressos de determinado nível de curso até que esse aluno ingressante conclua o curso, considerando que a diferença entre ambos, seja o tempo previsto na modalidade para que o mesmo conclua o curso.

Em 2009, o número de concluintes representou 84,86% do número de ingressantes em períodos equivalentes na Instituição, resultado considerado razoavelmente satisfatório para o modelo de estabilidade que vinha sendo adotado nos últimos anos para o número de matrículas do CEFET-GO, conforme se observa no Gráfico 16.11.

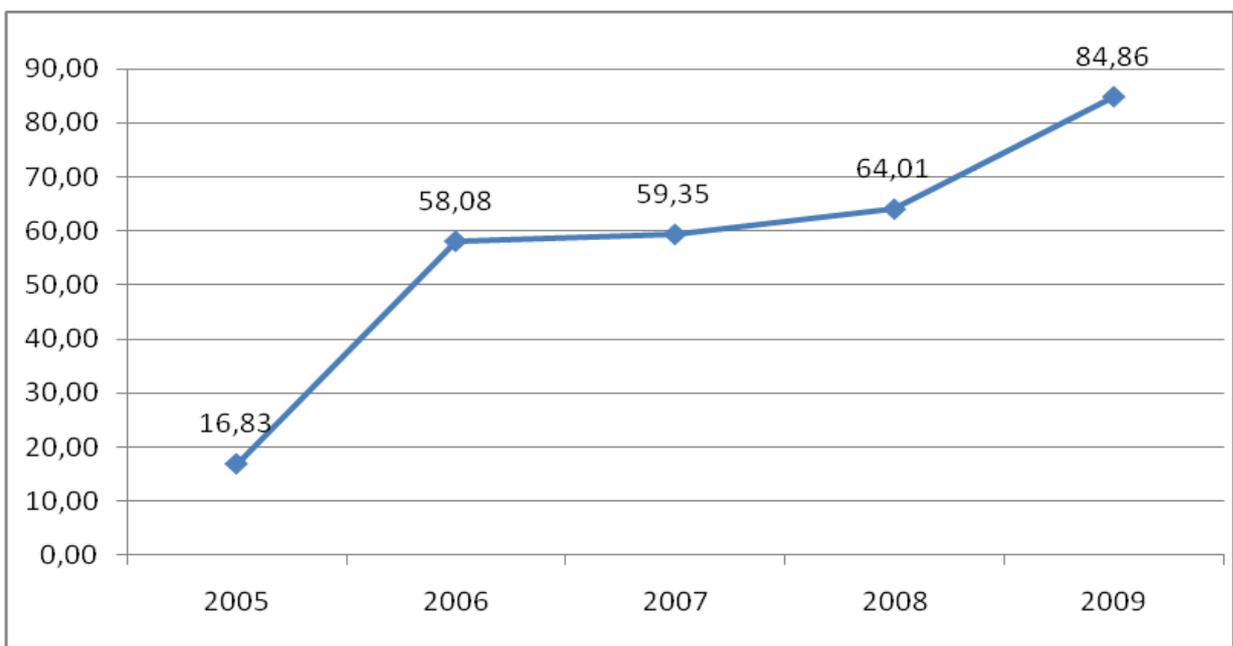


Gráfico 16.11 – Eficiência acadêmica na relação concluintes/ingressos em período equivalente.

Indicador 11 – Índice de retenção do fluxo escolar

Quadro 16.11 – Especificação do Indicador 11 – Índice de retenção do fluxo escolar.

Descrição	Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos
Tipo de indicador	De eficácia e eficiência acadêmica
Definições	Retenção escolar = O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano. Retenção Escolar refere-se à sub-divisão: reprovação e trancamento Número de Matrículas = número de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas)
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Índice = $\frac{\text{Número de alunos retidos (reprovação + trancamento)}}{\text{Número de Matrículas}} \times 100$

Tabela 16.13 – Indicador 11 – Índice de retenção do fluxo escolar.

Cálculo do Indicador				
Unidade / Exercício		Retenção	Matrículas	Indicador
Campus Goiânia	2005	1.904	7.678	24,80
	2006	946	8.512	11,11
	2007	645	6.718	9,60
	2008	781	7.175	10,89
	2009	986	6.435	15,32
Campus Inhumas	2007	91	405	22,47
	2008	185	712	25,98
	2009	262	1.090	24,04
Campus Itumbiara	2008	11	91	12,09
	2009	127	550	23,09
Campus Jataí	2005	268	1.614	16,60
	2006	310	1.522	20,37
	2007	77	1.866	4,13
	2008	240	1.699	14,13
	2009	283	1.463	19,34
Campus Uruaçu	2008	04	84	4,76
	2009	47	547	8,59

Cálculo do Indicador

Unidade / Exercício	Retenção	Matrículas	Indicador	
CONSOLIDADO	2005	2.172	9.292	23,37
	2006	1.256	10.034	12,52
	2007	813	8.989	9,04
	2008	1.221	9.761	12,51
	2009	1.705	10.085	16,91

Análise Crítica

Através desse indicador é possível avaliar a taxa de retenção do fluxo escolar (reprovações e trancamentos), que em 2009 foi de 16,91%, dentro de padrões aceitáveis. Mesmo assim, a Instituição tem incentivado e apoiado políticas de combate a essa retenção: aulas de reforço para alunos com dificuldade de aprendizagem, ampliação dos trabalhos de monitoria, incentivo a iniciação científica e assistência ao educando, etc.

No Gráfico 16.12 pode-se visualizar que temos um indicador que merece uma atenção especial, pois se percebe um razoável acréscimo no índice de retenção do fluxo escolar no exercício de 2009.

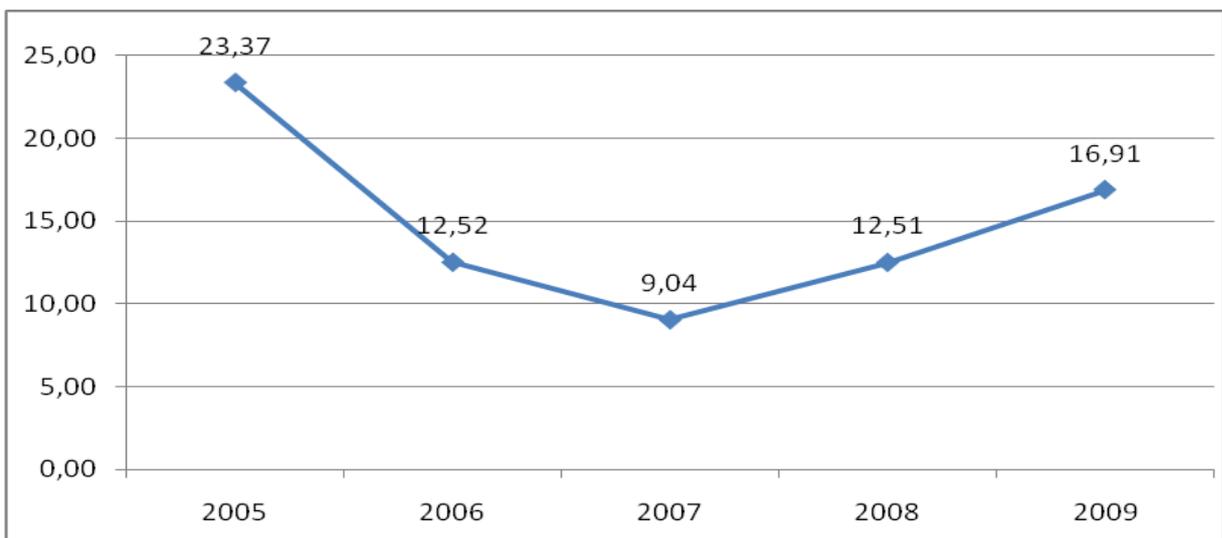


Gráfico 16.12 – Evolução do índice de retenção do fluxo escolar.

Indicador 12 – Relação de alunos por docentes em tempo integral

Quadro 16.12 – Especificação do Indicador 12 – Relação alunos por docentes em tempo integral.

Descrição	Quantificar o número de alunos por docente em tempo integral.
Tipo de indicador	De eficácia e eficiência acadêmica
Definições	Número de Matrículas = número de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas). Docentes em tempo integral (efetivo e em contrato temporário) = O docente presta atividades acadêmicas exclusivamente em sala de aula, equivalente ao regime de trabalho de 40 horas semanais (quantidade em 20h, multiplica-se por 0,5 e quantidade em 40h e DE multiplica-se por 1).
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Índice = $\frac{\text{Número de Matrículas}}{\text{Docentes em tempo integral}}$

Tabela 16.14 – Indicador 12 – Relação de alunos por docentes em tempo integral.

Cálculo do Indicador				
Unidade / Exercício		Matrículas	Docentes x Pesos	Indicador
Campus Goiânia	2005	7.678	277	27,72
	2006	8.512	279	30,51
	2007	6.718	283	23,74
	2008	7.175	288	24,91
	2009	6.435	296	21,78
Campus Inhumas	2007	405	23	17,61
	2008	712	40	17,80
	2009	1.090	45	24,22
Campus Itumbiara	2008	91	11	8,27
	2009	550	22	25,00
Campus Jataí	2005	1.614	71	22,73
	2006	1.522	76	20,03
	2007	1.866	71	26,28

Cálculo do Indicador				
Unidade / Exercício		Matrículas	Docentes x Pesos	Indicador
	2008	1.699	66	25,74
	2009	1.463	67	21,84
Campus Uruaçu	2008	84	16	5,25
	2009	547	27	20,26
CONSOLIDADO	2005	9.292	348	26,70
	2006	10.034	355	28,26
	2007	8.989	377	23,84
	2008	9.761	421	23,19
	2009	10.085	457	22,07

Análise Crítica

Através desse indicador é possível avaliar o potencial da força de trabalho do corpo docente. Em 2008, tivemos uma relação de 22,07% alunos por docente, que se comparado com os exercícios anteriores, conforme Gráfico 16.13 houve uma sensível queda neste indicador. Isto pode ser elucidado pelo ingresso dos novos docentes das novas Unidades de Ensino que ainda estão realizando os processos seletivos para o ingresso de todos os alunos que representarão todo seu potencial de oferta de vagas. Outra referência que pode ser utilizada para efeito comparativo é de que nas Universidades Federais essa relação é em média de 12 alunos para cada docente o que leva-nos a acreditar que temos também um desempenho satisfatório neste indicador.

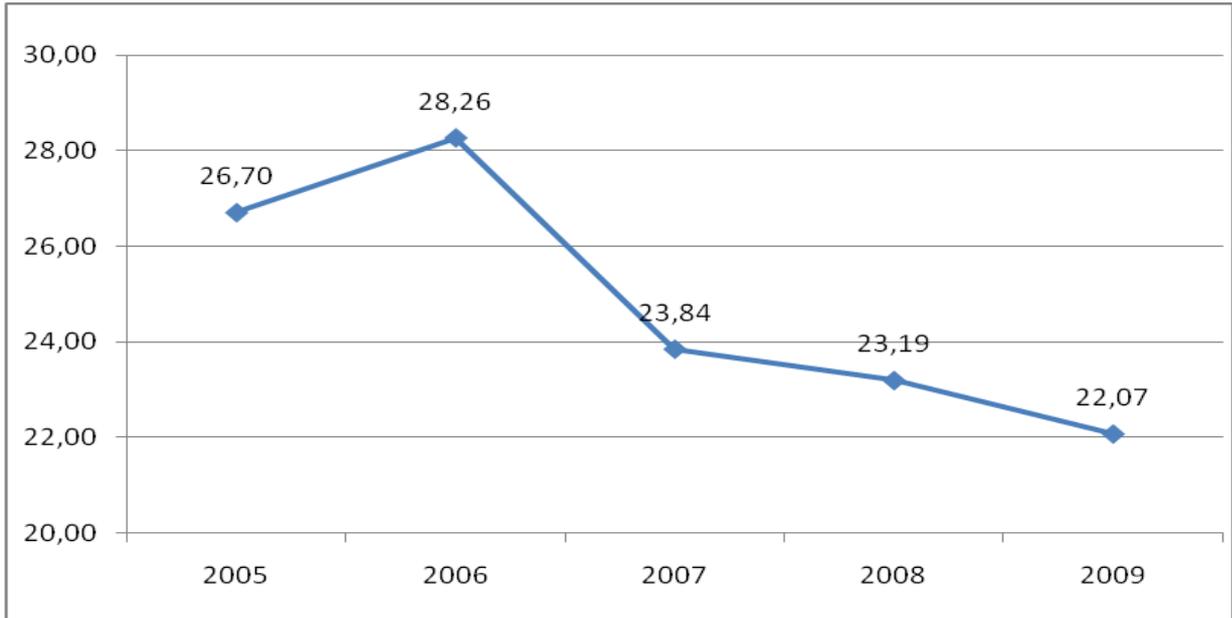


Gráfico 16.13 – Potencial da força de trabalho do corpo docente.

Indicador 13 – Número de alunos matriculados e classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar

Quadro 16.13 – Especificação do Indicador 13 – Número de alunos matriculados e classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar.

Descrição	Auferir o grau de inclusão social da política governamental por meio do perfil socioeconômico de ingressantes e de concluintes nas IFE's.
Tipo de indicador	De eficácia
Definições	Conforme anexo do Ofício Circular nº 40/2006/CGSIFEP/DPAI/SETEC/MEC este indicador não tem definição.
Método de Cálculo	Conforme anexo do Ofício Circular nº 40/2006/CGSIFEP/DPAI/SETEC/MEC este indicador não possui método de cálculo definido.
RFP =	Quantidade de alunos por renda familiar per capita
SM =	Salário mínimo

Tabela 16.15 – Indicador 13 – Número de alunos matriculados e classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar.

Faixa salarial	Matrículas				Porcentagem			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Menos de 1 salário mínimo	18	04	15	41	0,84	1,10	1,65	3,39
De um a três salários mínimos	587	142	363	515	27,49	39,01	39,93	42,60
Mais de três salários mínimos	1.530	218	531	653	71,66	59,89	58,42	54,01
Total de Alunos matriculados	2.135	364	909	1.209	100,0	100,00	100,00	100

Análise Crítica

Através desse indicador é possível avaliar o nível sócio-econômico do corpo discente. No IFG, ao valorizar o seu papel de instituição pública, tem ao longo de sua trajetória, dado destaque ao fortalecimento de políticas inclusivas, principalmente, de combate à exclusão social. A consciência de que a educação é um bem público, e que por isso mesmo precisa ser universalizada a todos os membros da sociedade, independente de cor, etnia ou condição sócio-econômica tem norteado a maioria das ações institucionais.



Gráfico 2.14 – Renda per capita familiar dos discentes do IFG.

Entende-se que abrir espaços para aqueles que são “diferentes”, não é tarefa fácil, já que a sociedade está muito mais preparada para atender àqueles que estão dentro dos padrões considerados normais de aprendizagem. No entanto, há que se compreender que muitos destes jovens e adultos considerados “fracos”, não o são por que querem e sim por que não tiveram chances de desenvolver de forma plena suas potencialidades, por muitos motivos, entre eles, o trabalho precoce, a falta de oportunidades de vida, a falta de recursos para se manter estudando e a falta de escolas públicas de qualidade.

Assim, o IFG, por ser uma escola pública comprometida com a educação para todos, tem buscado através de seu Projeto Político-Pedagógico ampliar seu alcance de atuação, e através dos vários Projetos Educacionais desenvolvidos, tem procurado garantir a todos os cidadãos possibilidades diversas de inserção social através da Educação Tecnológica. Daí, a sua prioridade para a profissionalização de jovens e de adultos e dos portadores de necessidades especiais; para a inclusão cultural e digital; para as ações voltadas à educação continuada e à expansão da educação tecnológica na região, além de internamente buscar mecanismos de melhorar as condições de acesso e de permanência de seu corpo discente.

ANEXOS

**11A. RECOMENDAÇÕES DO ÓGÃO OU UNIDADE DE
CONTROLE INTERNO**

11A. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Relatório de Auditoria nº: 224767

Brasil Escolarizado

Assunto: Processos Licitatórios

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.4.2 CONSTATAÇÃO: (005)

Ausência de pesquisas de preços, para verificar se as propostas dos licitantes estão em conformidade com os valores de mercado e elaboração de planilha orçamentária com a estimativa de preços unitários em desacordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007.

Recomendação 001:

Recomendamos ao CEFET/GO que realiza a análise de mercado (pesquisa de preços, número de potenciais fornecedores, peculiaridades do mercado etc.) que permita ao administrador estimar o preço da obra e dos serviços, de modo a balizar os preços propostos, concluindo pela conveniência e oportunidade da contratação dos serviços (art. 43, inciso IV da Lei nº 8.666/93).

Setor responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/Gerência de Projetos e Obras Civis.

Providências Adotadas:

As providências adotadas foram de imediato implementadas, pois a Administração já realiza análise de mercado que tem permitido a mesma estimar o custo das obras e serviços e balizar os preços propostos. Porém, reconhece na análise do Controle Interno a ausência de citação das fontes de pesquisa, fato este corrigido a partir da presente recomendação para obediência às orientações da legislação.

Recomendação: 002

Cumpra o que estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias em relação aos custos unitários de materiais e serviços de obras executadas com recursos dos Orçamentos da União que não poderão ser superiores à mediana daqueles constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, mantido pela Caixa Econômica Federal, observando que nos casos não abrangidos pelos referido Sistema, poderá ser usado o custo unitário básico-CUB (Art. 115 da Lei nº 11.439/2006).

Setor responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/Gerência de Projetos e Obras Civis.

Providências Adotadas:

A Administração reuniu com a equipe da Gerência de Projetos e Obras Civis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG e estabeleceu procedimentos para que todas as contratações de serviços de engenharia, visando obras e/ou reformas das instalações da Instituição, cumpram o que preconiza a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício vigente.

Tendo como primícia destas orientações, atender as especificidades e atipicidades da construção de uma unidade de ensino, o parágrafo primeiro do Art. 109 da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2009, que trata o seguinte: “§1º Nos casos em que o SINAPI não oferecer custos unitários de insumos ou serviços, poderão ser adotados aqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, incorporando-se às composições de custos dessas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI.”

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.4.3 CONSTATAÇÃO: (006)

Exigência de participação nas licitações somente de empresas cadastradas no SICAF.

Recomendação: 001

Recomendamos ao IFG implementar a providência indicada no sentido de cumprir a legislação pertinente na elaboração dos editais, abstendo-se de incluir ou tolerar quaisquer restrições não previstas em Lei (art. 3º, § 1º da Lei nº 8.666/93).

Setor responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/Coordenação de Aquisições e Contratos.

Providências Adotadas:

A Administração acatou a recomendação do Controle Interno e, diante disso, encaminhou o Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 224767 da Controladoria-Geral da União-Regional/GO a todos os Diretores Gerais dos Campi e seus respectivos Gerentes de Administração para que os mesmos tenham conhecimento, divulguem junto as suas equipes de licitação e não mais abstenham de observar o disposto na legislação vigente de contratos e licitações.

Além disso, a Administração solicitou a equipe de Auditoria Interna do IFG e a Procuradoria Federal, que fazem análise de nossos processos licitatórios, que nos auxiliem neste acompanhamento rotineiro e necessário ao atendimento da Legislação Federal na aplicação dos recursos públicos.

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.4.4 CONSTATAÇÃO: (007)

Inclusão indevida de equipamentos e materiais permanentes nas planilhas orçamentárias das obras.

Recomendação: 001

Recomendamos ao IFG evitar incluir nas planilhas orçamentárias de obras a previsão de aquisição de equipamentos e materiais permanentes, haja vista tratar-se de materiais sujeitos a outra classificação orçamentária, os quais poderiam alcançar preços mais competitivos caso adquiridos de fornecedores específicos, obedecendo-se assim ao princípio da economicidade.

Setor responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/Gerência de Projetos e Obras Civas.

Providências Adotadas:

Diante da afirmação contundente da inobservância do princípio da economicidade, o IFG acatou a recomendação da Controladoria-Geral da União-Regional/GO e ao encaminhar o Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 224767 da CGU-Regional/GO solicitou também a observação da referida recomendação a todos os Diretores Gerais dos Campi e seus respectivos Gerentes de Administração.

Além disso, da mesma forma, a Administração solicitou a equipe de Auditoria Interna do IFG e a Procuradoria Federal, que fazem análise de nossos processos licitatórios, que nos auxiliem neste acompanhamento rotineiro e necessário ao atendimento da Legislação Federal na aplicação dos recursos públicos.

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.4.5 CONSTATAÇÃO: (008)

Celebração de aditivo após expirada a vigência do contrato.

Recomendação: 001

Recomendamos à Instituição implementar mecanismos mais eficazes no sentido de observar os prazos contratuais, não firmando termos aditivos após a vigência dos contratos.

Setor responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/Coordenação de Aquisições e Contratos.

Providências Adotadas:

A Administração do IFG tem envidado esforços no sentido de melhorar a área de Gestão de Contratos. Comprovando tais afirmações contratamos em 2008 a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP para ministrar o Curso de Gestão de Contratos e Serviços aos servidores fiscais dos contratos que envolvem maiores recursos públicos e têm maior expressividade para o funcionamento da Instituição e

os recém empossados que futuramente assumirão, nos novos campi, funções desta natureza.

Não obstante, foi também elaborado pela Pró-Reitoria de Administração, em conjunto com alguns servidores qualificados no referido curso, o Manual de Gestão de Contratos do Instituto Federal de Goiás. Esta iniciativa que, numa avaliação prévia, tem apresentado reflexos na nossa rotina, fez com que alguns fiscais alterassem sua postura de trabalho demonstrando maior responsabilidade e zelo pela execução dos contratos, principalmente, na prestação de contas.

Concluindo, a Administração providenciou também a composição de uma nova equipe para a Coordenação de Contratos com a nomeação em Janeiro de 2009 de mais uma servidora, que permanece até hoje na Pró-Reitoria de Administração em processo de qualificação e treinamento, mas que já atua com bastante autonomia na condução dos processos. Nesta atuação da nova equipe, já consta mecanismos rotineiros de acompanhamento dos contratos do IFG, tais como: término da vigência, execução orçamentária, aplicação de penalidades na inexecução contratual, entre outras atividades inerentes às contratações públicas.

Assunto: Contratos de Obras, Compras e Serviços

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.5.1 CONSTATAÇÃO: (001)

Contratação irregular de fundação de apoio para realização de concurso público.

Recomendação: 001

Diante do exposto, recomendamos ao Instituto Federal de Goiás que: evite contratar, sem licitação, fundação de apoio para a realização de concursos públicos.

Setor responsável pela implementação: Reitoria do IFG.

Providências Adotadas:

Acatamos na íntegra as recomendações da Controladoria-Geral da União-Regional/GO. Destacamos apenas que o Instituto Federal de Goiás realizou o Concurso Público através do citado procedimento em virtude da exigüidade do tempo

disponível para a realização do mesmo. Tal afirmativa deve-se a publicação da Portaria nº 1.071, em 14 de novembro de 2007, do Ministério da Educação, que autorizou a realização do Concurso Público, e somente a partir daí, que a legislação vigente nos permitiu dar os encaminhamentos necessários às contratações.

Recomendação: 002

Não permita a subcontratação total do objeto ou a subcontratação das parcelas mais relevantes do projeto.

Setor responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração /Coordenação de Aquisições e Contratos.

Providências Adotadas:

Acatamos na íntegra as recomendações da Controladoria-Geral da União-Regional/GO e informamos que o IFG envidará esforços e maior zelo na elaboração dos projetos básicos dos processos licitatórios, buscando maior detalhamento do objeto da contratação e das responsabilidades da empresa contratada para que não haja subcontratação total ou das parcelas mais relevantes do objeto.

Recomendação: 003

Realize a análise de mercado (pesquisa de preços, número de potenciais fornecedores, peculiaridades do mercado etc.) que permita ao administrador estimar o preço dos serviços, de modo a balizar os preços propostos, concluindo pela conveniência e oportunidade da contratação dos serviços (art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93).

Setor responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/Coordenação de Aquisições e Contratos.

Providências Adotadas:

Acatamos na íntegra as recomendações da Controladoria-Geral da União-Regional/GO e passamos a fazer análise de mercado mais detalhada e a anexar nos

processos licitatórios às pesquisas feitas para que não paire nenhuma dúvida sobre a decisão do administrador em adjudicar e homologar o processo.

Recomendação: 004

Sugerimos ainda, ao IFG que, em seus processos seletivos, aplique as possibilidades oferecidas pela Gratificação de Cursos e Concursos instituída pela Lei nº 11.314/2006 e regulamentada pelo Decreto nº 6.114/2007, sem deixar de observar as restrições impostas por estes normativos no pagamento desta gratificação.

Setor responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Ensino e Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/Centro de Seleção.

Providências Adotadas:

Acatamos na íntegra as recomendações da Controladoria-Geral da União-Regional/GO e destacamos que o IFG já adota os procedimentos da recomendação.

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.5.2 CONSTATAÇÃO: (002)

Atraso na apresentação de prestação de contas pela Fundação de Apoio contratada para realização de concurso.

Recomendação: 001

Recomendamos ao IFG efetuar a análise da prestação de contas dos recursos repassados à FUNAPE e encaminhar parecer conclusivo a esta CGU-Regional/GO sobre a aplicação das verbas objeto do contrato em referência.

Setor responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/Gerência de Contabilidade e Execução Financeira.

Providências Adotadas:

Acatamos na íntegra as recomendações e providenciamos o parecer conclusivo que foi encaminhado a Controladoria-Geral da União-Regional/GO.

Recomendação: 002

Recomendamos ainda, ao IFG, exigir dos contratados o cumprimento dos prazos estabelecidos em seus contratos, que, nesse caso específico, resultou na apresentação intempestiva da prestação de contas, tendo em vista as medidas já indicadas pela Unidade quanto às melhorias nos procedimentos de acompanhamento de seus contratos.

Setor responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/Gerência de Contabilidade e Execução Financeira.

Providências Adotadas:

Acatamos na íntegra as recomendações da Controladoria-Geral da União-Regional/GO. Destacamos apenas que não faz parte das contratações rotineiras do IFG contratar fundação de apoio e que, justamente esta, foi intempestiva na prestação de contas, porém, desde o início do exercício vigente, o IFG tem sido mais rigoroso na aplicação das penalidades previstas por inexecução contratual.

Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Implantação de Centros e Educação Profissional

Assunto: Processos Licitatórios

Item do Relatório de Auditoria: 2.1.3.1 CONSTATAÇÃO: (011)

Aquisição por preço superior ao estabelecido no Edital como referência; falta de demonstração da adequação do preço contratado aos vigentes no mercado e utilização do tipo de licitação "técnica e preço", incluindo a aquisição de poltronas, sem demonstrar sua real necessidade, comprometendo a economicidade do certame.

Recomendação: 001

Recomendamos ao CEFET/GO melhorar seus mecanismos de aferição de preços, deixando demonstrado em seus processos a sua compatibilidade com os preços de mercado, evitando adjudicar propostas em valores superiores aos limites estabelecidos nos Editais de licitação.

Setor responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/Coordenação de Aquisições e Contratos.

Providências Adotadas:

Acatamos na íntegra as recomendações da Controladoria-Geral da União-Regional/GO. Reafirmamos o encaminhamento do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 224767 da Controladoria-Geral da União-Regional/GO a todos os Diretores Gerais dos Campi e seus respectivos Gerentes de Administração para que os mesmos tenham conhecimento, divulguem junto as suas equipes de licitação e não mais abstenham de observar o disposto na legislação vigente de contratos e licitações.

Além disso, a Administração solicitou a equipe de Auditoria Interna do IFG e a Procuradoria Federal, que fazem análise de nossos processos licitatórios, que nos auxiliem neste acompanhamento rotineiro e necessário ao atendimento da Legislação Federal na aplicação dos recursos públicos.

Recomendação: 002

Recomendamos ainda, à Unidade que demonstre, de forma a não deixar dúvidas, a inviabilidade de utilização do pregão na forma eletrônica.

Setor responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração /Coordenação de Aquisições e Contratos.

Providências Adotadas:

Acatamos na íntegra as recomendações da Controladoria-Geral da União-Regional/GO e estaremos envidando esforços na formulação de justificativas plausíveis, claras e convincentes para que não paire nenhuma dúvida na escolha da modalidade de licitação feita pela Administração.

Funcionamento da Educação Profissional

Assunto: Movimentação

Item do Relatório de Auditoria: 2.2.4.1 CONSTATAÇÃO: (022)

Pendências no cadastramento no sistema SISAC de 127 atos de admissão de pessoal e de 17 atos de desligamento, ocorridos no exercício de 2008.

Recomendação: 001

Recomendamos ao IFG concluir as providências de regularização quanto ao cadastro e envio dos atos de admissão, referentes ao exercício de 2008, em obediência ao disposto na IN/TCU nº 55/2007, observando ainda, o referido normativo, no que se refere aos registros futuros.

Setor responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional /Diretoria de Recursos Humanos.

Providências Adotadas:

O lançamento das informações no SISAC, conforme o estabelecido pelo TCU está sendo realizado periodicamente.

Assunto: Remuneração, Benefícios e Vantagens

Item do Relatório de Auditoria: 2.2.5.2 CONSTATAÇÃO (023)

Inconsistências nas informações e valores a serem ressarcidos por servidor do IF-Goiás, após apurado seu descumprimento ao regime dedicação exclusiva.

Recomendação: 001

Recomendamos ao IFG efetivar a providência indicada de readequar os valores lançados no SIAPE, de reposição ao erário, por parte do servidor matrícula SIAPE nº 0271313, para R\$ 34.135,05, conforme calculado inicialmente.

Setor responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional /Diretoria de Recursos Humanos.

Providências Adotadas:

Recomendação implementada na íntegra. Foi providenciado o lançamento do valor no SIAPE (rubrica 145 - cálculo 38).

Recomendação: 002

Recomendamos à Unidade de Auditoria Interna acompanhar a efetivação dos descontos até que se finalizem.

Setor responsável pela implementação: Auditoria Interna.

Providências Adotadas:

Acatamos a recomendação da CGU e, destacamos que esta Auditoria Interna já adota os procedimentos da recomendação, com acompanhamento enquanto perdurarem os descontos.

Item do Relatório de Auditoria: 2.2.5.3 CONSTATAÇÃO (036)

Descumprimento da jornada de trabalho por servidora do IFG.

Recomendação: 001

Recomendamos ao gestor o esclarecimento final da questão da compatibilidade de horários da servidora, reestruturando sua jornada de trabalho de forma compatível com a condição humana, de acordo com o parecer GQ 145, da Advocacia-Geral da União – AGU, de 30/03/1998, itens 17 e 18.

Setor responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional /Diretoria de Recursos Humanos.

Providências Adotadas:

Acatou-se a recomendação da Controladoria-Geral da União-Regional/GO. Foi encaminhado a servidora o Memorando nº 110/09, solicitando que fosse feito a adequação da compatibilidade de horário e atualização dos dados cadastrais no Instituto Federal de Goiás e na Universidade Federal de Goiás.

A servidora apresentou documentos de compatibilidade de horários através de documentos comprobatórios entregues a Diretoria de Recursos Humanos e atualizou seus dados.

Item do Relatório de Auditoria: 2.2.5.4 CONSTATAÇÃO (037)

Repetição de falhas na concessão do Adicional de Insalubridade e de Periculosidade.

Recomendação: 001

Diante da situação analisada, mantemos as seguintes recomendações ao IFG, até que a concessão dos adicionais se regularize:

- a) Atualizar as portarias de localização e de concessão dos adicionais de insalubridade e de periculosidade aos servidores correspondentes, na forma da legislação vigente;

- b) Realizar confronto entre as informações relativas à locação/localização dos servidores constantes das respectivas portarias e aquelas registradas no Sistema SIAPE, visando regularizar eventuais divergências.

Setor responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional /Diretoria de Recursos Humanos.

Providências Adotadas item "a":

Recomendação implementada. Tanto os servidores indicados na tabela da CGU relatório nº224767 pág. 38/39 como os demais servidores que percebiam os referidos adicionais tiveram a localização e lotação atualizadas conforme laudo pericial www.ifg.edu.br. Todos os servidores foram notificados da revisão da concessão dos adicionais como também sobre os efeitos financeiros que ocorreriam. Foi analisada via SIAPE à situação de cada servidor e gerado documento comprobatório das providências realizadas. (arquivos na AUDIN).

Providências Adotadas item "b":

Acatou-se a recomendação da Controladoria-Geral da União-Regional/GO. O trabalho de acompanhamento no SIAPE com o novo organograma do IFG será realizado tão logo este esteja concluso e divulgado.

Assunto: Processos Licitatórios

Item do Relatório de Auditoria: 2.2.7.1 CONSTATAÇÃO (012)

Falta de comprovação da inviabilidade de realização de pregão na forma eletrônica; exigência de quantidades mínimas de atestados em desacordo com a Lei 8.666/1993; falta de publicação do aviso de licitação em jornal e falta de demonstração da realização de pesquisas de preços, na contratação de empresa para prestar serviços de apoio e divulgação, na realização dos processos seletivos e vestibulares do Instituto Federal de Goiás.

Recomendação: 001

Recomendamos ao Instituto Federal de Goiás que, em futuras contratações de serviços de divulgação e de apoio à realização de seus processos seletivos e vestibulares demonstre, de forma a não deixar dúvidas, a inviabilidade de utilização do pregão na forma eletrônica, sob pena de adotá-lo.

No caso de haver detalhes imprescindíveis ao sucesso da contratação e à aceitação da proposta de um licitante, preveja-os de forma clara no Edital.

Setor responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/Coordenação de Aquisições e Contratos.

Providências Adotadas:

Acatamos na íntegra as recomendações da Controladoria-Geral da União-Regional/GO e estamos envidando esforços na formulação de justificativas plausíveis, claras e convincentes para que não paire nenhuma dúvida na escolha da modalidade de licitação feita pela Administração.

Da mesma forma estamos tendo o cuidado necessário na sistematização e formalização do processo licitatório para garantir à contratação dos serviços imprescindíveis a realização dos processos seletivos e vestibulares.

Recomendação: 002

Recomendamos ainda, observância à legislação quanto a:

- publicação do aviso de edital em todos os meios previstos na legislação;
- não exigência de quantidades mínimas na comprovação da qualificação técnica do licitante;
- demonstração no processo da conformidade da proposta com os valores de mercado, redobrando essa instrução quando somente um licitante apresentar proposta, visto que, nesse caso, a competitividade fica prejudicada.

Setor responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração /Coordenação de Aquisições e Contratos.

Providências Adotadas:

Acatamos na íntegra as recomendações da Controladoria-Geral da União-Regional/GO e, na oportunidade, informamos que a Administração estará focando a área de Licitação para melhorar seus procedimentos, sistematização, formalização de documentos imprescindíveis ao processo e atendimento a legislação vigente.

Além disso, da mesma forma, a Administração solicitou a equipe de Auditoria Interna do IFG e a Procuradoria Federal, que fazem análise de nossos processos licitatórios, que nos auxiliem neste acompanhamento rotineiro e necessário ao atendimento da Legislação Federal na aplicação dos recursos públicos.

Item do Relatório de Auditoria: 2.2.7.3 CONSTATAÇÃO (015)

Contratação de serviços de vigilância em valores superiores aos permitidos pela Portaria/SLTI Nº 6, de 28/12/2007, excedendo em R\$ 25.712,00 ao limite estabelecido pela norma, durante o exercício de 2008; falta de providências para regularização da situação e repactuação contratual majorando ainda mais os valores incorretos.

Recomendação: 001

Recomendamos ao Instituto Federal de Goiás que, nos Planos de Trabalho e Projetos Básicos elaborados futuramente, quantifique o número de vigilantes terceirizados e o número de vigilantes do quadro a serem aproveitados, de forma a não deixar dúvidas.

Setor responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração /Coordenação de Aquisições, Licitações e Contratos.

Providências Adotadas:

Acatamos na íntegra as recomendações da Controladoria-Geral da União-Regional/GO e passamos a constar nas nossas contratações de serviços vigilância planilha demonstrativa dos vigilantes a serem contratados e aqueles a serem aproveitados do quadro de pessoal do IFG.

Recomendação: 002

Recomendamos ainda, que, após a negociação com a contratada sobre a reavaliação dos Contratos 10 e 11/2008, quanto aos valores pagos acima do limite permitido, visando sua correção, conforme indicado, seja encaminhado a esta CGU-Regional/GO o resultado das providências tomadas para reaver os valores pagos a maior.

Ao readequar os valores desses contratos para o exercício de 2009, deverão ser observados os limites estabelecidos pela Portaria/SLTI nº 04/2009.

A repactuação ao Contrato nº 11/2008, já solicitada pela empresa, deverá observar os limites da norma, não devendo ocorrer da mesma forma errônea que a do Contrato nº 10/2008.

De acordo com o § 3º do art. 2º da Portaria SLTI nº 6/2007, os contratos cujos valores estivessem acima dos limites ali estabelecidos deveriam ser renegociados para se adequarem aos novos limites, e aqueles cuja negociação resultar insatisfatória deverão, dentro do prazo legal, ser rescindidos, no intuito de se proceder a novo certame licitatório visando, a adequar-se aos valores limites da portaria, sendo vedada a prorrogação de contratos que estejam com valores acima do estabelecido.

E, de acordo com o art. 4º da Portaria SLTI nº 04/2009, quando da prorrogação contratual, os contratos cujos valores estiverem acima dos limites estabelecidos deverão ser renegociados para se adequarem aos novos limites,

vedando-se a prorrogação de contratos cuja negociação resultar insatisfatória, devendo o órgão proceder o novo certame licitatório.

Setor responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/Coordenação de Aquisições e Contratos.

Providências Adotadas:

Acatamos na íntegra as recomendações da Controladoria-Geral da União-Regional/GO e inicialmente, foram tomadas as seguintes providências:

1. delegamos a equipe de Contratos que fizesse um estudo detalhado de todos os contratos de locação de mão-de-obra, principalmente, os de serviços de vigilância;
2. que redigissem ofício as empresas envolvidas;
3. e que o setor contábil fizesse os cálculos para, em seguida, chamarmos as empresas para negociação.

Destes pontos foi dada prioridade aos processos que se encontravam em tramitação, portanto encaminhamos ofício à empresa VIP Vigilância Intensiva Patrimonial Ltda. - Contrato nº 11/2008. Em seguida, procedemos da mesma forma com as outras empresas.

O IFG obteve êxito na negociação para a devolução dos valores pagos acima do limite permitido com todas as empresas contratadas para a prestação de serviços de vigilância. Diante disso, nos próximos meses os referidos contratos estarão devidamente reajustados com a devolução ao erário dos recursos pagos a maior.

Item do Relatório de Auditoria: 2.2.7.4 CONSTATAÇÃO (016)

Falhas na realização e condução do Pregão Eletrônico 02/2008 quanto às exigências estabelecidas no edital e desobediência aos prazos para interposição de recursos pelos licitantes.

Recomendação: 001

Recomendamos ao Instituto Federal de Goiás observância à legislação quanto:

- não exigência de quantidades mínimas na comprovação da qualificação técnica do licitante;
- conceder o prazo previsto para apresentação de recursos quando houver manifestação dessa intenção durante a sessão.

Setor responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/Coordenação de Aquisições e Contratos.

Providências Adotadas:

Acatamos as recomendações da Controladoria-Geral da União-Regional/GO e reafirmamos o encaminhamento do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 224767 da Controladoria-Geral da União-Regional/GO a todos os Diretores Gerais dos Campi e seus respectivos Gerentes de Administração para que os mesmos tenham conhecimento, divulguem junto as suas equipes de licitação e não mais abstenham de observar o disposto na legislação vigente de contratos e licitações.

Assunto: Contratos de Obras, Compras e Serviços

Item do Relatório de Auditoria: 2.2.8.2 CONSTATAÇÃO: (014)

Repactuação do Contrato nº 16/2007, de prestação de serviços de vigilância em valores superiores ao limite estabelecido pela Portaria/SLTI Nº 6, de 28/12/2007 e falta de providências da Unidade para sua regularização.

Recomendação: 001

Recomendamos ao IFG que, após a negociação com a contratada sobre a reavaliação do processo em questão, visando a correção da falha apontada, conforme indicado, seja encaminhada a esta CGU-Regional/GO o resultado das providências tomadas para reaver os valores já pagos acima do permitido.

Quando da repactuação do Contrato nº 16/2007, se for o caso, sejam observados os limites estabelecidos pela legislação vigente à época, evitando-se majorar ainda mais os valores incorretos praticados.

Setor responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/Coordenação de Aquisições e Contratos.

Providências Adotadas:

Acatamos na íntegra as recomendações da Controladoria-Geral da União-Regional/GO e, inicialmente foram tomadas as seguintes providências:

1. delegamos a equipe de Contratos que fizesse um estudo detalhado de todos os contratos de locação de mão-de-obra, principalmente, os de serviços de vigilância;
2. que redigissem ofício a empresa envolvida;
3. e que o setor contábil fizesse os cálculos para, em seguida, chamarmos as empresas para negociação.

Encaminhamos ofício à empresa contratada destacando os pontos a serem regularizados conforme estabelecido na Portaria/SLTI Nº 6, de 28/12/2007.

O IFG obteve êxito na negociação para a devolução dos valores pagos acima do limite permitido com a referida empresa contratado para a prestação de serviços de vigilância. Diante disso, nos próximos meses o referido contrato estará devidamente reajustado com a devolução ao erário dos recursos pagos a maior.

Recomendação: 002

Recomendamos, ainda, melhoria do acompanhamento dos contratos de locação de mão-de-obra por seus fiscais, no sentido de atualizar a garantia contratual sempre que houver alteração de valores, visto que os serviços continuados podem ser prorrogados por até 60 meses.

Setor responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/Coordenação de Aquisições e Contratos.

Providências Adotadas:

Acatamos na íntegra as recomendações da Controladoria-Geral da União-Regional/GO e informamos que o IFG tem envidado esforços no sentido de melhorar a área de Gestão de Contratos. Como medidas, contratamos a Escola Nacional de

Administração Pública – ENAP para ministrar o Curso de Gestão de Contratos e Serviços, elaboramos o Manual de Gestão de Contratos do Instituto Federal de Goiás, redefinimos os fiscais dos contratos buscando nomear os servidores que ocupam funções inerentes ao objeto contratado e providenciamos também a composição de uma nova equipe para a Coordenação de Contratos previsto até dezembro a sua implementação.

Recomendação: 003

Recomendamos a demonstração de que as prorrogações são mais vantajosas para a Administração, previamente a sua efetivação, conforme prevê o inciso II do art. 57 da Lei 8.666/1993.

Setor responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração.

Providências Adotadas:

Acatamos na íntegra as recomendações da Controladoria-Geral da União-Regional/GO e estaremos, caso seja necessário prorrogação contratual, solicitando aos fiscais dos contratos para que apresentem justificativas plausíveis, claras e convincentes visando sanar qualquer dúvida que por ventura possam surgir em relação a escolha da Administração pela continuidade da contratação, observando sempre o disposto na legislação vigente.

Controles da Gestão

Controles Internos

Assunto: Atuação Da Auditoria Interna

Item do Relatório de Auditoria: 3.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (018)

Necessidade de melhoria na elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e no acompanhamento de sua execução por parte da direção da Instituição e do Conselho Diretor.

Recomendação: 001

Recomendamos à Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Goiás elaborar o PAINT de acordo com o previsto no § 1º do art. 2º da IN/SFC nº 01/2007, em especial quanto à definição do escopo de forma mais detalhada, com indicação de sua representatividade e quanto à especificação dos recursos humanos a serem empregados em função do tempo disponível e do universo a ser auditado.

Setor responsável pela implementação: Auditoria Interna

Providências Adotadas:

Acatamos a recomendação da Controladoria-Geral da União-Regional/GO. Tal recomendação foi considerada atendida, já na elaboração da versão preliminar do PAINT/2010, encaminhado aquela Controladoria, conforme prevê a legislação.

Recomendação: 002

No que se refere ao PAINT/2009, recomendamos à AUDINT do IFG implementar as sugestões desta CGU-Regional/GO quanto à inclusão do acompanhamento sobre o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e sobre a continuidade da apuração da acumulação de vínculos laborais e da efetivação das providências recomendadas por esta CGU - Regional.

Setor responsável pela implementação: Auditoria Interna.

Providências Adotadas:

Informamos a Controladoria-Geral da União-Regional/GO que esta Auditoria Interna tem acompanhado a apuração da acumulação de vínculos laborais em todas as etapas, e continuará encaminhando boletim informativo. Quanto ao acompanhamento sobre o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, estaremos atentos as sugestões incluindo já nas atividades programadas, direcionando as análises para este fim.

Recomendação: 003

Recomendamos à direção do IFG cumprir o estabelecido no art. 6º da IN/CGU nº 07/2006, no que se refere a submeter o PAINTE anual, elaborado pela Auditoria Interna, à apreciação e aprovação do Conselho Diretor do Instituto, acompanhando ainda, durante o ano, sua realização e os resultados de seus trabalhos.

Setor responsável pela implementação: Reitoria do Instituto Federal de Goiás – IFG.

Providências Adotadas:

Acatamos a recomendação da Controladoria-Geral da União-Regional/GO. Acusamos o recebimento da proposta do PAINTE/2010 da Auditoria Interna, submeteremos à apreciação e aprovação do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação tão logo seja constituído, previsto para fevereiro, como também, estaremos acompanhando a execução do mesmo durante o ano.

Item do Relatório de Auditoria: 3.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (021)

Falta de envio à CGU dos relatórios emitidos pela Auditoria Interna do IF/GO.

Recomendação: 001

Recomendamos à direção do IFG fazer gestões para que sua Unidade de Auditoria Interna organize a emissão de relatórios a serem encaminhados à CGU, sugerindo que o faça, por exemplo, trimestralmente ou quadrimestralmente, uma vez que a IN/CGU nº 07/2006, não estabelece periodicidade. Tais relatórios devem demonstrar quais atividades do PAINTE foram executadas no período, a representatividade da amostragem realizada, os resultados das constatações e as recomendações emitidas ao gestor caso necessário, identificando, ainda, se essas recomendações foram atendidas ou se estão pendentes de atendimento.

Setor responsável pela implementação: Reitoria do IFG / Auditoria Interna.

Providências Adotadas:

A recomendação será acatada e esta Reitoria promoverá reunião mensalmente com a Auditoria Interna do IFG.

Recomendação: 002

Recomendamos ainda, à AUDINT, demonstrar em seus relatórios a representatividade de suas análises em relação ao universo auditável, fazendo, de preferência, uma correlação por programa/ação do orçamento.

Setor responsável pela implementação: Auditoria Interna

Providências Adotadas:

Acatamos a recomendação da Controladoria-Geral da União-Regional/GO, e, com a nova programação anual de atividades passaremos a demonstrar em nossos relatórios a representatividade de nossas análises mediante o auditado, procurando correlacioná-los por programa/ação do orçamento.

Recomendação: 003

Recomendamos ainda, à AUDINT, que continue acompanhando o deslinde das situações apontadas sobre a acumulação indevida de vínculos laborais por servidores do Instituto Federal de Goiás ou com carga de trabalho superior a 60 horas semanais até que se esgotem as apurações e providências de sua regularização, principalmente sobre a efetivação dos ressarcimentos.

Dessa forma, prossiga na elaboração de informativos a serem encaminhados à CGU-Regional/GO, durante o exercício de 2009, discriminando a situação de regularidade ou irregularidade de cada servidor, conforme apurado pelas comissões de PAD ou pela área de Recursos Humanos, bem como identifique as ações adotadas visando a regularização das situações apontadas como irregulares, relativas aos 3 cruzamentos RAIS X SIAPE enviados ao Instituto Federal de Goiás.

Setor responsável pela implementação: Auditoria Interna

Providências Adotadas:

Acatamos a recomendação da Controladoria-Geral da União-Regional/GO, e informamos que estamos em contínuo acompanhamento junto a Diretoria de Recursos Humanos e a Comissão responsável pelos procedimentos e ações das situações citadas.

15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

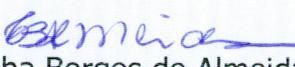


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

(Item 1 da Parte B do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009.)

DECLARAÇÃO PLENA

Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS		153012	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balancos Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Goiânia	Data	29/03/10
Contador Responsável	 Terezinha Borges de Almeida	CRC nº	CRC-GO nº 6.447

DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL

(Item 1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 102, de 02 de dezembro de 2009.)

Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS		153012	
<p>Declaro para os devidos fins do disposto na Decisão Normativa do TCU nº 102, de 02 de dezembro de 2009, que todos os servidores arrolados nas contas, estão em dia com a obrigação de apresentação da Declaração de Bens e Rendas de que trata a Lei nº 8.730 de 10 de novembro de 1993, perante a Diretoria de Recursos Humanos.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Goiânia	Data	29.03.2010
Diretor de Recursos Humanos	 Divino Lopes de Alvarenga		

Divino Lopes de Alvarenga
Diretor de Desenvolvimento de RH - IFG
Portaria Nº 581/2009

**13. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E
SICONV**

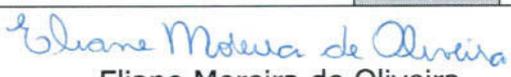


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

13. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV

(Item 13 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR DOS CONTRATOS

Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS		153012	
<p>Declaro que as informações referentes a contratos estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, exceto aquelas que, por problemas técnicos no referido sistema, foram publicadas no Diário Oficial da União.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Goiânia	Data	29-03-2010
Coordenador Responsável	 Eliane Moreira de Oliveira		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

DADOS BÁSICOS PARA CÁLCULO DOS INDICADORES ACADÊMICOS

Indicador 07 – Relação candidato por vaga

Indicador 08 – Relação de ingressos por aluno

Indicador 09 – Relação de concluintes por alunos

Indicador 10 – Índice de eficiência acadêmica

Indicador 11 – Índice de retenção do fluxo escolar

Indicador 12 – Relação de alunos por docentes em tempo integral

Indicador 13 – Número de alunos matriculados e classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar

INDICADOR 07: RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA

Campus	Curso Integrado 2009/1	Nº Candidatos	Nº Vagas	Nº	Nº Vagas	Relação Candidato/Vaga	
		2009/01	2009/01	Candidatos	2009/02	2009/02	2009/1
Goiânia	CT de Mecânica NOTURNO	132	30				4,40
Goiânia	CT Integrado em Eletrotécnica MATUTINO	205	25				8,20
Goiânia	CT em Eletrotécnica NOTURNO	426	25				17,04
Goiânia	CT Integrado em Mineração NOTURNO	148	25				5,92
Goiânia	CT Integrado em Artes com habilitação em Música - MATUTINO	90	25				3,60
Goiânia	CT Integrado em Edificações	262	30				8,73
Goiânia	CT Integrado em Eletrônica	165	25				6,60
Goiânia	CT Integrado em Trânsito MATUTINO	81	30				2,70
Goiânia	CT Integrado em Controle Ambiental MATUTINO	363	30				12,10
Goiânia	CT em Integrado Mineração MATUTINO	131	25				5,24
Goiânia	CT Integrado em Informática p/ Internet MATUTINO	442	30				14,73
	TOTAL CAMPUS GOIÂNIA	2445	300				8,15
Inhumas	CT Integrado em Informática VESPERTINO	142	30				4,73
Inhumas	CT Integrado em Alimentos	110	30				3,67
Inhumas	CT Integrado em Química VESPERTINO	47	30				1,57
	TOTAL CAMPUS INHUMAS	299	90				3,32
Itumbiara	CT Integrado Automação Industrial	60	30				2,00
Itumbiara	CT Automação Industrial NOTURNO	142	30				4,73
Itumbiara	CT Integrado Eletrotécnica	71	30				2,37
Itumbiara	CT Eletrotécnica NOTURNO	132	30				4,40
	TOTAL CAMPUS ITUMBIARA	405	120				3,38
Jataí	CT Integrado em Agrimensura NOTURNO	44	30				1,47
Jataí	CT Integrado em Agrimensura MATUTINO	36	40				0,90
Jataí	CT Integrado Informática matutino	108	40				2,70
Jataí	CT Edificações - NOTURNO	74	40				1,85
Jataí	CT Integrado Eletrotécnica - MATUTINO	40	40				1,00
Jataí	CT Integrado Edificações - MATUTINO	63	40				1,58
	TOTAL CAMPUS JATAÍ	365	230				1,59
Uruaçu	CT Integrado Informática MATUTINO	144	30				4,80
Uruaçu	CT Integrado Edificações MATUTINO	70	30				2,33
Uruaçu	CT Edificações NOTURNO	245	30				8,17
	TOTAL CAMPUS URUAÇU	459	90				5,10
Campus	PORTADOR DE DIPLOMA	Nº Candidatos	Nº Vagas	Nº	Nº Vagas	Relação Candidato/Vaga	
		2009/01	2009/01	Candidatos	2009/02	2009/02	2009/1
Goiânia	Engenharia de Controle e Automação.	32	15				2,13
Goiânia	CST em Construção de Edifícios MATUTINO	19	2				9,50
Goiânia	CST em Construção de Edifícios NOTURNO	40	37				1,08
Goiânia	CST em Construção de Vias Terrestres	56	3				18,67
Goiânia	CST em Agrimensura	48	5				9,60
Goiânia	CST em Geoprocessamento	46	20				2,30
Goiânia	CST em Manutenção Eletromecânica Industrial	37	3				12,33

Goiânia	CST em Saneamento Ambiental	35	15			2,33
Goiânia	CST em Química Agroindustrial	39	36			1,08
Goiânia	CST em Redes de Comunicação MATUTINO	60	7			8,57
Goiânia	CST em Redes de Comunicação NOTURNO	29	21			1,38
Goiânia	CST em Transportes Urbanos	35	9			3,89
Goiânia	CST em Planejamento Turístico	46	12			3,83
Goiânia	CST em Hotelaria	45	14			3,21
	TOTAL CAMPUS GOIÂNIA	567	199			2,85
Inhumas	Bacharelado em Informática	60	7			8,57
Inhumas	Licenciatura em Química	60	2			30,00
	TOTAL CAMPUS INHUMAS	120	9			13,33
Itumbiara	Licenciatura em Química.	20	1			20,00
	TOTAL CAMPUS ITUMBIARA	20	1			20,00
Jataí	Engenharia Eletrica	10	3			3,33
Jataí	CS de Licenciatura em Física	34	4			8,50
Jataí	CST em Sistemas de Informação	39	8			4,88
	TOTAL CAMPUS JATAÍ	83	15			5,53

Campus	Curso Subsequente	Nº Candidatos	Nº Vagas	Nº	Nº Vagas	Relação	
		2009/01	2009/01	Candidatos	2009/02	2009/02	Candidato/Vaga
						2009/1	2009/2
Goiânia	CT Subsequente em Eletrotécnica NOTURNO	426	25	255	25	17,04	10,20
Goiânia	CT Subsequente em Mecânica NOTURNO	298	30	194	30	9,93	6,47
Goiânia	CT Subsequente em Mineração NOTURNO	396	25	148	25	15,84	5,92
	TOTAL CAMPUS GOIÂNIA	1120	80	597	80	14,00	7,46
Itumbiara	CT Subsequente em Automação Industrial NOTURNO	236	30	142	30	7,87	4,73
Itumbiara	CT Subsequente em Eletrotécnica NOTURNO	151	30	132	30	5,03	4,40
	TOTAL CAMPUS ITUMBIARA	387	60	274	60	6,45	4,57
Jataí	CT Subsequente em Agrimensura NOTURNO	56	30	44	30	1,87	1,47
	TOTAL CAMPUS JATAÍ	56	30	44	30	1,87	1,47
Uruaçu	CT Subsequente em Edificações NOTURNO	293	30	245	30	9,77	8,17
	TOTAL CAMPUS URUAÇU	293	30	245	30	9,77	8,17

Campus	Curso PROEJA	Nº Candidatos	Nº Vagas	Nº	Nº Vagas	Relação	
		2009/01	2009/01	Candidatos	2009/02	2009/02	Candidato/Vaga
						2009/1	2009/2
Goiânia	CT Integrado em Serviços de Alimentação - PROEJA	447	30	255	30	14,90	8,50
	TOTAL CAMPUS GOIÂNIA	447	30	255	30	14,90	8,50
Inhumas	CT em Manutenção e Suporte em Informática - PROEJA	68	30	71	30	2,27	2,37
	TOTAL CAMPUS INHUMAS	68	30	71	30	2,27	2,37
Uruaçu	CT Manutenção e Suporte em Informática - PROEJA	138	30	130	30	4,60	4,33
	TOTAL CAMPUS URUAÇU	138	30	130	30	4,60	4,33
Jataí	CT em Edificações - PROEJA.	74	40	0	0	1,85	
	TOTAL CAMPUS JATAÍ	74	40	0	0	1,85	

Campus	Vestibular 2009/1	Nº Candidatos	Nº Vagas	Nº	Nº Vagas	Relação	
		2009/01	2009/01	Candidatos	2009/02	2009/02	Candidato/Vaga
				2009/02		2009/1	2009/2
Goiânia	Engenharia de Controle e Automação	470	30	267	30	15,67	8,90
Goiânia	CST em Construção de Edifícios	463	30	249	30	15,43	8,30
Goiânia	CST em Construção de Vias Terrestres	109	25	68	25	4,36	2,72
Goiânia	CST em Agrimensura	132	30	73	30	4,40	2,43
Goiânia	CST em Geoprocessamento	186	30	114	30	6,20	3,80
Goiânia	CST em Manutenção Eletromecânica Industrial	264	30	133	30	8,80	4,43
Goiânia	CST em Saneamento Ambiental	619	40	278	40	15,48	6,95
Goiânia	CST em Química Agroindustrial	605	40	317	40	15,13	7,93
Goiânia	CST em Redes de Comunicação MATUTINO	297	25	139	25	11,88	5,56
Goiânia	CST em Redes de Comunicação NOTURNO	468	25	206	25	18,72	8,24
Goiânia	CST em Transportes Urbanos	203	40	127	40	5,08	3,18
Goiânia	CST em Planejamento Turístico	251	40	99	40	6,28	2,48
Goiânia	CST em Hotelaria	471	40	231	40	11,78	5,78
Goiânia	CST em Sistema de Informação	0	0	184	30		6,13
Goiânia	Licenciatura em História.	0	0	180	30		6,00
TOTAL CAMPUS GOIÂNIA		4538	425	2665	485	10,68	5,49
Inhumas	Bacharelado em Informática	249	30	116	30	8,30	3,87
Inhumas	Licenciatura em Química	0	0	75	30		2,50
TOTAL CAMPUS INHUMAS		249	30	191	60	8,30	3,18
Itumbiara	Licenciatura em Química.	152	30	74	30	5,07	2,47
TOTAL CAMPUS ITUMBIARA		152	30	74	30	5,07	2,47
Jataí	Engenharia Eletrica	238	30	137	30	7,93	4,57
Jataí	CS de Licenciatura em Física	48	40	0	0	1,20	
Jataí	CST em Sistemas de Informação	262	30	0	0	8,73	
TOTAL CAMPUS JATAÍ		548	100	137	30	5,48	4,57
Uruaçu	Licenciatura em Química.	189	30	169	30	6,30	5,63
TOTAL CAMPUS URUAÇU		189	30	169	30	6,30	5,63

CONSOLIDADO	CANDIDATOS	VAGAS	CONCORRÊNCIA
GOIÂNIA	12.634	1.629	7,76
INHUMAS	998	249	4,01
ITUMBIARA	1.312	301	4,36
JATAÍ	1.307	475	2,75
URUAÇU	1.623	270	6,01
TOTAL	17.874	2.924	6,11

**INDICADOR 08 - RELAÇÃO DE INGRESSOS EM 2009/NÚMERO DE MATRÍCULAS
(POTENCIAL DE OFERTA DE VAGAS)**

CURSO	INGRESSANTES		CAMPUS
	2009 (I)	2009 (II)	
Engenharia de Controle e Automação - Graduação	33	41	Campus Goiânia
Licenciatura Plena em História	0	35	Campus Goiânia
Ensino Médio Da Educação Básica - Médio	2	0	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Agrimensura (Área Profissional: Geomática) -	32	32	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios - Tecnológico	41	39	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Construção de Vias Terrestres - Tecnológico	31	32	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Geoprocessamento - Tecnológico	35	35	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Gestão Hoteleira (Área Profissional: Turismo	0	0	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Hotelaria - Tecnológico	38	45	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Infra-estrutura de Vias (Área Profissional:	0	0	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Manutenção Eletromecânica Industrial (Área P	32	32	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Planejamento de Transportes (Área Profission	0	0	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Planejamento e Construção de Edifícios (Área	0	0	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Planejamento Turístico - Tecnológico	44	47	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Química Agroindustrial (Área Profissional: Q	48	60	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Química Industrial - Modalidade: Química de	0	0	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Redes de Comunicação - Tecnológico	50	54	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental (Área Profissional: Mei	45	45	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Sensoriamento Remoto - Tecnológico	0	0	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Transportes Urbanos - Tecnológico	41	46	Campus Goiânia
Técnico em Agrimensura - Concomitante	0	0	Campus Goiânia
Técnico em Cartografia - Concomitante	0	0	Campus Goiânia
Técnico em Edificações - 2º Grau Profissionalizante	0	0	Campus Goiânia
Técnico em Edificações - Pós Médio	0	0	Campus Goiânia
Técnico em Eletrotécnica - Técnico Modular	0	0	Campus Goiânia
Técnico em Eletrotécnica Subsequente (goiânia)	24	34	Campus Goiânia
Técnico em Informática para Internet - 2º Grau Profissionalizante	0	0	Campus Goiânia
Técnico em Mecânica - Técnico Modular	28	30	Campus Goiânia
Técnico em Mineração - 2º Grau Profissionalizante	0	0	Campus Goiânia
Técnico em Mineração Subsequente - Pós Médio	24	26	Campus Goiânia
Técnico em Telecomunicações - Técnico Modular	0	0	Campus Goiânia
Técnico Integrado de Nível Médio Em Artes/Música - 2º Grau Profissiona	25	0	Campus Goiânia
Técnico Integrado de Nível Médio em Controle Ambiental - 2º Grau Profi	31	0	Campus Goiânia
Técnico Integrado de Nível Médio Em Edificações - 2º Grau Profissional	32	0	Campus Goiânia
Técnico Integrado de Nível Médio Em Eletrônica - 2º Grau Profissionali	25	0	Campus Goiânia
Técnico Integrado de Nível Médio Em Eletrotécnica - 2º Grau Profission	24	0	Campus Goiânia
Técnico Integrado de Nível Médio Em Mineração - 2º Grau Profissionaliz	26	0	Campus Goiânia
Técnico Integrado de Nível Médio Em Trânsito - 2º Grau Profissionaliza	30	0	Campus Goiânia
Técnico Integrado em Informática para Internet - 2º Grau Profissionali	29	0	Campus Goiânia
Técnico Integrado em Serviços de Alimentação - Técnico PRO_EJA	28	30	Campus Goiânia

**INDICADOR 08 - RELAÇÃO DE INGRESSOS EM 2009/NÚMERO DE MATRÍCULAS
(POTENCIAL DE OFERTA DE VAGAS)**

CURSO	INGRESSANTES		CAMPUS
TOTAL CAMPUS GOIÂNIA	798	663	
BACHARELADO EM INFORMÁTICA - Graduação	37	41	Campus Inhumas
LICENCIATURA EM QUÍMICA - Licenciatura Plena	34	39	Campus Inhumas
TÉCNICO EM ALIMENTOS - 2º Grau Profissionalizante	32	0	Campus Inhumas
TÉCNICO EM INFORMÁTICA - 2º Grau Profissionalizante	33	0	Campus Inhumas
TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA - Técnico PRO_EJA	34	35	Campus Inhumas
TÉCNICO EM QUÍMICA - 2º Grau Profissionalizante	30	0	Campus Inhumas
TOTAL CAMPUS INHUMAS	200	115	
Licenciatura em Química	30	32	Campus Itumbiara
Téc. Integrado em Automação Industrial	29	0	Campus Itumbiara
Téc. Integrado em Eletrotécnica	31	0	Campus Itumbiara
Téc. Subsequente em Automação Industrial	30	30	Campus Itumbiara
Técnico Subsequente em Eletrotécnica (itumbiara)	31	30	Campus Itumbiara
TOTAL CAMPUS ITUMBIARA	151	92	
CURSO TÉCNICO EM AGRIMENSURA	33	27	Campus Jataí
CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	9	2	Campus Jataí
CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - PROEJA	36	2	Campus Jataí
CURSO TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	7	0	Campus Jataí
ENGENHARIA ELÉTRICA	30	30	Campus Jataí
ENSINO MÉDIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - GRADE 2007	3	0	Campus Jataí
ENSINO MÉDIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA II	0	0	Campus Jataí
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS - Habilitação em Física	0	0	Campus Jataí
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS - Habilitação em Matemática	1	0	Campus Jataí
LICENCIATURA EM FÍSICA	33	8	Campus Jataí
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO DE AGRIMENSURA	39	0	Campus Jataí
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM EDIFICAÇÕES	40	0	Campus Jataí
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM ELETROTÉCNICA	32	0	Campus Jataí
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM INFORMÁTICA	39	0	Campus Jataí
TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA	0	1	Campus Jataí
TECNOLOGIA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	36	33	Campus Jataí
TOTAL CAMPUS JATAÍ	338	103	
LICENCIATURA EM QUÍMICA - Licenciatura Plena	31	31	Campus Uruaçu
TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA - Técnico PRO_EJA	30	28	Campus Uruaçu
TÉCNICO INTEGR. DE MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA - 2º Grau Profi	30	0	Campus Uruaçu
TÉCNICO INTEGRADO EM EDIFICAÇÕES - 2º Grau Profissionalizante	30	0	Campus Uruaçu
Técnico Subsequente em Edificações	30	30	Campus Uruaçu

**INDICADOR 08 - RELAÇÃO DE INGRESSOS EM 2009/NÚMERO DE MATRÍCULAS
(POTENCIAL DE OFERTA DE VAGAS)**

CURSO	INGRESSANTES		CAMPUS
TOTAL CAMPUS URUAÇU	151	89	

CONSOLIDADO	2009		
	INGRESSOS	MATRÍCULAS	%
GOIÂNIA	1.461	6.435	22,70
INHUMAS	315	1.090	28,90
ITUMBIARA	243	550	44,18
JATAÍ	441	1.463	30,14
URUAÇU	240	547	43,88
TOTAL	2.700	10.085	26,77

INDICADOR 08 - RELAÇÃO DE INGRESSOS EM 2009/NÚMERO DE MATRÍCULAS (POTENCIAL DE OFERTA DE VAGAS)

CAMPUS GOIÂNIA	ÁREA	nº de alunos 2009/1	nº de alunos 2009/2
CURSOS			
Engenharia de Controle e Automação	Eletrônica e Automação	85	117
Ensino médio	xxx	43	42
Letras/Libras	Licenciatura Plena	1	
Licenciatura em História	Ciências Humanas		32
Superior de Tecnologia em Agrimensura	Infra-estrutura	139	153
Superior de Tecnologia em Agrimensura	Infra-estrutura	2	0
Superior de Tecnologia em Construção de Vias Terrestres	Infra-estrutura	111	138
Superior de Tecnologia em Construções de Edifícios	Infra-estrutura	201	228
Superior de Tecnologia em Eletromecânica -Produção Industrial	Controle e Processos Industriais	5	0
Superior de Tecnologia em Geoprocessamento	Informação e Comunicação	138	160
Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental	Ambiente, Saúde e Segurança	2	0
Superior de Tecnologia em Gestão Hoteleira	Hospitalidade e Lazer	4	2
Superior de Tecnologia em Gestão Turística	Hospitalidade e Lazer	4	0
Superior de Tecnologia em Hotelaria	Hospitalidade e Lazer	220	239
Superior de Tecnologia em Infraestrutura de Vias	Infra-estrutura	8	5
Superior de Tecnologia em Manutenção Eletromecânica Industrial	Controle e Processos Industriais	152	168
Superior de Tecnologia em Planejamento de Transportes	Infra-Estrutura	7	3
Superior de Tecnologia em Planejamento Turístico	Hospitalidade e Lazer	211	243
Superior de Tecnologia em Planejamento e Construção de Edifícios	Infra-Estrutura	12	8
Superior de Tecnologia em Química Agroindustrial	Controle e Processos Industriais	215	258
Superior de Tecnologia em Química Industrial - Química de Proc. Agroind.	Controle e Processos Industriais	5	2
Superior de Tecnologia em Redes de Comunicação	Informação e Comunicação	237	259
Superior de Tecnologia em Sanenamento Ambiental	Ambiente, Saúde e Segurança	209	219
Superior de Tecnologia em Sensoriamento Remoto	Informação e Comunicação	14	6
Superior de Tecnologia em Telecomunicações - Redes de Comunicação	Informação e Comunicação	1	0
Superior de Tecnologia em Transportes Urbanos	Infra-estrutura	203	223
Técnico Eletrônica (2º grau profissionalizante)	Eletrônica	1	
Técnico em Cartografia Concomitante	Geomática	3	1
Técnico em Eletrotécnica Modular	Eletrotécnica	49	5
Técnico em Eletrotécnica Subsequente	Eletrotécnica	69	99
Técnico em Informática para Internet Subsequente	Informática para Internet	46	16
Técnico em Mecânica (2º grau profissionalizante)	Mecânica	1	
Técnico em Mecânica	Mecânica	0	1
Técnico em Mecânica Modular	Mecânica	101	35
Técnico em Mecânica Pós-Médio	Mecânica	1	0
Técnico em Meio Ambiente Modular	Meio Ambiente	0	
Técnico em Mineração Modular	Mineração	24	6
Técnico em Mineração Subsequente	Mineração	63	78
Técnico em Serviços de Alimentação -Proeja	Alimentos	119	140
Técnico em Telecomunicações Modular	Telecomunicações	36	0

INDICADOR 08 - RELAÇÃO DE INGRESSOS EM 2009/NÚMERO DE MATRÍCULAS (POTENCIAL DE OFERTA DE VAGAS)

CAMPUS GOIÂNIA	ÁREA	nº de alunos	nº de alunos
Técnico em Trânsito Modular	Transporte	4	0
Técnico Integrado de Nível Médio em Eletrotécnica	Eletrotécnica	48	
Técnico Integrado em Artes -Música	Canto	44	44
Técnico Integrado em Controle Ambiental	Meio Ambiente	31	31
Técnico Integrado em Edificações	Edificação	87	87
Técnico Integrado em Eletrônica	Eletrônica	46	46
Técnico Integrado em Eletrotécnica	Eletrotécnica		48
Técnico Integrado em Mineração	Mineração	50	50
Técnico Integrado em Trânsito	Transporte	81	81
Técnico Integrado em Manut. e Suporte em Informática para Internet	Informática para Internet	29	
Subtotal		3.162	3.273
CAMPUS JATAI			
CURSOS			
Ensino Médio	XXXXX	64	65
Engenharia Elétrica	Eletrecidade e Energia	89	98
Licenciatura em Física	Formação de professor de Física	65	44
Superior de Tecnologia em Sistemas de Informação	Informática	125	108
Superior de Tecnologia em Informática com Hab. em Sistema de Inform.	Informática	1	0
Técnico em Agrimensura Subsequente	Agrimensura	79	65
Técnico em Edificações -Proeja	Edificações	63	43
Técnico em Edificações Subsequente	Edificações	14	5
Técnico em Eletrotécnica Subsequente	Eletrotécnica	20	0
Técnico Integrado em Agrimensura	Agrimensura	70	70
Técnico Integrado em Edificações	Edificação	40	40
Técnico Integrado em Eletrotécnica	Eletrotécnica	66	67
Técnico Integrado em informática	Informática	81	81
Subtotal		777	686
CAMPUS INHUMAS			
CURSOS			
Bacharelado em Informática	Ciências, Matemática e Computação	106	130
Licenciatura em Química	Formação de professor de Química	113	142
Técnico em Alimentos	Química	103	102
Técnico em Informática	Informática	119	118
Técnico em Manutenção e Suporte em informática -Proeja	Manutenção e Suporte em Informática	34	63
Técnico em Química	Ciências, Matemática e Computação	30	30
Subtotal		505	585
CAMPUS ITUMBIARA			
CURSOS			
Licenciatura em Química	Formação de professor de Química	51	90
Técnico em Automação Subsequente	Automação Industrial	56	89

INDICADOR 08 - RELAÇÃO DE INGRESSOS EM 2009/NÚMERO DE MATRÍCULAS (POTENCIAL DE OFERTA DE VAGAS)

CAMPUS GOIÂNIA	ÁREA	nº de alunos	nº de alunos
Técnico Integrado em Automação	Automação Industrial	28	29
Técnico Integrado em Eletrotécnica	Eletrotécnica	30	31
Técnico Subsequente em Eletrotécnica	Eletrotécnica	52	94
Subtotal		217	333
CAMPUS URUAÇU			
CURSOS			
Licenciatura em Química	Formação de professor de Química	56	87
Técnico em Edificações Subsequente	Edificações	52	91
Técnico em Manutenção e Suporte em informática -Proeja	Manutenção e Suporte em Informática	48	94
Técnico Integrado de Manutenção e Suporte em Informática	Manutenção e Suporte em Informática	30	30
Técnico integrado em Edificações	Edificações	30	29
Subtotal		216	331
TOTAL DAS UNIDADES			
CAMPUS GOIÂNIA		3.162	3.273
CAMPUS INHUMAS		505	585
CAMPUS ITUMBIARA		217	333
CAMPUS JATAÍ		777	686
CAMPUS URUAÇU		216	331
TOTAL GERAL		4.877	5.208

Fonte: Sistemas Estatísticas da GTI e Q-Acadêmico, DE de Itumbiara e CoREs de Jataí 18/08/2009

INDICADOR 09 - RELAÇÃO DE CONCLUINTES/NÚMERO DE MATRÍCULAS

CURSO	CONCLUINTES	CAMPUS
	2009	
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRIMENSURA (ÁREA PROFISSIONAL:GEOMÁTICA)	15	Campus Goiânia
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	13	Campus Goiânia
ENSINO MÉDIO	77	Campus Goiânia
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÃO DE VIAS TERRESTRES	4	Campus Goiânia
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM ELETROMECÂNICA - MODALIDADE: PRODUÇÃO INDUSTRIAL (ÁREA PROFISSIONAL:INDÚSTRIA)	11	Campus Goiânia
SUPERIOR EM GEOPROCESSAMENTO	31	Campus Goiânia
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL (ÁREA PROFISSIONAL:MEIO AMBIENTE)	9	Campus Goiânia
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO HOTELEIRA (ÁREA PROFISSIONAL:TURISMO E HOSPITALIDADE)	15	Campus Goiânia
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO TURÍSTICA (ÁREA PROFISSIONAL:TURISMO E HOSPITALIDADE)	23	Campus Goiânia
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM HOTELARIA	5	Campus Goiânia
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM INFRA-ESTRUTURA DE VIAS (ÁREA PROFISSIONAL:CONSTRUÇÃO CIVIL)	15	Campus Goiânia
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM MANUTENÇÃO ELETROMECÂNICA INDUSTRIAL (ÁREA PROFISSIONAL: INDÚSTRIA)	3	Campus Goiânia
SUPERIOR EM TECNOLOGIA EM PLANEJAMENTO TURÍSTICO	9	Campus Goiânia
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES (ÁREA PROFISSIONAL:TRANSPORTES)	29	Campus Goiânia
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (ÁREA PROFISSIONAL: CONSTRUÇÃO CIVIL)	17	Campus Goiânia
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM QUÍMICA AGROINDUSTRIAL (ÁREA PROFISSIONAL:QUÍMICA)	14	Campus Goiânia
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM QUÍMICA INDUSTRIAL - MODALIDADE:QUÍMICA DE PROCESSOS AGROINDUSTRIAIS (ÁREA PROFISSIONAL:QUÍMICA)	14	Campus Goiânia
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM REDES DE COMUNICAÇÃO	22	Campus Goiânia
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SANEAMENTO AMBIENTAL (ÁREA PROFISSIONAL:MEIO AMBIENTE)	46	Campus Goiânia
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM TELECOMUNICAÇÕES - MODALIDADE:REDES DE COMUNICAÇÃO (ÁREA PROFISSIONAL:TELECOMUNICAÇÕES)	14	Campus Goiânia
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM TRANSPORTES URBANOS	16	Campus Goiânia
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA A EDUCAÇÃO BÁSICA	24	Campus Goiânia
TÉCNICO EM AGRIMENSURA	1	Campus Goiânia
TÉCNICO EM CARTOGRAFIA	1	Campus Goiânia
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	2	Campus Goiânia
TÉCNICO EM ESTRADAS	1	Campus Goiânia
TÉCNICO EM ELETRÔNICA	1	Campus Goiânia
TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	39	Campus Goiânia
TÉCNICO EM MECÂNICA	18	Campus Goiânia

INDICADOR 09 - RELAÇÃO DE CONCLUINTES/NÚMERO DE MATRÍCULAS

CURSO	CONCLUINTES	CAMPUS
	2009	
TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE	3	Campus Goiânia
TÉCNICO EM MINERAÇÃO	31	Campus Goiânia
TÉCNICO EM SANEAMENTO	1	Campus Goiânia
TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES	16	Campus Goiânia
TÉCNICO EM TRÂNSITO	7	Campus Goiânia
	547	
BACHARELADO EM INFORMÁTICA - Graduação	0	Campus Inhumas
LICENCIATURA EM QUÍMICA - Licenciatura Plena	0	Campus Inhumas
TÉCNICO EM ALIMENTOS - 2º Grau Profissionalizante	0	Campus Inhumas
TÉCNICO EM INFORMÁTICA - 2º Grau Profissionalizante	0	Campus Inhumas
TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA - Técnico PRO_EJA	0	Campus Inhumas
TÉCNICO EM QUÍMICA - 2º Grau Profissionalizante	0	Campus Inhumas
	0	
Licenciatura em Química	0	Campus Itumbiara
Téc. Integrado em Automação Industrial	0	Campus Itumbiara
Téc. Integrado em Eletrotécnica	0	Campus Itumbiara
Téc. Subsequente em Automação Industrial	0	Campus Itumbiara
Técnico Subsequente em Eletrotécnica (itumbiara)	0	Campus Itumbiara
	0	
CURSO TÉCNICO EM AGRIMENSURA	8	Campus Jataí
CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	13	Campus Jataí
CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - PROEJA	0	Campus Jataí
CURSO TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	19	Campus Jataí
ENGENHARIA ELÉTRICA	0	Campus Jataí
ENSINO MÉDIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - GRADE 2007	48	Campus Jataí
ENSINO MÉDIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA II	0	Campus Jataí

INDICADOR 09 - RELAÇÃO DE CONCLUINTES/NÚMERO DE MATRÍCULAS

CURSO	CONCLUINTES	CAMPUS
	2009	
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS - Habilitação em Física	10	Campus Jataí
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS - Habilitação em Matemática	0	Campus Jataí
LICENCIATURA EM FÍSICA	9	Campus Jataí
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO DE AGRIMENSURA	0	Campus Jataí
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM EDIFICAÇÕES	0	Campus Jataí
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM ELETROTÉCNICA	0	Campus Jataí
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM INFORMÁTICA	0	Campus Jataí
TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA	7	Campus Jataí
TECNOLOGIA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	6	Campus Jataí
	120	
LICENCIATURA EM QUÍMICA - Licenciatura Plena	0	Campus Uruaçu
TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA - Técnico PR	0	Campus Uruaçu
TÉCNICO INTEGR. DE MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMATICA - 2º	0	Campus Uruaçu
TÉCNICO INTEGRADO EM EDIFICAÇÕES - 2º Grau Profissionalizante	0	Campus Uruaçu
Técnico Subsequente em Edificações	0	Campus Uruaçu
	0	

CONSOLIDADO	2009		
	CONCLUINTES	MATRÍCULAS	%
GOIÂNIA	547	6.435	8,50
JATAÍ	120	1.463	8,20
TOTAL	667	7.898	8,45

INDICADOR 10 : ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA

CURSO	NÚMERO DE PERÍODOS	CAMPUS	INGRESSANTES CORRESPONDENTES	
			2009 (I)	2009 (II)
Engenharia de Controle e Automação - Graduação	10	Campus Goiânia	0	0
Licenciatura Plena em História	8	Campus Goiânia	0	0
Ensino Médio Da Educação Básica - Médio	3	Campus Goiânia	0	0
Superior de Tecnologia em Agrimensura (Área Profissional: Geomática) -	6	Campus Goiânia	11	16
Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios - Tecnológico	7	Campus Goiânia	30	27
Superior de Tecnologia em Construção de Vias Terrestres - Tecnológico	7	Campus Goiânia	10	8
Superior de Tecnologia em Geoprocessamento - Tecnológico	6	Campus Goiânia	14	13
Superior de Tecnologia em Gestão Hoteleira (Área Profissional: Turismo	6	Campus Goiânia	0	0
Superior de Tecnologia em Hotelaria - Tecnológico	7	Campus Goiânia	25	19
Superior de Tecnologia em Infra-estrutura de Vias (Área Profissional:	7	Campus Goiânia	0	0
Superior de Tecnologia em Manutenção Eletromecânica Industrial (Área P	6	Campus Goiânia	19	18
Superior de Tecnologia em Planejamento de Transportes (Área Profission	6	Campus Goiânia	0	0
Superior de Tecnologia em Planejamento e Construção de Edifícios (Área	7	Campus Goiânia	0	1
Superior de Tecnologia em Planejamento Turístico - Tecnológico	7	Campus Goiânia	24	30
Superior de Tecnologia em Química Agroindustrial (Área Profissional: Q	6	Campus Goiânia	23	22
Superior de Tecnologia em Química Industrial - Modalidade: Química de	6	Campus Goiânia	0	0
Superior de Tecnologia em Redes de Comunicação - Tecnológico	6	Campus Goiânia	32	22
Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental (Área Profissional: Mei	6	Campus Goiânia	32	26
Superior de Tecnologia em Sensoriamento Remoto - Tecnológico	6	Campus Goiânia	1	0
Superior de Tecnologia em Transportes Urbanos - Tecnológico	6	Campus Goiânia	29	26
Técnico em Agrimensura - Concomitante	4	Campus Goiânia	0	0
Técnico em Cartografia - Concomitante	4	Campus Goiânia	0	0
Técnico em Edificações - 2º Grau Profissionalizante	4	Campus Goiânia	0	0
Técnico em Edificações - Pós Médio	4	Campus Goiânia	0	0
Técnico em Eletrotécnica - Técnico Modular	4	Campus Goiânia	32	0
Técnico em Eletrotécnica Subsequente (goiânia)	4	Campus Goiânia	3	26
Técnico em Informática para Internet - 2º Grau Profissionalizante	4	Campus Goiânia	0	16
Técnico em Mecânica - Técnico Modular	4	Campus Goiânia	15	22
Técnico em Mineração - 2º Grau Profissionalizante	4	Campus Goiânia	0	0
Técnico em Mineração Subsequente - Pós Médio	4	Campus Goiânia	0	15
Técnico em Telecomunicações - Técnico Modular	4	Campus Goiânia	0	0
Técnico Integrado de Nível Médio Em Artes/Música - 2º Grau Profissiona	4	Campus Goiânia	0	0
Técnico Integrado de Nível Médio em Controle Ambiental - 2º Grau Profi	4	Campus Goiânia	0	0
Técnico Integrado de Nível Médio Em Edificações - 2º Grau Profissional	4	Campus Goiânia	0	0
Técnico Integrado de Nível Médio Em Eletrônica - 2º Grau Profissionali	4	Campus Goiânia	0	0
Técnico Integrado de Nível Médio Em Eletrotécnica - 2º Grau Profission	4	Campus Goiânia	0	0
Técnico Integrado de Nível Médio Em Mineração - 2º Grau Profissionaliz	4	Campus Goiânia	0	0
Técnico Integrado de Nível Médio Em Trânsito - 2º Grau Profissionaliza	4	Campus Goiânia	0	0
Técnico Integrado em Informática para Internet - 2º Grau Profissionali	4	Campus Goiânia	0	0
Técnico Integrado em Serviços de Alimentação - Técnico PRO_EJA	6	Campus Goiânia	11	14
			311	321
CURSO TÉCNICO EM AGRIMENSURA	4	Campus Jataí	9	14
CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	4	Campus Jataí	9	0
CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - PROEJA	6	Campus Jataí	7	6
CURSO TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	4	Campus Jataí	17	0
ENGENHARIA ELÉTRICA	10	Campus Jataí	0	0
ENSINO MÉDIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - GRADE 2007	3	Campus Jataí	61	0
ENSINO MÉDIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA II	3	Campus Jataí	0	0

INDICADOR 10 : ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA

CURSO	NÚMERO DE PERÍODOS	CAMPUS	INGRESSANTES CORRESPONDENTES	
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS - Habilitação em Física	8	Campus Jataí	0	1
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS - Habilitação em Matemática	8	Campus Jataí	0	0
LICENCIATURA EM FÍSICA	8	Campus Jataí	0	13
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO DE AGRIMENSURA	4	Campus Jataí	0	0
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM EDIFICAÇÕES	4	Campus Jataí	0	0
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM ELETROTÉCNICA	4	Campus Jataí	0	0
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM INFORMÁTICA	4	Campus Jataí	0	0
TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA	6	Campus Jataí	0	0
TECNOLOGIA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	6	Campus Jataí	6	11
			109	45

CONSOLIDADO	2009		
	CONCLUÍNTES	INGRESSOS POR PERÍODOS EQUIVALENTES	%
GOIÂNIA	547	632	86,55
JATAÍ	120	154	77,92
TOTAL	667	786	84,86

INDICADOR 11 - ÍNDICE DE RETENÇÃO DE FLUXO

CURSO	REPROVADOS		TRANCAMENTO		CAMPUS
	2009 (I)	2009 (II)	2009 (I)	2009 (II)	
Engenharia de Controle e Automação - Graduação	21	19	2	4	Campus Goiânia
Licenciatura Plena em História	0	10	0	0	Campus Goiânia
Ensino Médio Da Educação Básica - Médio	0	0	0	0	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Agrimensura (Área Profissional: Geomática) -	40	35	6	4	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios - Tecnológico	18	37	4	8	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Construção de Vias Terrestres - Tecnológico	18	27	3	5	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Geoprocessamento - Tecnológico	32	30	2	4	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Gestão Hoteleira (Área Profissional: Turismo)	0	0	0	0	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Hotelaria - Tecnológico	18	14	11	11	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Infra-estrutura de Vias (Área Profissional:	0	0	0	0	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Manutenção Eletromecânica Industrial (Área P	32	40	7	4	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Planejamento de Transportes (Área Profission	0	0	1	0	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Planejamento e Construção de Edifícios (Área	0	0	0	0	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Planejamento Turístico - Tecnológico	14	12	5	5	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Química Agroindustrial (Área Profissional: Q	31	27	10	9	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Química Industrial - Modalidade: Química de	0	0	0	0	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Redes de Comunicação - Tecnológico	65	71	6	7	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental (Área Profissional: Mei	18	17	9	10	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Sensoriamento Remoto - Tecnológico	0	0	0	0	Campus Goiânia
Superior de Tecnologia em Transportes Urbanos - Tecnológico	18	11	6	6	Campus Goiânia
Técnico em Agrimensura - Concomitante	0	0	0	0	Campus Goiânia
Técnico em Cartografia - Concomitante	0	0	0	0	Campus Goiânia
Técnico em Edificações - 2º Grau Profissionalizante	0	0	0	0	Campus Goiânia
Técnico em Edificações - Pós Médio	0	0	0	0	Campus Goiânia
Técnico em Eletrotécnica - Técnico Modular	1	0	1	1	Campus Goiânia
Técnico em Eletrotécnica Subsequente (goiânia)	23	1	2	3	Campus Goiânia
Técnico em Informática para Internet - 2º Grau Profissionalizante	2	0	0	0	Campus Goiânia
Técnico em Mecânica - Técnico Modular	25	14	0	0	Campus Goiânia
Técnico em Mineração - 2º Grau Profissionalizante	0	0	0	0	Campus Goiânia
Técnico em Mineração Subsequente - Pós Médio	10	5	0	0	Campus Goiânia
Técnico em Telecomunicações - Técnico Modular	1	0	0	0	Campus Goiânia
Técnico Integrado de Nível Médio Em Artes/Música - 2º Grau Profissiona	3	0	0	0	Campus Goiânia
Técnico Integrado de Nível Médio em Controle Ambiental - 2º Grau Profi	0	0	0	0	Campus Goiânia
Técnico Integrado de Nível Médio Em Edificações - 2º Grau Profissional	4	0	1	0	Campus Goiânia
Técnico Integrado de Nível Médio Em Eletrônica - 2º Grau Profissionali	2	0	0	0	Campus Goiânia
Técnico Integrado de Nível Médio Em Eletrotécnica - 2º Grau Profission	2	0	0	0	Campus Goiânia
Técnico Integrado de Nível Médio Em Mineração - 2º Grau Profissionaliz	6	0	0	0	Campus Goiânia
Técnico Integrado de Nível Médio Em Trânsito - 2º Grau Profissionaliza	8	0	1	0	Campus Goiânia
Técnico Integrado em Informática para Internet - 2º Grau Profissionali	1	0	0	0	Campus Goiânia
Técnico Integrado em Serviços de Alimentação - Técnico PRO_EJA	22	13	6	4	Campus Goiânia
	435	383	83	85	
BACHARELADO EM INFORMÁTICA - Graduação	40	35	7	8	Campus Inhumas
LICENCIATURA EM QUÍMICA - Licenciatura Plena	42	51	6	7	Campus Inhumas
TÉCNICO EM ALIMENTOS - 2º Grau Profissionalizante	5	0	3	0	Campus Inhumas
TÉCNICO EM INFORMÁTICA - 2º Grau Profissionalizante	2	0	6	0	Campus Inhumas
TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA - Técnico PRO_EJA	20	26	0	1	Campus Inhumas
TÉCNICO EM QUÍMICA - 2º Grau Profissionalizante	3	0	0	0	Campus Inhumas
	112	112	22	16	

INDICADOR 11 - ÍNDICE DE RETENÇÃO DE FLUXO

CURSO	REPROVADOS		TRANCAMENTO		CAMPUS
	2009 (I)	2009 (II)	2009 (I)	2009 (II)	
Licenciatura em Química	16	17	0	2	Campus Itumbiara
Téc. Integrado em Automação Industrial	12	0	0	0	Campus Itumbiara
Téc. Integrado em Eletrotécnica	15	0	0	0	Campus Itumbiara
Téc. Subsequente em Automação Industrial	14	18	2	2	Campus Itumbiara
Técnico Subsequente em Eletrotécnica (itumbiara)	6	18	1	4	Campus Itumbiara
	63	53	3	8	
CURSO TÉCNICO EM AGRIMENSURA	28	21	0	3	Campus Jataí
CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	6	0	0	0	Campus Jataí
CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - PROEJA	12	8	0	0	Campus Jataí
CURSO TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	0	0	0	0	Campus Jataí
ENGENHARIA ELÉTRICA	26	43	2	3	Campus Jataí
ENSINO MÉDIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - GRADE 2007	2	0	0	0	Campus Jataí
ENSINO MÉDIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA II	0	0	0	0	Campus Jataí
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS - Habilitação em Física	0	0	0	0	Campus Jataí
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS - Habilitação em Matemática	0	0	0	0	Campus Jataí
LICENCIATURA EM FÍSICA	32	21	0	1	Campus Jataí
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO DE AGRIMENSURA	11	0	0	0	Campus Jataí
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM EDIFICAÇÕES	1	0	0	0	Campus Jataí
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM ELETROTÉCNICA	8	0	0	0	Campus Jataí
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM INFORMÁTICA	6	0	0	0	Campus Jataí
TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA	2	2	0	0	Campus Jataí
TECNOLOGIA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	13	32	0	0	Campus Jataí
	147	127	2	7	
LICENCIATURA EM QUÍMICA - Licenciatura Plena	4	6	1	3	Campus Uruaçu
TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA - Técnico PRO_EJA	4	2	0	1	Campus Uruaçu
TÉCNICO INTEGR. DE MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMATICA - 2º Grau	4	0	0	0	Campus Uruaçu
TÉCNICO INTEGRADO EM EDIFICAÇÕES - 2º Grau Profissionalizante	4	0	0	0	Campus Uruaçu
Técnico Subsequente em Edificações	7	7	2	2	Campus Uruaçu
	23	15	3	6	

CONSOLIDADO	2009		
	RETENÇÃO	MATRÍCULAS	%
GOIÂNIA	986	6.435	15,32
INHUMAS	262	1.090	24,04
ITUMBIARA	127	550	23,09
JATAÍ	283	1.463	19,34
URUAÇU	47	547	8,59
TOTAL	1.705	10.085	16,91

INDICADOR 12 - RELAÇÃO ALUNOS MATRICULADOS POR DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

CAMPUS	DOCENTES	20 HORAS	40 HORAS	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	TOTAL
GOIÂNIA	EFETIVOS	8	63	183	254
	SUBSTITUTOS	3	44		47
JATAÍ	EFETIVOS		5	44	49
	SUBSTITUTOS		18		18
INHUMAS	EFETIVOS		8	36	44
	SUBSTITUTOS		1		1
ITUMBIARA	EFETIVOS		2	20	22
URUAÇU	EFETIVOS		8	19	27
Total		11	149	302	462

20 horas (*0,5)

40 h e DE (*1)

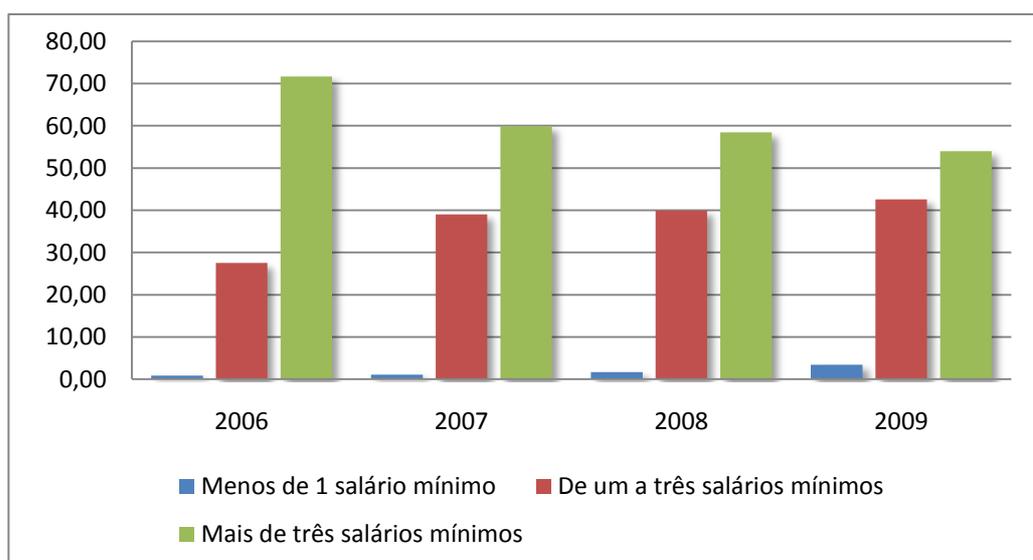
CONSOLIDADO	DOCENTES X PESOS
GOIÂNIA	296
JATAÍ	67
INHUMAS	45
ITUMBIARA	22
URUAÇU	27
TOTAL	457

CONSOLIDADO	MATRÍCULAS	DOCENTES X PESOS	INDICADOR
GOIÂNIA	6.435	296	21,74
INHUMAS	1.090	45	24,22
ITUMBIARA	550	22	25,00
JATAÍ	1.463	67	21,84
URUAÇU	547	27	20,26
TOTAL	10.085	457	22,07

Indicador 13 – Número de alunos matriculados e classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar

Faixa salarial	Matrículas				Porcentagem			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Menos de 1 salário mínimo	18	4	15	41	0,84	1,10	1,65	3,39
De um a três salários mínimos	587	142	363	515	27,49	39,01	39,93	42,60
Mais de três salários mínimos	1.530	218	531	653	71,66	59,89	58,42	54,01
Total de Alunos matriculados	2.135	364	909	1.209	100	100	100	100

RENDA MENSAL FAMILIAR DOS APROVADOS		
CONCURSO	RENDA_FAMILIAR	QTD
VESTIBULAR - 2009/1	A - menos de 1 salário mínimo	23
VESTIBULAR - 2009/1	B - de 1 a 3 salários mínimos	244
VESTIBULAR - 2009/1	C - mais de 3 a 6 salários mínimos	227
VESTIBULAR - 2009/1	D - mais de 6 a 10 salários mínimos	81
VESTIBULAR - 2009/1	E - mais de 10 salários mínimos	35
VESTIBULAR - 2009/2	A - menos de 1 salário mínimo	18
VESTIBULAR - 2009/2	B - de 1 a 3 salários mínimos	271
VESTIBULAR - 2009/2	C - mais de 3 a 6 salários mínimos	208
VESTIBULAR - 2009/2	D - mais de 6 a 10 salários mínimos	77
VESTIBULAR - 2009/2	E - mais de 10 salários mínimos	25



**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – ANEXO III –
DN TCU Nº 102/2009**



ANEXO III - RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – DN TCU Nº 102/2009

1.

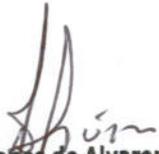
Número do processo:	23047.003751/2009-93					
Tipo do processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória		
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria:	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)
Nº e data do Ato	Nº: Portaria 676/2009				Data: 04.11.2009	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	POSSÍVEL INFRAÇÃO FUNCIONAL POR PARTE DA SERVIDORA DESTA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO ORCANTINA IONE TELES FERREIRA					
Situação do processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em --/-- /---		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância).
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>	
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				


Divino Lopes de Alvarenga
Diretor de Desenvolvimento de RH - IFG
Portaria Nº 581/2009



2

Número do processo:	23047.002610/2009-53					
Tipo do processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória		
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria:	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)
Nº e data do Ato	Nº: Portaria 433/2009				Data: 03.08.2009	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	RELAÇÃO AO NÃO CUMPRIMENTO DE HORÁRIO DO SERVIDOR JASIEL CARDOSO MALTA					
Situação do processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em --/--/--	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado		
Julgamento	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância).
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:	ADVERTÊNCIA					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				


Divino Lopes de Alvarenga
Diretor de Desenvolvimento de RH - IFG
Portaria Nº 581/2009

3.

105
07

Número do processo:	23047.003439/2009-08					
Tipo do processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória		
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria:	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)
Nº e data do Ato	Nº: Portaria 592/2009				Data: 05.10.2009	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	APURAR INCAPACIDADE DE DESEMPENHO E INSUFICIÊNCIA TÉCNICA NA EXECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DO SERVIDOR JASIEL CARDOSO MALTA					
Situação do processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em --/--/--	<input type="checkbox"/>	Processo julgado		
Julgamento	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância).
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:	EXONERAÇÃO					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				


Divino Lopes de Alvarenga
 Diretor de Desenvolvimento de RH - IFG
 Portaria Nº 581/2009



4.

Número do processo:	23047.001686/2009-61				
Tipo do processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	(....)	Portaria:	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Outros (especificar)
Nº e data do Ato	Nº: Portaria 239			Data: 17.04.2009	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	APURAR POSSÍVEIS INFRAÇÕES FUNCIONAIS PRATICADAS PELOS SERVIDORES ELENCADOS NO PARECER 477/2008, PROC. 23047.003806/2008-84				
Situação do processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/defesa	<input type="checkbox"/> Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em --/--/--	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância).
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/> Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			


Divino Lopes de Alvarenga
 Diretor de Desenvolvimento de RH - IFG
 Portaria Nº 581/2009



5.

Número do processo:	23047.003306/2009-23				
Tipo do processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	<input type="checkbox"/>	Portaria:	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
Nº e data do Ato	Nº: Portaria 540				Data: 18/09/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta)	POSSÍVEIS IRREGULARIDADES DESCRITAS NO PROC 23047.003075/2009-58				
Situação do processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/defesa	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em --/--/--	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>
Pena aplicada:	ADVERTÊNCIA				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			


Divino Lopes de Alvarenga
 Diretor de Desenvolvimento de RH - IFG
 Portaria Nº 581/2009

RELATÓRIO DA AUDITORIA INTERNA



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
AUDITORIA INTERNA



Auditorias planejadas e realizadas pelos órgãos de controle da própria entidade jurisdicionada, com as justificativas, se for o caso, quanto ao não cumprimento das metas previstas, e a indicação dos resultados e providências adotadas a partir desses trabalhos.

AÇÕES DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás /IFG desenvolveu no ano de 2009, nove Relatórios de Auditoria, gerou três Informativos e prestou atendimento a várias consultas formuladas pela comunidade interna.

O Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna passou por várias alterações no seu “*modus operandi*”, em relação a sua execução, devido à excessiva demanda das ações provindas do crescimento expansivo da instituição, que ao se deparar com a estrutura frágil e operacional da Auditoria Interna culminou com a execução de algumas ações programadas para o exercício. Apesar dos esforços da coordenação, algumas ações de auditoria contidas no PAINT 2009 não foram executadas.

Encontra-se a seguir, de forma sucinta, as atividades de auditoria desenvolvidas pela AUDIN/IFG:

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2009				
Item	Documento	Trabalho/Atividades	Relatório de Auditoria	Situação
01	Memorandos /AUDIN/IFG	Auditoria de Controle da Gestão e Operacional realizada no Campus Goiânia (in loco /sistemas), e em Inhumas, Itumbiara, Jataí e Uruaçu (via Sistemas).	Mensal / AUDIN/IFG INFORMATIVOS / AUDIN/IFG	A verificação do atendimento das recomendações realizado durante o exercício, conforme previsto no PAINT, nas auditorias de acompanhamento.
02	RAINT	Elaboração sistematizada dos trabalhos desenvolvidos pela AUDIN/IFG no ano de 2008.	RAINT/2008	Finalizado e encaminhado para a CGU-GO.
03	PAINT	Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício de 2010.	PAINT/2010	A AUDIN/IFG finalizou a versão preliminar do PAINT/2010 e o encaminhou para a CGU-GO, o



				qual, depois de apreciado, recebeu algumas sugestões, estas at atadas na íntegra por esta AUDIN. Posteriormente, foi encaminhado para o Conselho Superior aprovar.
04	PARECER	Elaboração de Parecer sobre a prestação de contas do IFG.	Parecer nº 01/2009	Parecer incluído no Relatório de Prestação de Contas 2008.
05	Rotina administrativa	Participação em reuniões administrativas, assessoramento aos gestores de todo os Campi, elaboração de respostas aos órgãos consultivos e demandas pela comunidade do IFG.	Atividade rotineira da Unidade de Auditoria Interna.	O assessoramento administrativo aos gestores do IFG é uma atividade administrativa rotineira da AUDIN.
06	Capacitação	Participação em fóruns, cursos e eventos pertinentes às atribuições.	A capacitação dos servidores da Auditoria Interna deve ser inserida como uma política constante dentro da instituição. Para 2010, estabeleceu-se um plano de capacitação, detalhado no PAINT/2010.	No ano de 2009, houve a participação da coordenadora da AUDIN em 02 (dois) cursos de Capacitação e em 02 (dois) encontros do FONAI/MEC.

PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES CONTIDAS NO PAINT/2009.

O percentual de execução das ações de auditoria ficou na ordem de 70%, enquanto que o percentual das ações não executadas alcançou 30%. Não está se considerando atendimento a outras demandas, como os Campi do IFG e outros órgãos do Controle Interno.

Não houve estimativa de atividades de auditoria a ser realizadas nos novos Campi, uma vez que a Auditoria Interna conta ao certo somente com um servidor: a coordenadora. Há dificuldade em se obter algumas informações, considerando o tamanho da estrutura física e organizacional do Instituto após a edição da Lei nº 11.892/2008. Outro fator é a estrutura da própria AUDIN/IFG, não adequada para atender às demandas contidas no PAINT, embora na sua elaboração previsse mais dois servidores em atuação. O processo de expansão institucional demandou também algumas consultas formuladas pelos novos *Campi* e por aqueles já constituídos e

consolidados. Não foram implementadas ainda auditorias de gestão operacional nos *campi* de Jataí, Inhumas, Itumbiara e Uruaçu.



RECOMENDAÇÕES DA CGU - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO

Todas as comunicações, diligências, solicitações de auditorias, solicitações de diligências e relatório de auditorias emanadas pela Controladoria-Geral da União no Estado de Goiás (CGU-GO), encaminhados ao IFG, tiveram seu devido acompanhamento pela Auditoria Interna (AUDIN), sendo encaminhados internamente aos responsáveis - *Campi* e às suas respectivas unidades organizacionais.

Para o encaminhamento das determinações, informações requeridas e recomendações, a Auditoria Interna expediu memorandos às unidades organizacionais do IFG, prestando esclarecimentos e/ou encaminhando informações e documentos originários de diversos *Campi*, além de disponibilizar os documentos solicitados pela equipe de auditores da CGU-GO.

ATIVIDADES DE AUDITORIAS REALIZADAS NO ANO DE 2009

No ano de 2009, obtivemos da Controladoria Geral da União 02 (duas) demandas que resultaram nos relatórios de auditoria nº 208502/2008 e nº 224767/2009, além de várias solicitações de informações, que foram devidamente respondidas pelos Gestores do IFG.

A seguir, descrevem-se de forma sucinta as auditorias realizadas no ano de 2009 e as que se encontram pendentes de finalização:

AUDITORIAS REALIZADAS PELA CGU EM 2009

Item	Nº da Solicitação de Auditoria e/ou Ordem Serviço	SITUAÇÃO
01	208502	Auditoria finalizada, com emissão do Relatório de Auditoria, Certificado de Auditoria, Parecer do Dirigente do Controle Interno e o Modelo do Plano de Providências. (processo anual de contas – exercício 2007)
02	0001/09/11/09	Pendente de finalização por parte da CGU-GO
03	224676	Auditoria finalizada, com emissão do Relatório de Auditoria, Certificado de Auditoria, e o Modelo do Plano de Providências. (processo anual de contas – exercício 2008)

04	237086	Auditoria finalizada, emissão do Relatório de Auditoria nº 237086 (atuação da Auditoria Interna)
----	--------	--



DETALHAMENTO SISTEMATIZADO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 224676

ITEM	CONSTATAÇÕES
1.1.4.2	Ausência de pesquisas de preços, para verificar se as propostas dos licitantes estão em conformidade com os valores de mercado e elaboração de planilha orçamentária com a estimativa de preços unitários em desacordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007.
1.1.4.3	Exigência de participação nas licitações somente de empresas cadastradas no SICAF.
1.1.4.4	Inclusão indevida de equipamentos e materiais permanentes nas planilhas orçamentárias das obras.
1.1.4.5	Celebração de aditivo após expirada a vigência do contrato.
1.1.5.1	Contratação irregular de fundação de apoio para realização de concurso público.
1.1.5.2	Atraso na apresentação de prestação de contas pela Fundação de Apoio contratada para realização de concurso.
2.1.3.1	Aquisição por preço superior ao estabelecido no Edital como referência; falta de demonstração da adequação do preço contratado aos vigentes no mercado e utilização do tipo de licitação "técnica e preço", incluindo a aquisição de poltronas, sem demonstrar sua real necessidade, comprometendo a economicidade do certame.
2.2.4.1	Pendências no cadastramento no sistema SISAC de 127 atos de admissão de pessoal e de 17 atos de desligamento, ocorridos no exercício de 2008.
2.2.5.2	Inconsistências nas informações e valores a serem ressarcidos por servidor do IF-Goiás, após apurado seu descumprimento ao regime dedicação exclusiva.
2.2.5.3	Descumprimento da jornada de trabalho por servidora do IFG.
2.2.5.4	Repetição de falhas na concessão do Adicional de Insalubridade e de Periculosidade.
2.2.7.1	Falta de comprovação da inviabilidade de realização de pregão na forma eletrônica; exigência de quantidades mínimas de atestados em desacordo com a Lei 8.666/1993; falta de publicação do aviso de licitação em jornal e falta de demonstração da realização de pesquisas de preços, na contratação de empresa para prestar serviços de apoio e divulgação, na realização dos

	processos seletivos e vestibulares do Instituto Federal de Goiás.
2.2.7.3	Contratação de serviços de vigilância em valores superiores aos permitidos pela Portaria/SLTI Nº 6, de 28/12/2007, excedendo em R\$ 25.712,00 ao limite estabelecido pela norma, durante o exercício de 2008; falta de providências para regularização da situação e repactuação contratual majorando ainda mais os valores incorretos.
2.2.7.4	Falhas na realização e condução do Pregão Eletrônico 02/2008 quanto às exigências estabelecidas no edital e desobediência aos prazos para interposição de recursos pelos licitantes.
2.2.8.2	Repactuação do Contrato nº 16/2007, de prestação de serviços de vigilância em valores superiores ao limite estabelecido pela Portaria/SLTI Nº 6, de 28/12/2007, e falta de providências da Unidade para sua regularização.
3.1.1.1	Necessidade de melhoria na elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e no acompanhamento de sua execução por parte da direção da Instituição e do Conselho Diretor.
3.1.1.2	Falta de envio à CGU dos relatórios emitidos pela Auditoria Interna do IF/GO.

IFGOIÁS
Fl. 112
m

Obs.: As constatações elencadas encontram-se justificadas no Plano de Providências nº 224767 - 2ª PARTE. Tal plano contém todos os itens detalhados com as devidas providências no anexo – 11-A RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, peça do Processo de Prestação de Contas /2009.

PLANO DE PROVIDÊNCIAS - Nº 224676. Tal item poderá ser observado no Anexo do Relatório de Gestão, em RECOMENDAÇÃO DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - atualizado em janeiro de 2010.

DETALHAMENTO RESUMIDO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA, CONTROLE DA GESTÃO Nº 237086 (Atuação da Unidade de Auditoria Interna do IFG)

Item	INFORMAÇÃO	CONSIDERAÇÕES/ SUGESTÕES
3.1.1.1	Avaliação da versão preliminar do PAINTE/2010	Considerou-se que os assuntos selecionados estão condizentes com a distribuição dos gastos realizados pela Instituição, levando-se em conta, ainda, os últimos trabalhos realizados.
3.1.1.2	Sugestões para definição do escopo quanto à realização das	Priorizar processos licitatórios e, em segundo plano, dispensa de licitação e cartão de pagamentos. Continuidade no Acompanhamento

	ações de Auditoria Interna.	sobre o Plano de Expansão.
3.1.1.3	Implementação de recomendações emitidas em exercícios anteriores.	Constante do Relatório de Auditoria /CGU nº224767 - referente à auditoria de contas-exercício 2008, foi recomendado à Unidade de Auditoria Interna /IFG elaborar o PAINT de acordo com o previsto no § 1º do Art. 2º da IN/SFC nº 01/2007.

IFGOIAS
Fl. 113

Obs.: Considerou-se que a recomendação foi atendida na elaboração da versão preliminar do PAINT/2010. Concluindo, face aos exames realizados, identificou-se o cumprimento das normas e orientações na elaboração do PAINT, tendo sido acatadas as sugestões e cumpridas na versão final do PAINT/2010.

DETERMINAÇÃO E RECOMENDAÇÃO DO TCU-TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

No ano de 2009, o Tribunal de Contas da União (TCU) proferiu demandas relacionadas aos procedimentos administrativos executadas pelo IFG, que tiveram seu devido acompanhamento exercido pela Unidade de Auditoria Interna da Instituição. Foi prestada toda e qualquer informação e disponibilizados os documentos comprobatórios solicitados através dos Ofícios emitidos pelo Egrégio Tribunal. Tais solicitações foram encaminhadas aos setores competentes para o pleno atendimento das determinações e recomendações. De forma completa, demonstramos no item 11-B DETERMINAÇÃO E RECOMENDAÇÃO DO TCU, peça do Processo de Prestação de Contas /2009, as referidas demandas.

Goiânia, 29 de março de 2010.


Marisa Eugênia Pires
CRA 304
Marisa Eugênia Pires
Auditora Interna / CEFET-GO
Portaria Nº. 396 de 24/09/2007

PARECER DO CONSELHO SUPERIOR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
INSTITUTO FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 01 DE JUNHO DE 2010.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a decisão unânime do Conselho Superior em reunião realizada no dia 01 de junho de 2010, e ainda, com base no inciso VII do Artigo 9º do Estatuto do IFG, publicado no Diário Oficial da União de 28 de agosto de 2009, conforme Portaria nº 488, de 27 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás referente ao Exercício de 2009.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



PAULO CÉSAR PEREIRA
Presidente do Conselho Superior



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS



PARECER DO CONSELHO SUPERIOR DO IFG

Prestação de Contas Anual do Instituto Federal de Educação
Ciência e Tecnologia de Goiás

Exercício – 2009

Processo nº 23047.001274/2010-65

Em atendimento às determinações contidas na Decisão Normativa – TCU Nº 103, de 10 de fevereiro de 2010, e com base nos documentos que integram o processo nº 23047.001274/2010-65, o Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, em reunião realizada no dia 01 de junho de 2010, manifesta-se favorável à aprovação da Prestação de Contas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, referente ao exercício de 2009, concluindo que o presente processo encontra-se em condições de ser submetido ao Tribunal de Contas da União.


PAULO CÉSAR PEREIRA
Presidente do Conselho Superior

